

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

THIAGO TRINDADE MATIAS

**A ORIENTAÇÃO PARA O *OUTRO*: RELAÇÕES DIALÓGICAS NA
CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO ESCRITO DE CARTAS DE LEITOR DO SÉCULO
XIX**

João Pessoa – PB

2009

THIAGO TRINDADE MATIAS

**A ORIENTAÇÃO PARA O *OUTRO*: RELAÇÕES DIALÓGICAS NA
CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO ESCRITO DE CARTAS DE LEITOR DO SÉCULO
XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Ester Vieira de Sousa.

João Pessoa – PB

2009

M433o Matias, Thiago Trindade.

A orientação para o outro: relações dialógicas na constituição do discurso escrito de cartas de leitor do século XIX / Thiago Trindade Matias.- João Pessoa, 2009. 152f. : il.

Orientadora: Maria Ester Vieira de Sousa

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Carta de leitor – Análise do Discurso. 2. Cartas de leitor – Relações Dialógicas. 3. Constituição discursiva.

UFPB/BC

CDU: 82-6(043)

THIAGO TRINDADE MATIAS

**A ORIENTAÇÃO PARA O *OUTRO*: RELAÇÕES DIALÓGICAS NA
CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO ESCRITO DE CARTAS DE LEITOR DO SÉCULO
XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística em 24/03/2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Ester Vieira de Sousa (Orientadora) – UFPB

Prof^a. Dr^a. Eliane Ferraz Alves – UFPB

Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa – UFPE

DEDICATÓRIA

Após muitos encontros, desencontros, muitas alegrias, algumas tristezas, problemas, soluções, chego ao fim DESTA trabalho, friso bem DESTA trabalho, porque outros virão para me trazerem encontros, menos desencontros, muitas alegrias, poucos problemas, muitas soluções. Assim é a nossa trajetória, construindo o presente e re-construindo o que for bom para o futuro.

Neste percurso de dois anos de conquistas e agora de pesquisa concluída, podemos, então, oferecer o nosso esforço em nome de pessoas tão especiais, pois o que seria de mim sem os *outros* que me rodeiam? *Salve Bakhtin e as relações dialógicas!*

Assim, dedico estas ‘mal traçadas rabiscas’ *in memoriam* de Manuel Nunes da Trindade (Seu Manisco - *Papai*) e Josefa Veríssimo da Trindade (Dona Zefinha - *Mãe*), meus avós, que diretamente me fizeram o filho de sempre.

A meus pais, Israel Matias e Izabel Cristina, pelo dom da vida.

À minha mãe. Sim! Novamente a ela, pois é digna de várias dedicações. Dedico a essa mulher forte, corajosa, destemida. Ela que venceu obstáculos a meu favor e me faz ser EU, um caçador de conhecimento.

À minha irmã, Isabelle, por sermos únicos.

A meus familiares, por todo apoio, pelas conversas na mesa da cozinha após o almoço. A tio Israel, pelo encorajamento e pelo *É isso aí, filho*. À Regina e à Simone pelas conversas no bar da esquina.

À Patrícia Barreto, companheira de conquistas acadêmicas.

A Edésio Barbosa, pelo magistério e pelo o amor à língua portuguesa.

À professora, ainda mais Doutora, Maria Ester Vieira de Sousa, pela pesquisa e pelo discurso.

AGRADECIMENTOS

Diante de todas as coisas, agradeço primeiramente a Ele, a força maior, Deus. Sem Ele, sei não viu!

Ao Proling, na pessoa do Prof. Demerval da Hora. À nossa amiga-secretária Vera Lima.

À Prof^a. Eliane Ferraz, pelo amparo, pelo abraço amigo, pelo amadurecimento do projeto.

À Prof^a. Maria Ester, pelo re-amparo, por me fazer enxergar o discurso com o meu olhar e o olhar do *outro*.

À Fundação Joaquim Nabuco, por me levar ao encontro do passado, ao encontro das 'minhas' cartas de leitor.

Aos amigos, Pollyana Barros, Edna Rodrigues, Josete Targino, Marluce Nascimento, Cleber Ataíde, pelo apoio e incentivo.

À Laura Freitas, pela proficiência inglesa.

Gratus.

Escrever é pois “mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz.

De certo modo, a carta proporciona um face-a-face.
(FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: O que é um autor. 4ª edição. São Paulo: Passagens.)

Não posso viver do meu próprio acabamento e do acabamento do acontecimento, nem agir; para viver preciso ser inacabado, aberto para mim – ao menos em todos os momentos essenciais –, preciso ainda me antepor axiologicamente a mim mesmo, não coincidir com a minha existência presente. (BAKHTIN, 2003)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o discurso escrito de cartas de leitor publicadas em cinco jornais recifenses da primeira metade do século XIX: o Diário de Pernambuco (1825-1830), Quotidiana Fidedigna (1834-1835), Diário Novo (1842-1852), A Carranca (1845-1847) e O Capibaribe (1848-1849). Seu objetivo é investigar as relações dialógicas marcadas na superfície linguística e os efeitos de sentido resultantes dessa dialogização entre sujeito enunciador e o *outro*. Os pressupostos teóricos utilizados foram: a teoria dialógica e a contemplação da imagem externa de Bakhtin (2003), a noção de heterogeneidade mostrada de Authier-Revuz (2004), a proposta de gênero discursivo de Bakhtin (2003) e Todorov (1980) além da teoria das Tradições discursivas de Koch (1997) (*apud* SIMÕES (2007)) e Kabatek (2006). Usou-se Rizzini (1977) e (1988) e Pessoa (2002), a fim de ilustrar o percurso histórico do gênero carta. Através de uma pesquisa descritiva de cunho teórico-empírico, utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, uma análise documental e bibliográfica de abordagem qualitativa. As etapas de análise se dividiram em duas: CATEGORIZAÇÃO INFORMACIONAL DO GÊNERO e IMAGENS DOS SUJEITOS/EFEITOS DE SENTIDO ENTRE INTERLOCUTORES. Na análise, verificou-se, quanto ao aspecto formal, que as cartas de leitor conservaram em sua estrutura composicional características das cartas pessoais dos séculos XVI, XVII e XVIII. Quanto ao aspecto discursivo, evidenciou-se a presença, em geral, de dois interlocutores: o *participante-interlocutor direto* e o *participante-interlocutor indireto*, no entanto, houve correspondência em que surgiu a presença de um *interlocutor periférico*, aquele que fica em torno do real endereçamento discursivo. Assim, percebeu-se uma heterogeneidade de *outros* para quem o discurso se direcionava e se constituía. Por fim, identificaram-se alterações na materialidade linguística de cartas de leitor que tinham por *participante-interlocutor direto* uma instituição pública/autoridade e cartas de leitor que dispunham de *participante-interlocutor direto* um civil. Dessa forma, evidenciou-se que essa peculiaridade discursiva ocorreu devido ao lugar socioideológico ocupado pelos *outros*, mas também à imagem que o sujeito enunciador tem dos seus interlocutores, isso interferindo, assim, na constituição do discurso escrito.

PALAVRAS-CHAVE: carta de leitor, relações dialógicas, heterogeneidade mostrada, imagem externa, constituição discursiva.

ABSTRACT

This present work aims to study the written speech of readers' letters published in five newspapers from Recife in the first half of the 19th century: *Diario de Pernambuco* (1825 – 1830), *Quotidiana Fidedigna* (1834 – 1835), *Diario Novo* (1842 – 1852), *A Carranca* (1845 – 1847) and *O Capibaribe* (1848 – 1849). The aim is to investigate the dialogical relations marked on the linguistic surface and the meaning effects resulted from this dialogization between the enunciator subject and the *other*. The theoretical presumptions used were: the dialogical theory and the external image contemplation of Bakhtin (2003), the notion of shown heterogeneity of Authier-Revuz (2004), the proposal of the discursive genre of Bakhtin (2003) and Todorov (1980) besides the theory of the discursive traditions of Koch (1997) (*apud* SIMÕES (2007)) and Kabatek (2006). Rizzini (1977) and (1988) and Pessoa (2002) were used with aims to illustrate the historical trail of the genre letter. Through a descriptive research of a theoretical-empirical hallmark, a documental and bibliographical analysis of qualitative approach was used as a tool of data collecting. The analysis had two steps: GENRE INFORMATIONAL CATEGORIZATION and IMAGES OF THE SUBJECTS / MEANING EFFECTS BETWEEN INTERLOCUTORS. In the analysis, it can be verified that, in relation to the formal aspect, the readers' letters kept, in its compositional structure, characteristics of the personal letters of the 16th, 17th and 18th century. In relation to the discursive aspects, it could be seen the presence, in general, of two interlocutors: the *direct participant-interlocutor* and the *indirect participant-interlocutor*. However, there was a correspondence in which the presence of a *peripheral interlocutor* arose, the one who stays around the real discursive addressment. This way, heterogeneity of the *others* to whom the speech was addressed and was constituted could be noticed. At last, alterations in the linguistic matter of the readers' letters that had a public institution / authority as *direct participant-interlocutor* were identified; as well as in readers' letters that had a civil as *direct participant-interlocutor*. Therefore, it could be seen that this discursive peculiarity happened due to the socio-ideological place occupied by the *others*, but also due to the image that the enunciator subject has of his interlocutors; this interfering, thus, in the constitution of the written speech.

KEYWORDS: readers' letters, dialogical relations, shown heterogeneity, external image, discursive constitution.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 - Página de abertura de O Diario de Pernambuco	61
ILUSTRAÇÃO 2 - Nova formatação de O Diario de Pernambuco em 1828	63
ILUSTRAÇÃO 3 - Página de abertura de A Quotidiana Fidedigna	64
ILUSTRAÇÃO 4 - Página de abertura de O Diario Novo	65
ILUSTRAÇÃO 5 - Nova formatação de O Diario Novo em 1843	66
ILUSTRAÇÃO 6 - Página de abertura de A Carranca	68
ILUSTRAÇÃO 7 - Nova formatação de A Carranca em 1845	70
ILUSTRAÇÃO 8 - Página de abertura de O Capibaribe	71
ILUSTRAÇÃO 9 - Carta com fonte alterada	74
ILUSTRAÇÃO 10 - Menor correspondência encontrada	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

I PARTE

MARCO TEÓRICO

CAP 1 A ORIENTAÇÃO PARA O OUTRO: RELAÇÕES IMAGÉTICAS E DISCURSIVAS

1.1 <i>Eu</i> e o <i>Outro</i> : uma contemplação de imagens, uma mistura de discursos	17
1.2 A orientação para o <i>outro</i> : endereçamento discursivo	31

II PARTE

OBJETO DE ESTUDO

CAP 2 TRADIÇÕES DISCURSIVAS NA IMPRENSA RECIFENSE: ESTUDO DO GÊNERO CARTA DE LEITOR

2.1 Gênero do discurso: materialidade da língua(gem)	39
2.2 Gênero <i>Carta</i> : <i>usus et historiae</i>	42
2.2.1 Tradições discursivas: usos linguísticos para as histórias dos usos	42
2.2.2 O gênero <i>Carta</i> : um percurso histórico	45
2.3 <i>Cartas de leitor</i> em <i>periódicos recifenses</i> do século XIX	55
2.3.1 Do jornal: da produção discursiva à informação	57
2.3.2 Dos jornais recifenses: circulação e histórias	61
2.3.3 Da seção <i>Correspondencia</i> : o lugar de encontros	73

2.3.4 Cartas de leitor do século XIX: <i>usus et historiae</i>	85
--	----

III PARTE

CAP 3 RELAÇÕES COM O OUTRO: AS VISÕES DOS SUJEITOS NA MATERIALIDADE LINGUÍSTICA DAS CARTAS

3.1 Endereçamento discursivo: relações dialógicas no discurso escrito	98
---	----

CONCLUSÃO	141
------------------------	-----

REFERÊNCIAS	147
--------------------------	-----

INTRODUÇÃO

O interesse por analisar a Língua Portuguesa no Brasil, numa perspectiva histórica, vem suscitando vários estudos que comprovam as mudanças linguísticas e como essas transformações se comportam na formação do português brasileiro. Nesse empenho por estudar as alterações sofridas no decorrer do tempo, percebe-se que os fenômenos linguísticos de mudança não se dão isoladamente, ligados apenas a questões estruturais. Nota-se que há uma estreita relação entre esses fenômenos e os usos sociais, ou seja, as mudanças que uma língua sofre, seja no nível fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e lexical, mantêm uma íntima relação com o social. Há, assim, uma necessidade de se estudar a língua, numa abordagem diacrônica, levando-se em consideração tanto a história interna (aspecto estrutural) quanto a história externa dessa língua, isto é, “a história da língua no contexto da história social, política, econômica e cultural da(s) sociedade(s) com a(s) qual(is) ela está relacionada” (FARACO, 2005, p. 60), logo “o núcleo do estudo histórico das línguas é o complexo jogo dialético entre o social e o estrutural” (FARACO, 2005, p. 68).

Nesse jogo de relação entre contexto estrutural (interno) e contexto social (externo), pesquisas se propõem a analisar específicos fenômenos, linguísticos ou discursivo-textuais, num determinado tempo da narrativa histórica. Tem-se, dessa forma, o interesse em observar como se comportavam fenômenos X ou Y, como se dava o seu uso, que interferências sofria a estrutura da língua e quais as coerções sócio-históricas intervenientes. A comprovação desses objetivos contribui na ratificação da assertiva de que a língua e seu uso são diversos, porque diversas são as atividades comunicativas pelas quais passam os falantes. Independentemente de época, a língua sempre foi e será variada, heterogênea, se assim não fosse, hoje, falaríamos ainda o latim. Dessa forma, fica evidente que as variações e as transformações de ontem se refletem na realidade linguístico-discursiva de hoje.

Sendo assim, como a língua se materializa em discursos, uma vez que o discurso é a prática de linguagem e com o seu estudo se observa o homem falando

(ORLANDI, 2002), havendo mudanças na língua¹, haverá alterações na maneira de dizer as coisas, no modo de se fazer discurso, na interação entre os interlocutores. Como o enunciado é a real unidade da comunicação discursiva, os gêneros do discurso, enunciados relativamente estáveis (BAKHTIN, 2003), estabelecem uma interconexão com a vida social, portanto as alterações sofridas na vida em sociedade interferem na produção discursiva de uma determinada época. Por isso, entender como se mantinham as relações discursivas em um determinado período, levam a surgir pesquisas que buscam essas explicações na análise de textos históricos.

Assim é nossa pesquisa. Buscamos na história e no uso do gênero *carta de leitor* comprovações para específicos fenômenos da comunicação discursiva. Trazemos para nosso estudo um gênero antigo, porém analisado com categorias contemporâneas.

Nossa pesquisa, por base em Bakhtin (2003), interessa-se por analisar as relações dialógicas presentes no discurso escrito do gênero *cartas de leitor* da primeira metade do século XIX, publicadas em cinco jornais recifenses: o Diário de Pernambuco (1825-1830), A Quotidiana Fidedigna (1834-1835), O Diário Novo (1842-1852), A Carranca (1845-1847) e O Capibaribe (1848-1849).

Para entender a diversidade de formas e uso do gênero, como um “agente comunicativo”, foi preciso considerar os fatores externos, socioideológicos, mas também o local onde esse gênero aparecia e qual a sua relação com o suporte – “superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto” (MARCUSCHI, 2003). Entender, em nossa pesquisa, a relação na ordem *suporte-gênero, jornal-cartas de leitor*, é compreender como se deu a circulação social das *cartas*, é compreender a funcionalidade desse gênero no processo de interlocução entre os sujeitos.

Desse modo, a opção pelo suporte – *jornal* – justifica-se por sua contribuição à formação da sócio-história do português brasileiro, porque até então, século XIX, o jornal fora excluído em relação à constituição da língua portuguesa do Brasil, uma vez que tais conhecimentos só eram valorizados nos textos literários.

¹ Lembrando: essas mudanças acontecem intimamente relacionadas ao social.

Isso se justifica pelo fato dos jornais virem a se tornar mais “presentes” no Brasil após a chegada da Família Real e em seguida seu retorno a Portugal, o que propiciou a primeira fase autêntica da imprensa brasileira. Assim, houve uma maior propagação da cultura escrita e leitora, permitindo uma maior aquisição de informações por meio de gêneros do domínio jornalístico. Por isso, o nosso interesse por impressos revela-se pela contribuição desses textos à formação do que chamamos hoje de português brasileiro.

Nosso *corpus* de análise é formado por 16 *cartas de leitor* publicadas na seção *Correspondencia*² dos cinco jornais escolhidos. Expusemos 10 cartas no Capítulo 2, a fim de analisar a seção *Correspondencia* e apresentamos 6 cartas no Capítulo 3 a fim de analisar as relações dialógicas e os efeitos de sentido marcados no discurso escrito. Essas cartas foram coletadas no setor de Microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, Pernambuco. O período de coleta de dados foi dividido em dois. Primeiramente, coletamos dados para a produção do projeto de pesquisa, no segundo semestre de 2006, e em seguida, a fim de concluir o estudo, no segundo semestre de 2008.

Optar pelo gênero *carta de leitor* é (re)conhecer-lhe a importância na divulgação de informações diversas, na inserção de uma parcela da sociedade em práticas de letramento, num momento inicial do jornalismo brasileiro. As *cartas* promoveram “no século XIX práticas sociais, usos linguísticos e estágio de desenvolvimento social da língua escrita” (FRAGA, 2005, p. 65). Assim, por seu caráter público, a sua produção era destinada à abordagem de variados assuntos, desde divulgação de dívidas a divulgação de obras raras. Ainda, em suas linhas, expunham-se protestos, indignação, sugestões. Por isso, dizemos que a seção *Correspondencia* era um local de encontros de sujeitos, um local reservado a encontro de discursos.

Nessas idas e vindas de enunciações e situações, percebemos em algumas cartas de leitor certa peculiaridade: essas cartas tinham, em geral, três participantes, o sujeito enunciador, o *Edictor* ou *Redactor* do jornal e um *outro interlocutor* que pairava a cena enunciativa. Esclarecendo: essas correspondências

² Em alguns jornais, como, por exemplo, no Diário de Pernambuco, as cartas de leitor eram publicadas sem haver nenhum título na seção.

eram enviadas, formalmente, ao *Edictor* ou ao *Redactor*, mas discursivamente eram direcionadas àquele *outro*, interlocutor para quem o discurso se direcionava e se constituía, pois como afirma Bakhtin (2003) nossos dizeres são endereçados ao *outro*, constituem-se em função do *outro*, porque buscamos na ativa compreensão responsiva do outro o norte do nosso discurso. A esse *outro* nós denominamos *participante-interlocutor direto*.

Entretanto, nessa relação dialógica entre sujeito enunciador e o *outro*, há diferenças quanto às características linguísticas presentes no fio discursivo de cartas que tenham como *participante-interlocutor direto* uma instituição pública/autoridade e cartas que tenham como *participante-interlocutor direto* um civil?

O discurso escrito das cartas selecionadas para o nosso *corpus* é constituído por influência do *outro*, ou seja, do *participante-interlocutor direto*, havendo assim no fio discursivo formas linguísticas detectáveis que comprovam esse direcionamento para esse interlocutor, pois como afirma Authier-Revuz (2004) “no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor *único* produz, um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o *outro*”.

A nossa hipótese é a de que cartas de leitor que têm como *participante-interlocutor direto* uma instituição pública/autoridade possuem características linguísticas diferentes de cartas que têm um civil como *participante-interlocutor direto*, já que ao falar ou escrever o sujeito leva em consideração o fundo aperceptivo do interlocutor, suas simpatias e desejos (não só), mas que determinarão a ativa compreensão responsiva do seu enunciado para o *outro* (BAKHTIN, 2003).

Essa peculiaridade discursiva, o uso de diferentes características linguísticas no direcionamento discursivo ao *outro*, é devido ao lugar socioideológico ocupado pelo *participante-interlocutor direto*, pois, como afirma Bakhtin (2002, p. 112),

[...] a palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) [...].

Além disso, dizemos que a visão que o sujeito enunciador tem do seu interlocutor interfere na produção do discurso e, conseqüentemente, na presença de diferenças no fio discursivo, pois a visão que os sujeitos mantêm de si e do *outro* se materializam linguisticamente no discurso, escapando, assim, formas específicas de dizer. Assim como no discurso há um direcionamento para o outro, ou seja, o discurso é constitutivamente dialógico, na contemplação da imagem externa, o sujeito enunciador é influenciado pelo olhar do *outro*, marcando, dessa forma, no fio discursivo um mútuo dialogismo: discursivo e imagético.

Diante disso, a nossa pesquisa tem por objetivo geral investigar as relações dialógicas marcadas na superfície linguística e os efeitos de sentido resultantes dessa dialogização entre sujeito enunciador e o *outro*, *participante-interlocutor direto*.

A pesquisa se propõe, do ponto de vista dos objetivos específicos, a identificar as marcas linguísticas presentes na superfície discursiva resultantes dos diversos posicionamentos dos sujeitos em interlocução, o uso de expressões linguísticas que mantenham algum tipo de relação com a imagem que o sujeito enunciador tem do *outro*; investigar as relações de poder entre os sujeitos em interlocução; definir o contexto de interação e desvendar características sócio-culturais da comunidade linguística da época.

O presente trabalho é descritivo de cunho teórico-empírico, utiliza-se como instrumento de coleta de dados uma análise documental e bibliográfica, predominantemente de abordagem qualitativa. A análise tem por base a Teoria dialógica proposta por Bakhtin (1988), a noção de gênero discursivo proposta por Bakhtin (2003) e Todorov (1980), a noção de heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz (2004) e a noção de *efeitos de sentido* proposta pelo arcabouço teórico da Análise de discurso de ordem francesa e revista por Possenti (2004).

Este trabalho organiza-se em quatro capítulos nos quais se encontram a fundamentação teórica e a análise dos dados.

O primeiro capítulo, cujo título é *A orientação para o outro: relações imagéticas e discursivas*, traz as questões teóricas que embasam nossa pesquisa. Inicialmente discutimos a relação *eu-outro*, numa contemplação de imagens e misturas de discurso. Expomos a teoria dialógica da linguagem proposta por Bakhtin (1988), segundo a qual todo discurso é constitutivamente revestido de dizeres alheios. Na verdade, no primeiro tópico, intitulado *Eu e o Outro: uma contemplação de imagens, uma mistura de discursos*, propomo-nos a relacionar o dialogismo discursivo ao dialogismo plástico-pictorial da contemplação das imagens externas dos sujeitos. Em seguida, no segundo tópico, intitulado *A orientação para o outro: o endereçamento discursivo*, definimos, conforme Bakhtin (2003), o *outro, participante-interlocutor direto*, sujeito para quem o discurso de direcionava e se constituía.

O segundo capítulo, intitulado *Tradições discursivas na imprensa recifense: o estudo do gênero carta de leitor* é reservado a traçar o percurso histórico do gênero carta até a constituição do subgênero *carta de leitor*. No primeiro e segundo tópicos, apresentamos a concepção adotada de gênero do discurso por Bakhtin (2003) e Todorov (1980) e a teoria das Tradições discursivas proposta por Koch (1997) (*apud* SIMÕES (2007)) e Kabatek (2006). A partir do terceiro tópico, expomos os usos e as histórias da carta de leitor selecionada para nosso estudo, além de traçar o perfil da seção *Correspondência* e do suporte jornal.

O terceiro capítulo – *Relações eu-outro: as visões dos sujeitos na materialidade linguística das cartas* – é reservado à análise das relações dialógicas e a identificação dos efeitos de sentido. São analisadas seis cartas de leitor, como já dissemos, a fim de identificar as relações dialógicas, presentes no fio discursivo, e os efeitos de sentido resultantes das imagens construídas pelos sujeitos no processo interativo. Usamos as categorias de análise propostas por Authier-Revuz (2004) para identificar as marcas explícitas da presença do *outro*.

Reservamos à conclusão de nossa pesquisa os resultados encontrados nessa fantástica viagem ao mundo das palavras do discurso alheio.

1 A ORIENTAÇÃO PARA O OUTRO: RELAÇÕES IMAGÉTICAS E DISCURSIVAS

O objetivo deste capítulo é desvendar a dialogicidade criada na relação *eu-outro* e como esse *outro* pode influenciar a constituição do discurso. Para isso, adotamos os pressupostos teóricos de Bakhtin (1988), (2002), (2003). Adotamos ainda a noção de heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz (2004), responsável pela identificação de marcas explícitas da presença do *outro* no discurso, e a noção de *efeitos de sentido*, proposta pelo arcabouço teórico da Análise de discurso de ordem francesa, revista e ampliada por Possenti (2004).

1.1 *Eu e o Outro*: uma contemplação de imagens, uma mistura de discursos

Em sua obra, *Estética da Criação Verbal* (2003), especificamente no capítulo 1, Mikhail Bakhtin aborda o princípio criador da relação do autor com a personagem. Essa relação torna a personagem particular, ou seja, são acentuados seus traços, pensamentos, sentimentos assim como seus acontecimentos e atos. Não é diferente o que ocorre na vida, pois lidamos com outras pessoas, manifestamos, contemplamos nossos atos e acontecimentos “a cada manifestação daqueles que nos rodeiam” (BAKHTIN, 2003, p.3).

Dessa relação do autor com a personagem não há o encontro imediato por meio de uma visão não aleatória, a personagem é criada a partir do tratamento axiológico, pois ela “exibirá muitos trejeitos, máscaras aleatórias, gestos falsos e atos inesperados em função das respostas volitivo-emocionais e dos caprichos de alma do autor” (BAKHTIN, 2003, p. 4), isto é, sua manifestação depende do comportamento do autor, este que para Bakhtin (2003) “é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta”. Assim a personagem no seu todo se torna independente do autor, ou melhor, na produção artística, após, o

produto, as personagens se tornam livres, o que permite perceber que o princípio da visão da personagem é resultado das visões do outro, do autor, com quem ela se relaciona. Nessa perspectiva, Bakhtin (2003) critica métodos que partem de posturas biográficas e sociológicas não condizentes com a verdadeira relação do autor com a personagem, pois tal relacionamento não deve ser afetado por “fatores psicológicos passivos e transgredientes à consciência criadora”, logo autor e personagem não se tornam, assim, elementos do todo da obra, “mas elementos de uma unidade prosaicamente concebida da vida psicológica e social” (BAKHTIN, 2003, p. 7).

Mas perceber o princípio de visão da personagem é entender que o autor possui um excedente de visão e conhecimento em relação ao seu mundo, ou seja, o autor se encontra fora do ambiente da personagem. Assim enxerga e conhece suas particularidades, porque domina conhecimentos, domina nesse processo de criação um excessivo posicionamento. O autor vê o que a personagem enxerga, percebe o que a personagem percebe, no entanto ele sabe mais, conhece mais, vê além do alcance da visão das personagens. “O autor guia a personagem e sua orientação ético-cognitiva no mundo essencialmente acabado da existência, a qual, descartando o sentido imediatamente seguinte do acontecimento, é de índole axiológica pela diversidade mais concreta da sua presença” (BAKHTIN, 2003, p. 11).

Na relação autor vs. personagem, esta é constituída a partir de visões e interesses daquele, o autor rege a sinfonia do ser da personagem. Isso é sem dúvida “interação” com o *outro*, direcionamento ao *outro*, construção a partir do *outro*. Assim, percebemos que o autor do seu local de visão contempla o local do qual a personagem não tem nem conhecimento, pois além de olhar e enxergar o que a personagem contempla, o autor vê também outros sentidos que marcam a sua devida posição em contato com a personagem. Sendo assim, o olhar da personagem é completado pelo o olhar do autor. Dessa noção de inacabamento, de incompletude do ser, já que somos incompletos sem a participação do *outro*, Bakhtin (2003, p. 11) afirma

Não posso viver do meu próprio acabamento e do acabamento do acontecimento, nem agir; para viver preciso ser inacabado, aberto para mim – ao menos em todos os momentos essenciais -, preciso ainda me antepor

axiologicamente a mim mesmo, não coincidir com a minha existência presente.

Dessa forma, relacionado, especificamente, à estética literária, o autor contempla a vida da personagem através de princípios axiológicos muito diferentes da forma como ele contempla a própria vida e a vida das pessoas com as quais ele convive, ou seja, o local no qual o autor apreende a vida da personagem é distinto, trata-se de um lugar único. No entanto, quando há um desvio na relação do autor com a personagem, isto é, quando se verifica que em ambas as vidas há coincidências, a relação torna-se autobiográfica. Sendo assim, o autor necessita sair de si, ocupar outro lugar. Tornar-se *outro* de si mesmo. Contemplar a si mesmo.

Seja na arte ou seja na vida, buscamos sempre o olhar do *outro*, mesmo que saíamos de nós mesmos e venhamos a nos contemplar como um *outro* de nós, conforme a aproximação da vida do autor à da personagem. Entretanto, na vida, avaliamo-nos “a torto e a direito” a partir do olhar do *outro*. É o *outro* que nos dá forma, sentido, até mesmo biologicamente. É o *outro* que nos completa. É no *outro* que buscamos as respostas que só ele sabe. É do olhar do *outro* que criamos o nosso próprio olhar a nos enxergar, porque “ao olharmos para nós mesmos com os olhos do outro, na vida sempre tornamos a voltar para nós mesmos, e o último acontecimento, espécie de resumo, realiza-se em nós nas categorias da nossa própria vida” (BAKHTIN, 2003, p. 14).

A contemplação mútua das visões entre os homens torna as relações sociais um processo de intercâmbio, troca, interlocuções entre instâncias diversas. Da mesma forma que o autor detém um excedente de visão, vê além do que a personagem, nas relações sociais da vida, há um excedente de visão, por exemplo, entre mim e o homem. Conforme Bakhtin (2003, p. 21)

[...] quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão -. o

mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele.

Na verdade, tanto *eu* quanto o *outro* ocupamos lugares sociais diversos, fazemos parte de mundos diferentes. Se considerarmos minha relação com o outro, veremos que meu excedente de visão, o que *eu* vejo e o *outro* não vê, ou seja, o que é acessível aos meus olhos e não aos olhos do *outro* é de responsabilidade da “singularidade e da insubstitutibilidade do meu lugar no mundo” (BAKHTIN, 2003), pois ao contemplar o *outro*, este se encontra fora de mim. *Eu* ocupo o meu horizonte concreto, meu lugar na vida. Mas ao *outro* também há um espaço reservado, porque do lugar no qual o *outro* se encontra, ele consegue perceber coisas que estão em mim, no entanto não consigo percebê-las, já que não consigo ver o meu próprio local. Só o olhar do *outro* me vê por inteiro. *Eu* e o *outro* somos incompletos, inacabados. Assim há a constituição do todo de ambos, na relação “*eu-outro*”, “pois a percepção efetiva de um todo concreto pressupõe o lugar plenamente definido do contemplador, sua singularidade e possibilidade de encarnação; o mundo do conhecimento e cada um de seus elementos só podem ser supostos” (BAKHTIN, 2003, p. 22).

Para Bakhtin (2003), esse excedente de visão do sujeito contemplador é condicionado pelo seu ativismo exclusivo, ou seja, “um conjunto daquelas ações internas ou externas que só *eu* posso praticar em relação ao *outro*, a quem elas são inacessíveis no lugar que ele ocupa fora de mim; tais ações completam o *outro* justamente naqueles elementos em que ele não pode completar-se”. Como são variadas as situações da vida na qual se encontram o *sujeito-contemplador*³ e o *sujeito-contemplado*, “*eu-outro*”, diversas, também, tornam-se essas ativas ações, constantes e estáveis.

Mas para que todo esse excedente de visão se concretize, é preciso haver atos de “*contemplaçaõ-ação*”, momento no qual o *sujeito-contemplador* completa o horizonte concreto do *outro*, o *sujeito-contemplado*. Bakhtin (2003) ilustra essa contemplação com um ato corriqueiro entre os homens. A partir do momento que

³ Não há no capítulo referente à discussão (BAKHTIN, 2003) nenhuma alusão a essa noção de sujeito. Adotamos esse termo a fim de nomear essa relação excessiva de visão entre o *eu* e o *outro*.

alguém sofre, por diversos motivos, o *eu* se esforça por ver axiologicamente o mundo de dentro do *outro*, o *eu* coloca-se no lugar alheio ao mesmo tempo retorna ao seu lugar a fim de completar o excedente de visão, isto é, vivenciar o *outro* esteticamente e daí concluí-lo. Nessa atividade estética, o excedente de visão mantido no momento do contato entre “*eu-outro*” é marcado por dois elementos: a *compenetração* e o *acabamento*.

Grosso modo, a *compenetração* é o momento no qual o *sujeito-contemplador* se coloca no lugar do *outro*. Aquele deve adotar o horizonte concreto do *outro* da mesma forma como este se vê, mas, como sabemos, há um excedente do *eu* que faz o *sujeito-contemplado* não vivenciar a plenitude de sua expressividade, uma vez que a sua expressão é externa, e o que está fora do *outro* só é acessível aos olhos de quem se encontra diante dele, ou seja, o *eu*. É dessa expressividade externa do *sujeito-contemplado* que o *sujeito-contemplador* consegue invadir o corpo dele. O exterior é a porta de entrada ao interior.

No entanto, nesse processo de contemplação, o *eu* deve voltar a si mesmo, caso contrário “ocorreria o fenômeno patológico do vivenciamento do sofrimento alheio” (BAKHTIN, 2003) no qual o *sujeito-contemplador* seria contaminado pelo sofrimento do *outro*, e só.

A partir do momento que o *eu* retorna a si, dá-se início à atividade estética propriamente dita. É nesse momento em que se realiza o segundo elemento dessa atividade: o *acabamento*, entendido como produto do material da contemplação. “Cumprir ter em vista que os elementos de compenetração e acabamento não se sucedem cronologicamente; insistimos na diferenciação de sentidos entre eles, embora eles estejam intimamente entrelaçados e se fundem no vivenciamento ativo” (BAKHTIN, 2003, p. 25)

Nesse jogo de *contemplação-ação*, como essa expressividade externa, isto é, a imagem externa dos sujeitos é percebida? Nas palavras de Bakhtin (2003): “como vivenciamos a nossa própria imagem externa e a imagem externa do outro?” E ainda, ao se fixar nas ações, atos externos do homem, como o *sujeito-contemplador* vivencia a ação do *outro*? Esses questionamentos se tornam

importantes à medida que há o interesse em desvendar o excedente da visão estética.

Na visão plástico-pictorial entre *eu-outro*, emergem dois elementos expressivos: a *imagem externa* e o *vivenciamento das fronteiras externas do homem* – fatores condicionantes na percepção da própria imagem do *eu* e da imagem do *outro*.

Primeiramente é importante saber o que vem a ser a *imagem externa*. Conforme Bakhtin (2003, p. 25) é “conjunto de todos os elementos expressivos e falantes do corpo humano”. O *sujeito-contemplador* vivencia os elementos expressivos do corpo através de sua autossensação interna, embora ele se encontre em um determinado horizonte concreto que não o permita contemplá-lo fielmente, ou seja, acabado, a não ser, quando se olha no espelho e se depara com a própria face⁴.

Contemplar a mim mesmo no espelho é um caso inteiramente específico de visão da minha imagem externa. Tudo indica que neste caso vemos a nós mesmos de forma imediata. Mas não é assim: permanecemos dentro de nós mesmos e vemos apenas o nosso reflexo, que não pode tornar-se elemento imediato da nossa visão e vivenciamento do mundo: vemos o reflexo da nossa imagem externa, mas não nos envolve todo, estamos diante e não dentro do espelho; o espelho só pode fornecer o material para a auto-objetivação, e ademais um material não genuíno (BAKHTIN, 2003, p. 30).

Na verdade, o *sujeito-contemplador* imagina, idealiza sua autovisão antes mesmo de se olhar, ou seja, é como se usasse, a princípio, os olhos interiores e desse resultado houvesse a influência para o exterior, pois o que ele vê fora de si, nele mesmo, é o reflexo do seu interior. Conforme Bakhtin (2003, p. 28)

Por meio da introspecção é fácil verificarmos que o resultado inicial dessa tentativa será o seguinte: minha imagem visualmente expressa começa, em tons vacilantes, a definir-se ao lado de minha pessoa vivenciada por dentro, destaca-se apenas levemente da minha auto-sensação interna em um

⁴ Mas, nem mesmo assim é possível o acabamento, pois, como veremos, a nossa imagem é o resultado de dois olhares, o meu e o do *outro*.

sentido adiante de mim e desvia-se um pouco para um lado, como um baixo-relevo, separa-se do plano da auto-sensação interna sem desligar-se plenamente dela; é como se eu me desdobrasse um pouco, mas não me desintegrasse definitivamente: o cordão umbilical da auto-sensação irá ligar minha imagem externa ao meu vivenciamento interior de mim mesmo.

Além desse esforço para imaginar seu mundo plástico-pictorial, o *sujeito-contemplador* precisa de algo novo. Há a necessidade de algo que o liberte de sua autossensação a fim de obter uma imagem mais nítida de si. O *eu*, mesmo por se achar consciente de que faz parte de um mundo exterior, no entanto, como dissemos, não se vê com plena nitidez, porém enxerga com clareza o que se encontra diante e fora dele, isto é, o *outro*. O que falta para haver o acabamento da imagem externa do *eu*? Que par de óculos falta para que o *eu* se veja por completo? “A que isto se deve? Ao fato de que não temos para ela (a imagem externa) um enfoque volitivo-emocional à altura, capaz de vivificá-la e incluí-la axiologicamente na unidade exterior do mundo plástico-pictorial” (BAKHTIN, 2003, p. 28).

Para Bakhtin (2003), essa libertação da autossensação interna do *eu*, o *novo-necessário*, é a reação volitivo-emocional do *outro*, ou seja, entre a maneira como o *eu* se vê interiormente, reflexo de sua autossensação interior, e a maneira como se configura sua imagem externa, a um elemento, a que Bakhtin (2003) denomina de *tela transparente*, o olhar do *outro*. É desse par de óculos alheio que o *sujeito-contemplador* vivifica e incorpora a sua imagem externa ao mundo plástico-pictorial, isto é, o *eu* se vê também como o *outro* o vê. *Eu me vejo como você me vê e como eu me vejo*. Nós avaliamos a nossa imagem externa não para nós, “mas para os outros e através dos outros”.

Assim, respondendo ao questionamento: como vivenciamos a nossa imagem externa. Dizemos que a nossa imagem é o resultado da associação entre a nossa autossensação interior e a tela transparente pela qual nos percebemos, o olhar do *outro*, “autor possível da nossa imagem externa”. Nas palavras de Bakhtin (2003) “eu não estou só quando me contemplo no espelho, estou possuído por uma alma alheia”.

Esse processo imagético do *eu*, a contemplação acabada de sua imagem externa, mantém íntimas relações com a produção do discurso na vida. Aqui,

podemos coadunar esse fenômeno do vivenciamento exterior do *eu* à orientação dialógica do discurso, princípio unificador da obra de Mikhail Bakhtin, que propõe haver entre os discursos uma relação mútua, na qual o nosso discurso se encontra com o discurso de outrem. *O meu discurso se encontra com o seu discurso, da mesma maneira que seu olhar completa o meu, ao contemplar-me no espelho.*

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (BAKHTIN, 1988, 88).

Essa propriedade do discurso é inerente a qualquer processo comunicativo. Todo enunciado, independentemente de sua dimensão, é dialógico, é ocupado, atravessado pelo discurso alheio. “O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados” (FIORIN, 2006, p. 19). As palavras que subjazem ao discurso dialogam com as palavras alheias, buscam, encontram na palavra do *outro* sua constituição, seu sentido. Como diz Drummond (1988) “Entre coisas e palavras – principalmente entre palavras – circulamos”, mas palavras do *outro*, vivemos num círculo do *outro*, buscamos no *outro* o que nos faz *eu*. É como contemplar a minha imagem no espelho, é como se ao escrever, houvesse sobre minha mão a do *outro*, a daquele que escreveu antes de mim. Conforme Foucault (1999), no início da obra *A ordem do discurso*, ao iniciar a aula inaugural no Collège de France, demonstra que seu discurso fora precedido por um outro que revestia, naquele instante, o seu:

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. **Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me procedia há muito tempo:** bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu

desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. (1999, p. 5) (Grifo nosso)

É dessa estreita relação *eu-outro*, seja na perspectiva plástico-pictorial ou na abordagem dialógica, que o horizonte concreto do *eu* se integra ao do *outro*, resultando assim num único produto, a imagem acabada do *eu*, a imagem contemplada no espelho, como também no discurso, em que se tornam quase indistinguíveis no processo interlocutivo. Assim, em ambos os contextos, plástico-pictorial e dialógico, há uma relação de alteridade.

Segundo Bakhtin (1988, p. 91)

A relação dialógica para com o discurso de outrem no objeto e para com o discurso de outrem na resposta antecipada do ouvinte, sendo em essência diferentes e engendrando diversos efeitos estilísticos no discurso, podem, não obstante, se entrelaçar muito estreitamente, tornando-se quase que indistinguíveis entre si para a análise estilística.

Além desse dialogismo constitutivo, princípio inerente do enunciado, que não se explicitam, no fio do discurso, as vozes alheias, há um outro, no qual é possível a identificação e a incorporação dessas vozes do *outro* no enunciado. Uma dessas formas explícitas para identificar marcas do *outro* no discurso é a bivocalidade discursiva proposta por Bakhtin (1988).

O plurilinguismo introduzido no romance (quaisquer que sejam as formas de sua introdução), é o *discurso de outrem na linguagem de outrem*, que serve para refratar a expressão das intenções do autor. A palavra desse discurso é uma palavra *bivocal* especial. Ela serve simultaneamente a dois locutores e exprime ao mesmo tempo duas intenções diferentes: a intenção direta da personagem que fala e a intenção refrangida do autor. Nesse discurso há duas vozes, dois sentidos, duas expressões. [...] O discurso bivocal sempre é internamente dialogizado (BAKHTIN, 1988, p. 127).

Acerca dessas vozes alheias presentes no discurso, Bakhtin (2003, p. 299) ainda afirma

[...] em qualquer enunciado, quando estudado com mais profundidade em situações concretas de comunicação discursiva, descobrimos toda uma série de palavras do outro semilattes e latentes, de diferentes graus de alteridade. Por isso o enunciado é representado por ecos como que distantes e mal percebidos das alternâncias dos sujeitos do discurso e pelas tonalidades dialógicas, enfraquecidas ao extremo pelos limites dos enunciados, totalmente permeáveis à expressão do autor.

Logo, fazem parte desse tipo de identificação do discurso alheio: a paródia, a estilização, a polêmica clara ou velada e o discurso indireto livre. Ainda há, na perspectiva bakhtiniana, outras formas de encontrar a voz do *outro* no fio discursivo, agora, abertamente citado e nitidamente separado do discurso citante, a que Bakhtin chama discurso objetivado. Eis os procedimentos: discurso direto, discurso indireto, aspas e negação. (FIORIN, 2006)

Para Jacqueline Authier-Revuz (2004), em seu artigo consagrado à descrição das vozes alheias presentes no discurso, há no fio discursivo formas linguísticas detectáveis que comprovam essa presença do outro, a que denomina de Heterogeneidade mostrada, “diversos tipos de ‘negociação’ do sujeito falante com que eu chamo de heterogeneidade constitutiva”. Assim, “no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor *único* produz, certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, o *outro*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12).

Para identificar essas formas explícitas da heterogeneidade, Authier-Revuz (2004) criou categorias de análise que permitem verificar o atravessamento das vozes alheias. Dentre essas categorias está o *discurso direto* e o *discurso indireto*. Neste o locutor⁵ se comporta como um tradutor, isto é, usa suas palavras, entretanto remete a outro discurso como fonte de sentido. Naquele, o locutor é um simples “porta voz”, pois as palavras do *outro* são claramente citadas.

⁵ Termo usado por Authier-Revuz (2004) para se referir ao sujeito enunciatador.

Outra forma, porém mais complexa de se identificar as marcas de heterogeneidade, são as *formas marcadas da conotação autonímica*, na qual o locutor usa palavras e ao mesmo tempo as mostra no fio discursivo, tornando-se, assim, um “observador das palavras utilizadas”. Essa forma é marcada pelo uso de aspas, itálico, “por uma entonação e/ou por alguma forma de comentário” que, “em relação ao resto do discurso”, recebe “um *estatuto outro*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13).

Além dessas formas de explicitude do *outro*, Authier-Revuz (2004, p. 14) indica esquematicamente “mecanismos normais da comunicação, *parâmetros* ou pontos de vista” que designam no fragmento ponto de *heterogeneidade*. Esses mecanismos podem ser descritos na forma de:

1. *a concordância dos dois interlocutores quanto à adequação da palavra, à coisa e à situação*. Isso se verifica em: *figuras de dúvida, de reserva* (X, de certo modo, metaforicamente..., impropriamente falando...); *de hesitação* (X, enfim X, se quisermos, se assim se pode dizer, se for possível falar de “X” em...); *de retoque ou de retificação* (X, ou melhor, Y; X, eu deveria ter dito Y; X, o que estou dizendo? Y); *com jogos sutis* (X, eu ia dizer Y); *confirmações* (X, é mesmo X que eu quero dizer); *de tentativa de concordância com o interlocutor* (X, se você me permite, se você me permite a expressão, se você quiser, digamos X, X, desculpe-me essa palavra que...).
2. *a significação da palavra* – maneira de interpretar o elemento a que se refere – descrito assim: X no sentido p; não no sentido p, mas... .
3. *o ‘pertencer’ das palavras e das seqüências de palavras ao ‘discurso’ em curso* – pois todas as formas que remetem o discurso já dito são designados como “vindos de outro lugar”, logo tais remissões são categorizadas em X, como diz x, para usar as palavras de x, de acordo com a fórmula de x; ... dito X por x; o que x chama de X....

Segundo Authier-Revuz (2004), há formas mais complexas de heterogeneidade que a autonímia – categoria presente no campo do marcado e do explícito. O uso de *discurso indireto livre, ironia, antífrase, imitação, alusão, reminiscência, esteriótipos* – “formas discursivas que me parecem poder ser ligadas à estrutura enunciativa da conotação autonímica, a presença do outro - [...] não é

explicitado por marcas unívocas na frase” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 18). A “menção que duplica” o uso das palavras só se reconhece, só se interpreta a partir de elementos que se recuperam no discurso em função da sua exterioridade.

Por fim, quanto aos tipos de identificação do discurso marcado pelo *outro*, Authier-Revuz (2004) destaca a categoria de *outras palavras, sob as palavras nas palavras*, recurso de análise que verifica a presença do discurso alheio em forma, por exemplo, de: palíndromo, acróstico, ou trocadilho.

Ainda em relação aos procedimentos de identificação das vozes do *outro* no fio discursivo, Maingueneau (1997, p. 75) examina a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva;

[...] a primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva.

Nessa proposta de Maingueneau (1997), parece haver certo inconformismo em relação a procedimentos ligados a fenômenos dependentes da heterogeneidade mostrada que levam em consideração noções tradicionais de citação, por exemplo, de discurso relatado (direto, indireto, indireto livre), uma vez que ele vê na identificação das marcas de heterogeneidade mostrada um trabalho exaustivo, uma atividade perigosa, talvez impossível. (MAINGUENEAU, 1997).

Mas, no intuito de ainda responder às questões propostas no início dessa reflexão, sobre a contemplação das imagens na relação *eu-outro*, cabe-nos investigar tais questionamentos: como eu vejo o *outro*? Que elementos são necessários para que eu possa enxergar de meu horizonte concreto a *máscara* do *outro*?

Como o *eu* e o *outro* ocupam horizontes concretos diferentes, ao *eu*, resta-lhe ver no *outro* tudo que ele não percebe, pois como o mundo é exterior ao *sujeito-contemplador*, o *outro* está no mundo, ou seja, diante do *eu*. Este pode perceber

toda singularidade que há na imagem externa alheia. Vemos que os modos de percepção da imagem externa para ambos os contempladores, *eu* e o *outro*, são diferentes.

A forma do vivenciamento concreto do indivíduo real é a correlação entre as categorias imagéticas do *eu* e do *outro*, e essa forma do *eu*, na qual vivencio só a mim, difere radicalmente da forma do *outro*, na qual vivencio todos os outros indivíduos sem exceção. O modo como eu vivencio o *eu* do *outro* difere inteiramente do modo como vivencio o meu próprio *eu*; isso entra na categoria do *outro* como elemento integrante, e essa diferença tem importância fundamental tanto para a estética quanto para a ética. (BAKHTIN, 2003, p. 35)

Nessa circunstância, o *eu* “saí” de si, “saí” do seu próprio vivenciamento e se direciona para sua frente, para o mundo, onde se encontra o *outro*. Nesse caso, o *eu* ocupa a posição, agora, da alma alheia do *outro*, quando este se contempla no espelho. Desse lugar ocupado pelo *eu*, o *outro* está pleno, acabado por inteiro em sua imagem externa, pois “o *outro* está intimamente vinculado ao mundo, *eu*, ao meu ativismo extramundo” (BAKHTIN, 2003, p. 38). Assim fica claro que a contemplação da imagem externa, em ambos os casos, está relacionada ao horizonte concreto no qual se encontram o *eu* e o *outro*.

Sendo assim, o *sujeito-contemplador* busca todos os traços que o diferenciam do *outro*, porque o fato do *outro* está diante do *eu* o permite fazer atitudes com o *outro* que com ele mesmo não pode praticar, não por impossibilidade física, mas pela “falsidade volitivo-emocional de direcionar esses atos para si mesmo” (BAKHTIN, 2003).

Porque só o *outro* podemos abraçar, envolver de todos os lados, apalpar todos os seus limites: a frágil finitude, o acabamento do *outro*, sua existência-aqui-e-agora são apreendidos por mim e parecem enformar-se com um abraço; nesse ato o ser exterior do *outro* começa uma vida nova, adquire algum sentido novo, nasce em um novo plano da existência. Só os lábios do *outro* posso tocar com meus lábios, só no *outro* eu posso pousar as mãos, erguer-me ativamente sobre ele, afagando-o todo por completo, o corpo e a *alma que há nele*, em todos os momentos da sua existência (BAKHTIN, 2003, p. 39).

Semelhante a essa relação *eu-outro*, na produção do discurso, há uma orientação para a resposta do *outro*, há uma “influência profunda do discurso da resposta antecipada” (BAKHTIN, 1988, p. 89). O *eu* constitui o seu discurso a partir da orientação resposta, prévia, do *outro*, é como se o *eu* saísse de si, olhasse para o *outro*, conforme a contemplação do vivenciamento externo alheio, e buscasse no “discurso-resposta que ainda não foi dito”, discurso do *outro*, sua essência constitutiva. “A resposta compreensível é a força essencial que participa da formação do discurso e, principalmente, da compreensão *ativa*, percebendo o discurso como oposição e enriquecendo-o” (BAKHTIN, 1988, p. 89).

Da mesma forma como é preciso, ao contemplar a imagem externa do *outro*, a saída do *eu* de seu horizonte concreto para adentrar na posição alheia, ou seja, no horizonte concreto do *outro*; na constituição do discurso, o falante, também, adentra no território de outrem, isto é, constrói seu discurso em orientação ao *outro*.

Por isso, sua orientação para o ouvinte é a orientação para um círculo particular, para o mundo particular do ouvinte, introduzindo elementos completamente novos no seu discurso: pois para isto concorre a interação dos diversos contextos, diversos pontos de vista, diversos horizontes, diversos sistemas de expressão e de acentuação, diversas “falas” sociais. O falante tende a orientar o seu discurso, com o seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende, entrando em relação dialógica com os aspectos deste âmbito. O locutor penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem, sobre o fundo aperceptivo do seu ouvinte (BAKHTIN, 1988, p. 91).

Dessa forma, se há, na vida, tantas influências alheias, se a imagem que o sujeito constitui para si é vivenciada na categoria do *outro*, há, como no discurso, uma orientação dialógica, a que denominamos: dialogismo plástico-pictorial da relação *eu-outro*.

1.3 A orientação para o *outro*: o endereçamento discursivo

Seja na contemplação da imagem externa do *eu* ou na constituição do seu discurso, sempre haverá um direcionamento a alguém, ou seja, ao *outro*. A minha imagem externa é completada com o olhar alheio, são dois olhares diante do espelho que me contemplam, e o meu discurso é constitutivamente dialógico, marcado pelo discurso do *outro*, constituído a partir da resposta alheia ainda não construída. Tudo é orientado para o *outro*. Tudo se encontra no *outro*.

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos (BAKHTIN, 2003, p. 295).

Adotamos por enunciado a *real unidade* da comunicação discursiva, pois “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2003). O discurso está sempre organizado em forma de enunciados concretos. Diferentemente da *oração* – unidade da língua -, o *enunciado* possui peculiaridades que o tornam o real funcionamento da linguagem. Dentre essas especificações, está a *alternância dos sujeitos do discurso*, porque “o falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva” (BAKHTIN, 2003, p. 275). Já para a *oração*, essa relação limítrofe é condicionada por uma pausa do falante destinada a passar para o pensamento seguinte, que dá complementaridade ao primeiro.

Além da *alternância dos sujeitos do discurso*, como peculiaridade do enunciado, há a *conclusibilidade* – “espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições” (BAKHTIN, 2003, p. 280). A *conclusibilidade* é determinada por três

fatores que se convergem no centro do enunciado: a exauribilidade do objeto e do sentido; projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; formas típicas composicionais e de gênero do acabamento (BAKHTIN, 2003)⁶.

Em resumo, o enunciado concreto possui particularidades que o tornam bastante diferente em relação à *oração*, por exemplo: ele é de natureza translinguística; caracteriza o funcionamento real da linguagem; constitui-se a partir da réplica de um diálogo; é o lugar de contradição; espaço de luta entre vozes sociais; carrega emoções, juízos de valor, paixões; materializa sentido (sempre de ordem dialógica), possui acabamento específico; tem autor e além de tudo, destinatário (s).

A oração enquanto unidade da língua carece de todas essas propriedades: não é delimitada de ambos os lados pela alternância dos sujeitos do discurso, não tem contato imediato com a realidade (com a situação extraverbal) nem relação imediata com enunciados alheios, não dispõe de plenitude semântica nem capacidade de determinar imediatamente a posição responsiva do *outro* falante, isto é, de suscitar resposta (BAKHTIN, 2003, p. 278).

No entanto, cabe destacar, nesta pesquisa, que além das peculiaridades acima citadas, há para o enunciado uma terceira, a que Bakhtin (2003) denomina “a relação do enunciado com o próprio falante (autor do enunciado) e com outros participantes da comunicação discursiva” uma vez que “o papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos” (2003, p. 301).

No momento da interlocução, o sujeito do discurso escolhe, primeiramente, os meios linguísticos e o gênero dos quais fará uso. Isso é determinado por suas tarefas ou ideias que são centradas no objeto e no sentido. Assim, é nesse momento inicial que se determinam as peculiaridades quanto ao estilo e à composição. Mas, há um segundo elemento que define tais peculiaridades: “é o elemento *expressivo*, isto é, a relação subjetiva emocionalmente valorativa do

⁶ Sobre esses fatores de conclusibilidade do enunciado, ver Cap. 2, em **Plano formal** das cartas de leitor.

falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 289). Isso significa que é impossível haver enunciados absolutamente neutros, ou seja, há na produção enunciativa marcas que determinam o estilo individual do sujeito discursivo, definindo, assim, suas escolhas lexicais, gramaticais e composicionais.

O falante com sua visão de mundo, os seus juízos de valor e emoções, por um lado, e o objeto de seu discurso e o sistema da língua (dos recursos lingüísticos), por outro – eis tudo o que determina o enunciado, o seu estilo e sua composição. É esta a concepção dominante (BAKHTIN, 2003, p. 296).

Damos ao enunciado, no momento da interlocução, uma entonação expressiva, isto é, “um dos meios de expressão da relação emocionalmente valorativa do falante com o objeto da sua fala” (BAKHTIN, 2003, p. 290), o que permite, portanto, identificar no enunciado acabado um *sentido concreto*, e não apenas uma significação de uma palavra isolada como unidade da língua.

Por circularmos entre palavras, temos a liberdade de escolhê-las no momento da enunciação. As palavras escolhidas para o enunciado satisfazem a intenção discursiva do sujeito, as outras são rejeitadas, pois não corresponderam à expressão do enunciado. Logo, na produção discursiva, o autor não se anula diante da situação, não se assujeita diante das condições, porque, por sua expressividade, consegue enunciar determinados discursos de uma maneira e não de outra.

Por isso pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Por isso, a experiência individual dos sujeitos do discurso se desenvolve em processos interativos constantes, sempre mantendo relação com enunciados individuais do *outro*.

Todo enunciado é constituído em orientação aos discursos do *outro* sobre ele, gerando, assim, “atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2003).

O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses outros, para os quais o meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos mas participantes ativos da comunicação discursiva. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta (BAKHTIN, 2003, 301).

Na produção enunciativa, o *outro* é o endereçamento discursivo. Essa é uma outra peculiaridade do enunciado: a presença de um *destinatário*⁷, fator constitutivo e determinante dos diversificados gêneros, conforme a perspectiva bakhtiniana.

A esse interlocutor, a esse endereçamento discursivo, a quem o discurso é direcionado e constituído, de quem o falante ou o escritor prevê uma ativa compreensão responsiva, adotamos o termo *participante-interlocutor direto* (BAKHTIN, 2003). Ele pode ser desde uma coletividade até uma pessoa íntima, um estranho; “ele também pode ser um *outro* totalmente indefinido, não concretizado” (BAKHTIN, 2003, p. 301). Essas modalidades de *participante-interlocutor direto* são determinadas pela situação discursiva na qual se produzem os enunciados.

Assim, não se pode compreender o gênero ou o estilo do discurso, isto é, a constituição dos enunciados, sem levar em conta a relação do falante ou do escritor com o *outro*, *participante-interlocutor direto*, e com seus enunciados. Por

⁷ Preferimos o termo *interlocutor* a *destinatário* ao nos referirmos ao *outro*.

isso, em uma análise como a nossa, interessa-nos, primordialmente, além de outros elementos,

A quem se destina o enunciado, como o falante (ou o que escreve) percebe e representa para si os seus destinatários, qual é a força e a influência deles no enunciado – disto dependem tanto a composição quanto, particularmente, o estilo do enunciado. Cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero (BAKHTIN, 2003, p. 301).

O falante ou o que escreve responde a alguém mediante uma resposta que ainda está por vir. Ao construir o enunciado, tornamo-lo ativo e, ao mesmo tempo, antecipado, pois sua constituição, como já afirmamos, orienta-se para a ativa compreensão responsiva do *outro*.

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias – **tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele** (BAKHTIN, 2003, p. 302). (Grifo nosso)

Sendo assim, definimos que a concepção de interlocutor, aqui denominado de *participante-interlocutor direto*, além de determinar a ativa compreensão responsiva, determinar a escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais, determinará os meios linguísticos do discurso, ou seja, o que se diz e a maneira como se diz, a fim de obter determinados efeitos de sentido. Além disso, afirmamos que essas determinações mantêm uma estreita relação com a imagem externa que o falante ou o que escreve tem do seu destinatário, pois isso também determinará a constituição do discurso, pois, como comentamos anteriormente, os sujeitos do discurso ocupam horizontes concretos diferentes nas relações dialógicas plástico-picturiais do *eu-outro*.

No entanto, haverá diferenças quanto essas características constitutivas dos enunciados concretos, divergência quanto à materialidade linguística, se esse *participante-interlocutor direto* ocupar específicas posições sociais. Porque

[...] a palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) [...] “na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos (...) (BAKHTIN, 2002, p.112).

Porém, além dessas questões sociais, nas quais se enquadram os sujeitos discursivos e as quais influenciam a constituição do discurso, para Foucault (1999, p. 8-9)

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Na perspectiva foucaultiana, há procedimentos de controle da produção dos discursos em uma dada sociedade. No *sistema de exclusão*, no qual se revelam as relações do discurso com o poder, há o mais evidente procedimento, a mais familiar maneira de controlar os dizeres através da: *interdição*, pois “não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1999, p. 9).

Nesse jogo interativo entre os sujeitos, nessa relação *eu-outro*, resulta da produção discursiva – manifestação da linguagem – *efeitos de sentido*. Esse efeito não é o significado da palavra proferida, mas a relação entre linguagem, ideologia, História e o posicionamento socioideológico em que os sujeitos se encontram (MATIAS, 2008).

Essa noção de efeitos de sentido fora proposta inicialmente por Pêcheux (1969) ao afirmar que entre os sujeitos não há *necessariamente* uma transmissão de informações, mas um jogo de efeito de sentidos. Ele se contrapõe, assim, ao esquema de Jakobson no qual o conceito de transmissão de informações, ou ainda, a noção de mensagem é equivalente à noção de sentido, ou melhor, a de conteúdo.

Para Possenti (2004, p. 169), “a noção de efeito de sentido não é definida claramente, é utilizada em geral de forma intuitiva, e – o que considero um pouco mais problemático – como se fosse absolutamente clara”. O que foi dito por Pêcheux (1969) é visto de maneira reducionista, simplificada, transformando, assim, o sentido num efeito de sentido. Pêcheux (1969) afirma que não se trata *necessariamente* de transmissão de informação. “Penso que não seria violentar o texto desse autor ler sua afirmação da seguinte maneira: não se trata necessariamente de transmissão de informação, mas esta hipótese não está excluída” (POSSENTI, 2004, p. 170). Não há a exclusão de que essa noção de efeito de sentido também seja uma troca de informação entre os pontos A e B, sujeitos em interlocução. Possenti (2004) arrisca afirmar que essa noção de efeito de sentido trata-se de um efeito de uma atividade, a atividade da enunciação, pois para a AD o sentido não está nas palavras, nos enunciados, mas é dependente de condições específicas.

Embora Pêcheux (1969) se contraponha, como vimos, à noção de sentido como não necessariamente uma troca de informações, sua posição não permite dizer o que é sentido, ou o efeito de sentido, apenas permite dizer o que apenas não é. Porém, mediante o que nos declara Possenti (2004), pelo menos sabemos que o efeito de sentido deriva da enunciação – “pivô da relação entre a língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 193). Assim, acreditamos que o sentido se dá no momento da produção discursiva, no momento da interlocução entre os sujeitos. “Essa seria uma forte razão para interpretar de certa forma a afirmação ‘um sentido é um efeito de sentido’” (POSSENTI, 2004, p. 177). Conforme esse autor, essa ideia de sentido não é aceita pela AD, pois, para essa vertente, o sentido não é produzido na enunciação de um texto, ele será sentido quando se inscrever num discurso que lhe for anterior, ou seja, as palavras têm seu sentido atualizado nas

novas interações, no entanto levando-se em consideração a memória discursiva, as novas formulações estão relacionadas a outras formulações anteriores. Nesse caso, pode-se afirmar que a questão do sentido em relação às palavras se resume como um processo de retomada, uma referência a produções discursivas anteriores.

Já o efeito de sentido do enunciado se dá “apenas em uma relação parafrástica empiricamente constatada” (POSSENTI, 2004, p. 183), ou seja, os efeitos de sentido não se tratam, portanto, de efeitos de significantes, mas de relações interdiscursivas complexas.

Assim, mediante o exposto, definimos os efeitos de sentido como uma troca de informações entre A e B, que se dá na interlocução, em um momento histórico específico no qual os sujeitos ocupam lugares socioideológicos também específicos, mas também concebemos os efeitos de sentido como algo resultante da enunciação que atualiza sentidos inscritos decorrentes de discursos anteriores, isto é, há no sentido uma retomada de relações interdiscursivas. Dessa forma, os efeitos de sentido, como já afirmamos, é, além de tudo, o resultado da relação entre linguagem, ideologia, História e o posicionamento socioideológico em que os sujeitos se encontram.

2 TRADIÇÕES DISCURSIVAS NA IMPRENSA RECIFENSE: ESTUDO DO GÊNERO CARTA DE LEITOR

Neste capítulo, propomo-nos, inicialmente, a discutir a noção de gênero discursivo proposta por Bakhtin (2003) e Todorov (1980). Recuperaremos, a partir da noção de Tradições discursivas proposta por Koch (1997) (*apud* SIMÕES (2007)) e Kabatek (2006), o restabelecimento do percurso histórico de constituição do gênero carta de leitor e a sua caracterização linguístico-discursiva nos periódicos recifenses da primeira metade do século XIX. Delinearemos, ainda, a funcionalidade do suporte – *jornal* – como elemento responsável pela inserção de parcelas da sociedade no mundo da informação e da cultura letrada.

2.1 Gênero do discurso: materialidade da língua(gem)

É inquestionável que a linguagem é o resultado de atividades humanas coletivas e que seu uso está relacionado a fatores sócio-políticos e históricos. Entendemos que esse valor social que há, na linguagem, é resultado de uma trajetória evolutiva cheia de relevâncias e inconsistências. Algo nos fica bastante claro: a linguagem, como reflexo de entrecruzamentos diversos, como atividade voltada à comunicação humana, é multiforme e heterogênea, da mesma forma como os campos da atividade humana e os próprios usos da língua.

A língua realiza-se por meio de enunciados (orais ou escritos) que refletem as condições e as finalidades do grupo que os usa. Cada enunciado é concreto e individual, e possui um conteúdo temático, uma organização composicional e um estilo. Essas características estão intimamente ligadas e voltadas para o grupo social a que pertence cada enunciado, uma vez que, se a linguagem se dá de maneira multiforme, os enunciados efetivos da língua também são diversos e é desta diversidade que surgem “tipos relativamente estáveis de enunciados”, os quais Bakhtin (2003) denomina *gêneros do discurso*.

Os vários campos da atividade humana possuem seus específicos gêneros discursivos, isso representa que cada uma dessas organizações sociais tem, em si, propósitos e finalidades comunicativas diversas. Em um estabelecimento de ensino e em um Fórum, por exemplo, não são produzidos os mesmos gêneros. Tanto a escola quanto o Fórum usufruem de específicos enunciados concretos, porém, estes enunciados se caracterizam por um conteúdo temático, um estilo, assim como por sua construção composicional próprios (BAKHTIN, 2003). Diante disso, definimos que nossas interações comunicativas diárias se dão única e exclusivamente por meio de gêneros. Desde uma simples carta, endereçada a um parente distante, a um texto como este escrito, para fins acadêmicos, estamos lidando com o uso da língua em forma de enunciados relativamente estáveis.

Como podemos perceber nos exemplos dados acima – a carta e a dissertação –, é nítido afirmar que um, aparentemente, é mais simples, outro aparenta ter um nível de complexidade maior. É a partir dessa premissa que Bakhtin (2003) faz uma classificação dos gêneros do discurso em *primários* e *secundários*. Essa divisão dos gêneros não é de caráter funcional, mas imprescindível para o estudo dos fenômenos do gênero. Para investigá-lo, é preciso, também, levar em consideração, a natureza do enunciado que deve ser descoberta, já que há uma grande e essencial diferença entre aqueles tipos de gênero.

Os gêneros secundários, em sua formação, incorporam e reelaboram os primários que se formam nas condições comunicativas imediatas. Para Bakhtin (2003), os gêneros secundários (complexos) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente escrito). Não se pode considerar, a partir deste ponto, que os gêneros primários, por serem mais correntes, sejam tipicamente falados, e os secundários sejam escritos. Em alguns casos, isso já foi motivo de muitas discussões, pois se acreditava que os gêneros secundários, por serem mais complexos e predominantemente escritos, eram melhores do que os gêneros primários, tidos como corriqueiros e como resultantes de condições comunicativas imediatas. No entanto, parece que esse problema vem se esclarecendo.

Entender a natureza do enunciado e as diversidades de formas do gênero é bastante relevante para os campos da linguística e da filologia. Entretanto,

prender-se apenas à análise do material linguístico do gênero faz o estudo dos enunciados concretos mergulharem em abstrações estruturalistas irrelevantes, como também enfraquecem as relações da língua com a vida. “Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2003, p. 265). É certo que cada gênero possui sua materialidade, não há como negar, no entanto, o seu papel na interação social entre os sujeitos, a sua relevância ideológica, sua funcionalidade comunicativa e, principalmente, sua natureza dão um novo direcionamento ao estudo dos gêneros discursivos.

Os gêneros discursivos são enunciados que se relacionam com uso da língua. Sua formação é influenciada por fatores extralinguísticos, mas, mesmo assim, pode-se afirmar que dos gêneros do discurso flui a individualidade do sujeito falante.

No tocante à formação e à constituição dos gêneros do discurso, Todorov (1980) afirma que a origem dos gêneros está relacionada à transformação de gêneros anteriores, ou seja, gêneros novos surgem de gêneros velhos. Sendo assim, salienta:

De onde vêm os gêneros? Pois bem, simplesmente de outros gêneros. Um novo gênero é sempre uma transformação de um ou vários gêneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação. Nunca houve literatura sem gêneros; é um sistema em contínua transformação e a questão das origens não pode abandonar, historicamente, o terreno dos próprios gêneros: no tempo, não há nada de “anterior” aos gêneros (TODOROV, 1980).

Assim há uma convergência entre Todorov (1980) e Bakhtin (2003) ao se entender a origem dos gêneros do discurso como um fenômeno relacionado a questões sociais, pois, ao mudarem as relações em sociedade, surgem novas necessidades comunicativas, conseqüentemente, os gêneros do discurso sofrem também alterações, transformando-se até em novos “enunciados relativamente estáveis”, como muito bem afirma Bakhtin (2003).

2.2 Gênero *Carta*: *usus et historiae*

Nesta seção, aliados à noção de gênero do discurso de Bakhtin (2003) e de Todorov (1980), trataremos do modelo de Tradição discursiva proposta por Koch (1997) (*apud* SIMÕES, 2007) e Kabatek (2006), a fim de delinear o percurso histórico do gênero *Carta*.

2.2.1 Tradições discursivas: usos linguísticos para as histórias dos usos

Em meados dos anos 80 do século passado, questões referentes ao estudo do texto vêm à tona. A Linguística Textual se encarrega de dar suporte teórico a diversas perspectivas de análise textual, desde a identificação de elementos sintáticos lexicais presentes no texto até considerar um texto com sua função ou finalidade comunicativa. Aliadas a esses avanços da Linguística Textual, a Linguística variacional e a Pragmática são combinadas, e como resultado desse casamento, Brigitte Schlieben-Lange, aluna de Eugenio Coseriu, propõe o desenvolvimento de uma *Pragmática histórica* destinada a estudar a relação entre oralidade e escrita com o par de óculos do histórico. Alguns anos após, essas tradições foram ampliadas em numerosas questões resultando daí a noção de **Tradições discursivas**. Esse termo, de “responsabilidade” do Peter Koch, é resultado da ampliação dos níveis de linguagem propostos por Coseriu.

Há, conforme Coseriu, a existência de três aspectos que subjazem à atividade linguística, a saber: *o nível universal do falar em geral*, “nível comum a todos os seres humanos”; *o nível histórico*, como “sistemas de significação historicamente dados, atualizados, no terceiro nível, o *nível do texto/discurso* (KABATEK, 2006). Esses elementos são imprescindíveis para qualquer questão que envolva o uso da linguagem. É dessa lição coseriana: estudar a competência linguística em níveis, que se encontram, como dissemos, as bases para o conceito de Tradições discursivas (TD). Na verdade, essa noção surge da duplicação do nível

histórico, em que, segundo Peter Koch (*apud* SIMÕES; KEWITZ, 2007, p. 4) “esse nível precisaria ser subdividido em dois: o nível histórico das línguas em particular (alemão, francês, inglês, português) e o nível histórico das tradições discursivas [...]”.

Já Kabatek (2006, p. 508) afirma

Dito de outra maneira, pode-se dizer que a atividade do falar, com uma finalidade comunicativa concreta, atravessaria dois filtros concomitantes até chegar ao produto do ato comunicativo ou enunciado: um primeiro filtro corresponde à língua e um segundo corresponde às tradições discursivas.

Diante disso, é interessante o exemplo dado por Kabatek (2006) ao se referir ao encontro com alguma pessoa na rua, e a esta pessoa se profere um “bom dia”. Não haverá a sistematização dessa finalidade comunicativa se não houver o uso do acervo lexical e gramatical, mas também se não estiver a saudação dentro de moldes tradicionais de produção discursiva.

Assim

[...] uma primeira abordagem poderia entender as TD como modos tradicionais de dizer as coisas, modos que podem ir desde uma fórmula simples até um gênero ou uma forma literária complexa. Agora, precisamente por essa relação entre as TD e os gêneros, tem-se entendido em alguns trabalhos como sinônima a noção de TD com a de gênero. Mas se fosse assim, o próprio termo TD não seria mais do que um substituto para algo já estudado à exaustão pela lingüística de texto (KABATEK, 2006, p. 509).

As TD são o material composicional dos gêneros (SIMÕES; KEWITZ, 2007, p. 13), são “elementos gerais caracterizadores do gênero discursivo” (PEREIRA, [s.d], p. 3).

Esses traços característicos de organização composicional podem se verificar quando se comparam gêneros situados em uma escala temporal. Os gêneros vão mudando, e nesse processo de mutação, podem conservar ou re-

elaborar TD – elementos gerais caracterizadores do gênero. A maneira como se estrutura o gênero evidencia a presença de TD específicas, pois cada gênero discursivo possui sua peculiaridade composicional.

Reconhecer um gênero discursivo implica o conhecimento de suas características físicas presentes em sua organização composicional. Na história do gênero, verificam-se essas tradições na maneira de dizer as coisas.

Esse tradicionalismo nas atividades do falar oscila, quanto a sua gênese, “entre a convenção e a inovação, entre o conservadorismo e dinamismo” (SIMÕES; KEWITZ, 2007, p. 7), por isso Koch (*apud* SIMÕES; KEWITZ, 2007, p. 7) diz que para compreender essa problemática é preciso levar em consideração que as TD são tipos específicos entre outras tradições de dizer, sendo assim formula “alguns postulados e condicionamentos que operam sobre a evolução dos bens culturais” Dentre esses postulados propostos por Koch, destacamos: (a) **Tradições discursivas nunca emergem ex nihilo** cujo esquema verifica que a partir de específicas TD há a geração de novas formas discursivas; (b) **O conservadorismo de tradições culturais** o qual faz alusão ao surgimento de uma tradição cultural nova que conserva em sua organização marcas constitutivas do gênero de origem. É o que mostramos a seguir, ainda neste capítulo, ao afirmar que as cartas de leitor do século XIX conservam em sua organização composicional características do seu gênero de origem: as cartas pessoais do século XVI, XVII e XVIII. Estas resultam, por inspiração, primeiramente, dos modelos rígidos prescritos pela *Ars dictandi*.

Como afirma Koch (*apud* SIMÕES, 2007, p. 171),

[...] aos poucos esse esquema rígido foi sendo adaptado às necessidades discursivas a que os textos deviam atender. O produto dessa inovação resulta no surgimento de tradições discursivas mistas, como o *sermão*, o *aviso*, a *memória*, o *diário* e as *cartas* de toda a sorte.

Nesse caso, da mesma maneira como os gêneros se originam de outros já existentes (TODOROV, 1980) e a sua produção está voltada a necessidades sociais (BAKHTIN, 2003), daí suas mutações; às TD, como vemos, não é diferente,

sua origem também está relacionada a tradições já existentes e a necessidades discursivas diversas.

2.2.2 O gênero *Carta*: um percurso histórico

Para Bakhtin (2003), os gêneros primários se realizam nas condições comunicativas imediatas. A carta enquadra-se nessa classificação, porém “é um gênero complexo, muito amplo, incluindo uma diversidade de textos e de propósitos nela encontrados” (MELO, 1999, p. 14).

O gênero carta é uma das mais antigas produções discursivas, como dissemos, sua evolução está intimamente ligada à evolução da sociedade que a usou para determinados fins no fio da história. Isso nos comprova o posicionamento bakhtiniano e todoroviano de que a formação e a produção de gêneros discursivos estão relacionadas a fatores extralinguísticos, pois, a partir do momento em que mudam as relações sociais, os gêneros sofrem também mutações.

A carta, que aproxima duas pessoas ausentes, ou três, como nos textos selecionados para a nossa pesquisa, tem seu conteúdo temático voltado a um determinado contexto histórico e a uma situação concreta de enunciação. “As cartas são a manifestação espontânea de um emissor que quer, sobretudo, comunicar-se com o outro, e que o faz com deliberada espontaneidade” (AMARAL, 2000, p. 22).

A origem da carta remete à Antiguidade. Na China, por exemplo, a 4000 a.C., havia um correio oficial por meio do qual as mensagens eram levadas ao destinatário pelo mensageiro (escravo e liberto); no Egito, por volta de 2500 a.C., dispunha-se de uma rede de mensageiros que conheciam as localidades egípcias e que se encarregavam da entrega. As missivas escritas na Antiguidade eram um excelente veículo de informação, “as cartas ocupavam o lugar dos jornais e prestavam os mesmos serviços. [...] Certas cartas afixavam-se nas praças ou corriam em cópias distribuídas pelos destinatários, tornando-se públicas” (RIZZINI, 1977, p. 9).

A divulgação e, conseqüentemente, a leitura das cartas proporcionaram a uma restrita parcela da sociedade romana, por exemplo, um acesso ao conhecimento dos assuntos da política local formando, assim, uma opinião geral.

No final da Antiguidade, início da Idade Média, Augusto criou em todo o Império Romano um sistema de entrega de correspondências que mais tarde fora aperfeiçoado por Carlos Magno.

Na quadra final da República, Roma estabeleceu com as províncias, para uso do governo, um serviço de correios depois desenvolvido por Augusto. O público ou utilizava esse serviço ou empregava escravos, os *tabellari*, na entrega de sua correspondência (RIZZINI, 1988, p. 44).

A partir do século XI, houve a difusão da *Ars dictandi* – compêndio destinado à produção de documentos da diplomática prescritos num rígido sistema de regras baseados no modelo da Retórica, uma vez que, neste momento, houve o estímulo para estudos retóricos como modelo à escrita e à propaganda.

As regras propostas pela *Ars dictandi* eram: o *salutatio* (a saudação), o *exordium* (o começo), o *narratio* (a narração), o *petitio* (a solicitação) e o *conclusio* (a conclusão). Devido a novas necessidades discursivas, o esquema rígido proposto sofreu mutações, resultando em novos gêneros e TD.

A mais antiga *Ars dictandi* que se conhece é a do professor secular de Bologna, Adalberto Samaritano. Em sua obra, *Praecepta dictaminum*, escrita entre 1111 e 1118,

[...] descreve os vários tipos de saudação, ao lado de uma seleção de modelos de cartas. Esse é o molde da tradição do qual serão retirados os secretários de cartas que se publicaram nos séculos seguintes, modificados ao longo da história, de acordo com a demanda específica de cada comunidade (SIMÕES, 1997, p. 171).

Já no século XIV, as cartas de Cícero, Petrarca, figuras da Antiguidade, eram admiradas. Nesse período, eram escritas em Latim e passaram a ter um cunho particular. Esse fato foi influenciado, por exemplo, pelos místicos que se viam na necessidade de trocar experiências espirituais. Nesse momento, um sistema de troca de correspondências fora instituído na Europa devido ao comércio na Itália setentrional, prevenindo, assim, a criação dos jornais. A passagem da Idade Média para a Idade Moderna força a perda do prestígio latino na escrita das cartas, dando espaço ao uso das línguas locais.

Além disso, após a Idade Média, assiste-se à origem do sistema postal. Como, inicialmente, as cartas eram enviadas via mensageiros, por questões comerciais, como dito anteriormente, a expansão dessas relações mercadológicas deu origem, como afirma Habermas (*apud* PESSOA, 2002, p. 198), “aos chamados correios ordinários”, os quais eram responsáveis pela entrega de correspondências em determinados dias.

Daí por diante, há uma popularização da arte epistolográfica, pois, até então, a produção de missivas era reservada a “letrados” e estadistas (ALVES, 2004) ou circulava, na Idade Média, nos palácios e palacetes (SIMÕES, 2007). A escriturização de cartas tornou-se uma maneira de estabelecer elos com os parentes e amigos distantes (SIMÕES, 2007), envolvendo, assim, uma maior parcela da sociedade. Nesse contexto, na Europa dos séculos XVI e XVIII, há a publicação do *La Secrétaire a la mode*, em 1640, de Jean Puget de La Serre, uma coletânea de modelos de cartas destinada a nobres e burgueses. Para Simões (2007)

Se a tradição bolonhesa da *ars dictandi* foi a inspiração do *Secrétaire* francês de Puget de La Serre, sua obra faz o caminho inverso e devolve à Itália a sua versão de escrever cartas através das traduções feitas dessa obra para o italiano em 1673 por Lívio Alessandri e em 1675 por Girolamo Brusoni.

Sendo assim, a carta nos séculos XVI, XVII e XVIII satisfazia o interesse da sociedade por novidades, “escapava a qualquer censura, prestigiada pelas rodas aristocráticas e palacianas em que se cruzava” (RIZZINI, 1977, p. 59). As cartas,

além de serem importantes veículos de informação pública, eram mais informativas do que as gazetas, como afirma Rizzini

[...] as cartas particulares dos séculos XVI, XVII e XVIII possuíam maior conteúdo jornalístico, no sentido informativo, do que a maioria das folhas a mão e deixam de perder de vista as primeiras gazetas impressas sob a égide dos governos e por isso votadas ao noticiário deformado e gratulatório. (...) Acresce que a organização da posta no século XVII implicou uma regularidade que ainda mais assemelhou as cartas às gazetas: partindo os correios, em geral, cada oito dias, passaram naturalmente as cartas a construir uma crônica da semana; mal abalava um ordinário – assim se chamavam os correios regulares – cuidava-se logo do imediato; anotava-se isto ou aquilo, retinha-se de memória tal ou qual fato ou incidente, exatamente como um secretário de jornal recebe e classifica hoje a matéria da edição de amanhã (RIZZINI, 1977, p. 60).

Por sua periodicidade, as cartas particulares tornaram-se noticiários eficientes. Seu espaço era usado para prestação de contas; denúncias de roubos, anúncios de casamento; local de divulgação de intrigas políticas entre grandes e pequenas cortes da Europa; demonstração de humor, leveza em textos narrativos como anedotas e epigramas; espelho de loucuras do século XVIII, por exemplo, as explícitas e delicadas cartas de Byron; os acontecimentos políticos e sociais ocorridos na Inglaterra e na França; publicação de nomeações honoríficas de condes; a intolerância por atrasos; a ira e a gravidez de Rainhas, até mesmo medo de morrer de fome durante guerras. Essas eram informações veiculadas às cartas privadas, isso comprova a importância desse gênero discursivo para a manutenção das relações sociais e languageiras da época.

Cartas eram sinônimo de novidades públicas. Receber uma correspondência era se atualizar, não recebendo, o indivíduo se sentia excluído da sociedade, como nos relata Rizzini (1977), ao destacar fragmentos de correspondências da época:

O dever não cumprido tinha de ser escusado: “Passo os dias no meu quarto, trabalhando em tapeçaria – justifica-se Mme. de Maintenon ao marechal d’Albret – e por isso ando muito mal informada do que acontece”. O abade Galiani suspirava em Nápoles por notícias da França: “Ninguém

me escreve de Paris – queixava-se a Mme d'Épinay. Isso me dá um péssimo humor. Sem maços de cartas dos amigos não posso representar-me essa irreparável sociedade” (RIZZINI, 1977, p. 63).

Assim as cartas eram trocadas entre pessoas do mesmo naipe. As mais interessantes eram citadas nas conversas, levadas a debates, lidas em comum, ganhando uma difusão própria e restrita (RIZZINI, 1977). Em determinadas situações, alguns remetentes mandavam cartas a amigos na esperança de que as distribuíssem entre si. Assim surgiram narrativas de viagens, como também cartas de sensação, estas passavam de mão em mão, ou corriam em cópias as províncias. Conforme Chartier (1994. p. 98) “a leitura em voz alta permanecia então como o cimento fundamental de diversas formas de sociabilidade familiar, erudita, mundana ou pública, e o leitor que visa a vários gêneros literários ou é um leitor que lê para os outros ou é um ‘leitor’ que ouve ler”.

Segundo Rizzini (1977), as pessoas, ao se encontrarem, carregavam consigo cartas de filhos, por exemplo, a fim de expor a situação da cria ao ouvinte; no entanto, ao ler em voz alta essas correspondências, omitiam-se indiscrições no intuito de reservar detalhes bastante íntimos.

Outras pessoas enviavam suas correspondências a filhos, como é o caso das cartas de Mme. Sévigné que endereçava suas missivas à filha, Mme. de Grignam, que se encontrava na Provença. “Determinadas coleções de cartas são tidas como o melhor repositório de fatos e de opiniões do seu tempo, tão preciosas, se não mais, quanto as posteriores coleções de jornais” (RIZZINI, 1977, p. 65).

A coleção de cartas de Mme. Sévigné, marquesa que viveu na França no século XVII, conserva um valor importantíssimo: a história de um mundo seiscentista francês. A sua relevância é tanta que os manuais escolares a usam até mesmo para apresentar fatos da vida de Luís XIV, o que a torna uma “repórter do seu tempo,” como afirma Amaral (2000).

Suas correspondências eram enviadas à filha que se encontrava distante por motivos pessoais. Observam-se aspectos em suas cartas, como por exemplo,

reflexões sobre a vida e as pessoas, assim como a informalidade na linguagem. Dizia que adorar a filha e escrever cartas eram amores inseparáveis.

Rizzini (1977), ao se referir a Mme. Sévigné, afirma que

[...] cartas suas há de inimitável poder emocional, como a da morte de Terenne; de enredo minucioso e execução cinematográfica, como a do suicídio de Vatel, ou de vivacidade e graça sem par, como a relativa ao propalado noivado da Grande Mademoiselle com o duque de Lauzun. A notícia do noivado da Grande Mademoiselle, a duquesa de Montpensier, prima de Luís XIV, com Lauzun, que se desmancharia, transformando-se em casamento secreto, é, de fato, uma das mais cintilantes páginas de jornalismo legadas pelo epistolário do século XVII, não ultrapassada, em interesse, sensação e “suspense”, por nenhum escrito posterior, nem mesmo pela mestria dos repórteres-literatos e dos cronistas da grande imprensa. Mas o que a tudo sobreleva em Mme. Sévigné é o seu poder narrativo, a sua extraordinária capacidade de reproduzir, com todas as linhas e coloridos, o maior e o menor acontecimento, numa palavra – a sua arte de contar (RIZZINI, 1977, p. 66).

A carta foi a primeira forma de jornalismo a beneficiar-se da tipografia. No século XVI, cresce, na Itália e na Espanha, a circulação ou a reunião de cartas. Aretino, primeiro jornalista, publicou seis coleções de cartas suas e alheias em dezesseis tiragens. Continha em suas missivas “menos de informação do que de combate e louvor, ecos de avidez de prazeres e do cinismo político, da crise religiosa e da paixão artística pelo Renascimento” (RIZZINI, 1977, p. 68) – suas correspondências causaram delírios.

Foi em dezembro de 1537 que sai a primeira edição tipográfica das cartas de Aretino, em língua italiana. Sua fama se espalhara por toda a Europa e seus textos chegavam a cortes reais e principescas. “Folheando as cartas, não se sabe o que mais intriga, se a imprudência do autor, no pedir, exigir, extorquir dinheiro dos potentados, ou se a timorata passividade destes, pagando-lhe tributos e não raro acrescentando-os de sortidos custosos mimos” (RIZZINI, 1977, p. 69). Segundo Pessoa (2002), das cartas de Aretino surge uma espécie de romance picaresco.

Já na Alemanha, a carta de Martinho Lutero tem um papel importante no surgimento do subgênero *carta aberta* – uma derivação de correspondências com pessoas de círculo pessoal e com intelectuais.

O século XVIII é cenário de muitas inovações no uso e envio de cartas. Nesse momento, ela passa a ser uma espécie de telefone da época⁸. Daí o surgimento do romance epistolar ser reflexo da difusão do hábito de escrever cartas. É, também, no século XVIII, que se consolidam os serviços postais em todos os países europeus que adotaram o selo como forma de pagar pelo envio das correspondências. O selo foi usado, primeiramente, na Grã-Bretanha, em 1839, na Espanha foi adotado apenas em 1850.

Nas últimas décadas do século XVIII, a carta adquire um valor literário por causa também da diminuição de seu caráter de gênero retórico. Nesse período, a língua usada na burocracia já começa a perder seu caráter retórico e, por influência do movimento romântico, as cartas revelam a influência de uma língua mais natural e mais próxima do cotidiano (PESSOA, 2002, p. 200).

A carta em Portugal, no século XVI, assume o papel de importante veículo de informação, prestação de contas. Além desse gênero, eram escritos relações e diários, que resultavam no final, em cartas, uma vez que tudo era enviado ao el-Rei como informações de gente e terras peregrinas. Assim, suas páginas tornavam-se cartas-narrativas. “Mas esse epistolário, além de nada traduzir dos costumes contemporâneos, morria asfixiado nos arquivos oficiais” (RIZZINI, 1977, p. 70)

As cartas de Nicolau Clenardo, num Portugal renascentista, são grandes fontes da vida portuguesa desse período. Ao escrever a Tiago Latônio, Nicolau discorre sobre costumes, moedas, a falta de artistas e sobre o emprego imoderado de escravos. Escreve, também, desde o preço do pão até o que se gasta e onde, e como se vivia.

⁸ Essa comparação é encontrada em Pessoa (2002) que cita Watt (1990).

No entanto, no século XVII, destacam-se as cartas-noticiosas do Padre Antonio Vieira que se inserem na tradição retórica. Nesse mesmo período, um outro epistológrafo surge – D. Francisco Manuel de Melo – que escreveu 22.600 cartas, sem inserir notícias.

Ainda no século XVII, começa a ser regulada a arte da epistolografia com a publicação do livro *Corte na Aldeia* (1619) de Francisco Rodrigues Lobo em cuja obra havia a “preocupação com uma teoria sobre o modo de escrever cartas em Portugal, porque antes os comentários só tratavam de cortesia e tratamento” (PESSOA, 2002). Essa arte de escrever postas se expande ao século XVIII quando da publicação de *O Secretario Portuguez* (1745) de Francisco José Freire, re-editada no século XIX, em 1801, cuja finalidade era “ensinar” a produção de cartas modelo.

Ao mencionar a publicação do *Secretario Portuguez*, Simões (2007, p.173) afirma:

Como o próprio autor recomenda na introdução de sua obra, o modelo de produção de cartas toma como base a tradição das línguas latinas, o que já aí prova que a constituição desse gênero era um conhecimento compartilhado pelos autores das línguas românicas e que seguia o canal da tradição epistolar desde os primeiros teóricos do gênero ainda no Latim.

Na *Instrução Preliminar* do *Secretario Portuguez*, o ato de escrever cartas era bastante recorrente, embora não fosse comum saber compô-las, o que justifica a publicação da obra. “Nam ha cousa mais commua que o escrever Cartas; e com tudo naõ he cousa commua o sabellas compor” (Cândido Lusitano/Freire, Francisco José, 1746).

O indivíduo ao produzir cartas não necessitaria apenas de se comunicar com alguém ausente, era preciso prover de inteligência e de domínio das línguas latinas e da língua materna a fim de “compollas com methodo, e boa fórma”.

A ne- cessidade da vida faz, com que cada hum entre a fazellas; porque tanto aos ignorantes, como aos sabios frequente- mente he preciso o communicarem-se por meyo de Cartas com os auzentes : Porèm pelo ordinario sò he proprio de pessoas intelligen- tens o compollas com methodo, e boa fórma [...] Porèm muy pouco confio nas minhas instrucçoens, se o novo Secretario não for dota- do de hum vivo engenho, e não tiver hum inteiro conhecimento das linguas Latinas, e Materna, e huma larga lição dos melhores, que escreveraõ Cartas, e etrataraõ [sic] do modo como sedevem formar (CÂNDIDO LUSITANO/FREIRE, FRANCISCO JOSÉ, 1746).

Na *Instrução Preliminar do Secretario Portuguez*, Freire adapta as recomendações do *Segretario* de Isidoro Nardini que copiou o italiano que já fazia parte do *Secrétaire* francês.

Saõ tantos os que ha nas Naçoens estranhas, como entre nòs saõ rarissimos, os que escreveraõ Cartas, e nenhuns, os que expuzeraõ o me- thodo, e regras, com que estas sehaviaõ compor. Hum dos melho- res Authores; e dos mais modernos he o Academico Arcade Isidoro Nardi, a quem sigo nesta Instrucção Preliminar (CÂNDIDO LUSITANO/FREIRE, FRANCISCO JOSÉ, 1746).

No final da *Instrução*, Freire oferece a constituição do gênero, mantendo-se, assim, uma relação, também, com as regras propostas pela *Ars dictandi*.

Todas as cartas (reservando as de narração, e discrição) se dividem em quatro periodos. No primeiro se narra o facto; no segun- do se roga a que se agradeça, ou respectivamente se daõ os agrade- cimentos; no terceiro se offerece o prestimo; e no quarto se desejaõ felicidades (CÂNDIDO LUSITANO/FREIRE, FRANCISCO JOSÉ, 1746).

Ainda em terras portuguesas, no século XVIII, Verney (*apud* PESSOA, 2002, p. 204) escrevia sobre a importância de redigir cartas e propunha um estudo da língua a partir delas:

Isso posto, julgo que este deve ser o primeiro estudo da Mocidade, e que a primeira coisa que se lhe deve apresentar é uma Gramática... ou algum livro vulgar e carta bem escrita e fácil... Depois, dar-lhe-ia um livro de Cartas, v.g. as do P. António Vieira, escolhendo as mais fáceis... Quando os rapazes estivessem mais adiantados, obrigá-los-ia a escrever algumas cartas a diversos assuntos, e introduziria entre dois uma correspondência epistolar, ensinando lhes os tratamentos e modo de escrever a diversas pessoas.

Falar da carta no Brasil é remeter-se ao Descobrimento, à carta de Caminha. Como vimos, na história da epistolografia portuguesa, esse gênero passa a ser bastante utilizado durante o período das grandes navegações com a finalidade de deixar a corte portuguesa informada dos últimos acontecimentos.

A história do correio brasileiro está relacionada à veiculação do ato de escrever no Brasil. O grande número de analfabetos presentes no país dificultava o interesse pela leitura, conseqüentemente as dificuldades nas relações pessoais. O interesse na circulação de cartas só é percebido com a urbanização (RIZZINI, 1988). As cartas ainda ocupam, também, um espaço na literatura brasileira. Machado de Assis, nos seus romances, utiliza cartas ou bilhetes com recurso literário.

Para Pessoa (2002)

[...] parece que o Brasil do século XIX é uma reprodução em parte do que acontecera na Europa no século XVII. Se o romance surge no XVIII europeu, ele surge no XIX no Brasil; se a carta se populariza na Europa no XVIII, ela se populariza no Brasil no XIX; se o jornal cresce na Europa do XVIII, no Brasil se dá no século XIX (PESSOA, 2002, p. 202).

É nesse percurso histórico do gênero *Carta* que os apontamentos teóricos, sobre gênero do discurso, proposto por Bakhtin (2003) e Todorov (1980) se atualizam. É através de mudanças na sociedade, por mudanças de necessidades comunicativas que surgem os gêneros. Gêneros novos se constituem a partir de gêneros velhos. Daí percebermos o que torna a comunicação humana multiforme e heterogênea assim como os campos da atividade humana e os usos da língua. Seja na transformação da carta em crônica, romance picaresco, carta aberta, romance epistolar, evidenciamos essa gênese discursiva, mas também um dinamismo dos

gêneros em relação ao contexto sócio-histórico no qual se encontra. É importante destacar que o jornal, em seus primeiros anos, assume uma função peculiar às cartas.

Nesse caso, a nossa pesquisa se interessa em descrever e analisar um gênero, também, correlacionado à carta. Trata-se da *Correspondência* que aparece em jornais do século XIX, em Recife, como *carta de leitor* – texto enviado ao *Redactor* ou *Edictor* dos jornais, na efetivação de finalidades comunicativas diversas.

2.3 Cartas de leitor em periódicos recifenses do século XIX

Expusemos, baseados na perspectiva bakhtiniana, que a produção dos gêneros está relacionada a necessidades comunicativas e a fatores extralinguísticos. Sendo assim, ao se falar ou ao se escrever, atividades do cotidiano, produzimos gêneros, uma vez que estamos inseridos em contextos sociais, havendo, assim, necessidades de interagir comunicativamente. Os gêneros estão na sociedade, cada grupo linguístico, cada campo da atividade humana dispõe de seu repertório de gêneros, ou seja, faz uso de gêneros específicos.

Para entendermos as diversidades de formas de gênero e o seu funcionamento como “agente comunicativo”, é preciso levar em consideração sua relação com fatores externos, socioideológicos, mas também se faz necessário levar em consideração em que local esse gênero aparece, qual a sua relação com a exterioridade e com o seu portador. Sim. Portador. É que os gêneros, embora circulem em sociedade, não circulam soltos, “livres”, eles se encontram “ancorados”, “amparados” pelo suporte. Para Marcuschi (2003)

[...] todo gênero tem um **suporte**, ou seja, um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Numa definição sumária, pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto. (Grifo nosso)

O suporte tem por função precípua transportar o gênero, auxiliá-lo na delimitação e na formatação, pode até mesmo influenciar “na natureza do gênero suportado”, no entanto, como afirma Marcuschi (2003), “isto não significa que o suporte determine o gênero e sim que o gênero exige um suporte especial [...] há casos complexos em que o suporte determina a distinção que o gênero recebe”. O autor ilustra esse posicionamento com o seguinte enunciado: *“Paulo, te amo, me ligue o mais rápido que puder. Te espero no fone 55 44 33 22. Verônica.”* Caso esse enunciado fosse escrito em um papel e posto à mesa, poderia ser um bilhete; passado pela secretária eletrônica, um recado; enviado pelos Correios, até mesmo por sua extensão, poderia ser um telegrama; dessa forma, percebe-se que o gênero é identificado pela relação que mantém com o suporte (MARCUSCHI, 2003).

Entender essa relação do suporte com o gênero é compreender como se dá sua circulação social, ou seja, entender como os gêneros percorrem as diversas instâncias sociais. Assim, o interesse em desvendar a funcionalidade do suporte ultrapassa os muros da singularidade, ou seja, analisar o papel do suporte como portador do gênero é algo que ultrapassa simples classificações. Olhar para o suporte, percebê-lo é uma maneira de olhar e perceber a funcionalidade dos gêneros no processo de interlocução entre os sujeitos. Por isso, damos relevância ao suporte que “ancora” e “ampara” as cartas de leitor de nosso estudo: **o jornal**.

Segundo Marcuschi (2003), o jornal se enquadra como um *suporte convencional*, para o qual o autor denomina ser o tipo de suporte identificado como típico ou característico, isto é, produzido para o que realmente foi criado: portar gêneros, em outras palavras, os suportes convencionais são portadores propriamente ditos, diferentemente dos incidentais, suportes eventuais ou ocasionais como embalagens, para-choques, roupas, corpo humano, paredes, entre outros.

Conforme Marcuschi (2003), o jornal diferencia-se da revista por alguns gêneros publicados em seu corpo, tais como: anúncios fúnebres, convite para missa de sétimo dia, resumos de filmes. No entanto, há aparição de gêneros comuns em ambos os suportes: notícias, reportagens, editoriais, cartas de leitor. Elas mesmas, as cartas de leitor. A fim de entender melhor a produção e a circulação desse gênero na primeira metade do século XIX, em Recife, faz-se necessário uma análise do suporte

– o jornal – e um (re)conhecimento de seu papel na formação de uma sociedade letrada.

2.3.1 Do jornal: da produção discursiva à informação

O jornal na primeira metade do século XIX, principalmente após o 7 de setembro de 1822, foi responsável por inserir parcelas da sociedade no mundo da informação e da cultura letrada, não que antes houvesse a publicação ou produção de textos para esse fim, no entanto é também de responsabilidade do jornal a divulgação de diversos gêneros, numa época em que se confrontava o espírito de Independência e liberdade. Nesse contexto, além do desenvolvimento de práticas mais efetivas de produção e leitura de textos, há a consciência de uma língua brasileira, libertando-se, a princípio, da dependência do lusitanismo, resistência dos gramáticos portugueses, que pairava nas tidas “cabeças pensantes” desse jovem país independente, algo um tanto quanto controverso para a época: “inovadores” e “conservadores” digladiando um lugar ao sol. *José de Alencar e Pinheiro Chagas que o digam.*

Segundo Elia (2003), concorreram para essa questão da língua portuguesa falada no Brasil, surgida no século XIX, dois fatores: a Independência e o movimento romântico. Contudo.

[...] um novo rumo não poderia ser tomado sem turbulência. Em nossa elite cultural, continuavam ativos vários letrados portugueses, que contavam, aliás, com a solidariedade de alguns colegas brasileiros. Demais, como separar o que já era brasileiro do que permanecia português? Daí as “polêmicas da língua”, que, de um lado, pontificava um escritor brasileiro, de outro um português (ELIA, 2003, p. 140).

Um contato mais constante com a escrita e a leitura implicou “unificação e deslocamentos linguísticos e alterações na produção de sentidos nos textos que circulavam na época, especialmente os jornalísticos” (GOMES; IAPÉCHINO, 2008, p.

51), relevantes para o despertar da opinião pública . O jornal, embora fosse ainda um meio de comunicação da elite, pois se necessitava de certo nível de alfabetização, refletia em suas páginas informações reservadas a aspirações dessa elite dominante, eram interesses políticos e econômicos que faziam essa classe governante impedir o desenvolvimento de uma imprensa mais livre, sem censura. Em contrapartida, a produção de gêneros jornalísticos também sofria restrições, embora houvesse antes da Independência a publicação de hebdomadários: a *Gazeta do Rio de Janeiro* (RJ), a *Idade de Ouro do Brasil* (BA), o *Semanário Cívico*, o *Jornal de Anúncios* (RJ), o *Amigo do Rei e da Nação* (RJ), o *Bem da Ordem* (RJ) e o *Conciliador do Reino Unido*, periódicos, como afirma Sodré (1999), “típicos da imprensa áulica”.

Para Gomes e Iapechino (2008), aquela elite manteve o controle do material impresso durante os três primeiros séculos da história brasileira a “favor dos seus interesses e da desinformação do povo, a fim de evitar, obviamente, iniciativas revolucionárias”. No entanto, após o movimento constitucionalista de 1821, começaram a circular periódicos com intenso teor político. Seja contra ou a favor do governo.

Dentre alguns desses periódicos, Sodré (1999) destaca:

- a) **Aurora Pernambucana**⁹: periódico recifense, publicado o nº. 1 em 27 de março de 1821, cujo tórculo fora feito na Casa do Trem. Jornal orientado pelo governador da província, Luís do Rego, e dirigido e redigido pelo português Rodrigo da Fonseca Magalhães, secretário e genro do governador. Ambos são considerados pioneiros da imprensa em Pernambuco. Em formato de 25x17, contendo quatro páginas em papel de linho e sobre o título um desenho que mostra montanhas, um trecho de praia, e, ao fundo, o nascer do sol, o *Aurora Pernambucana* era vendido a 80 reis. Seu objetivo era defender a causa do Rei e da Nação, invocando o povo a abraçar as novas instituições que a Assembleia Nacional formava em Lisboa a fim de estabelecer a liberdade política brasileira, assegurando os Direitos da Majestade e os

⁹ Segundo Luiz do Nascimento, em *História da Imprensa de Pernambuco* (1969), a partir da *Aurora Pernambucana*, os títulos de todos os jornais, maiores ou menores, acompanhavam-se de ponto final (.), quando não de uma vírgula (,). Essa prática estendeu-se até as proximidades de 1870.

direitos da Nação. Durou até 10 de setembro, aproximadamente, seis meses, chegando ao fim com o nº. 30.¹⁰

- b) **Diário do Rio de Janeiro:** fundado a 1º de junho de 1821, quatro dias antes do juramento das Bases da nova Constituição portuguesa. Foi redigido pelo português Zeferino Vito de Meireles. Foi o primeiro jornal informativo a circular no Brasil. Em suas páginas diárias circulavam informações de furto, assassinios, demandas, espetáculos, divertimentos, marés, correios, tratavam, também, de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, alugueis entre outros textos. Passou a ser conhecido como *Diário do Vintém* e *Diário da Manteiga* por causa do preço e porque divulgava os preços de vários gêneros, inclusive, da manteiga que chegava da Corte. O Diário do Rio de Janeiro circulou até 1878. Seu estilo foi precursor de todas as características do jornal de informação, isso do ponto de vista jornalístico. Já do ponto de vista político, não praticou o jornalismo áulico, mas também não realizou nada contra.
- c) **Diário Constitucional:** A 4 de agosto de 1821 começa a circular na Bahia esse primeiro periódico a defender os interesses brasileiros, desconfigurando aquela monarquia da imprensa áulica. Seu objetivo era travar luta política a favor dos brasileiros. Principalmente no apoio da renovação da Junta Provisional a qual o Diário Constitucional queria ver composta a maioria por brasileiros. Redigido por Francisco José, Eusébio Vanério e José Avelino Barbosa, o impresso era produzido na oficina da Viúva Serva & Carvalho. A disputa pela gestão da Junta levou o Diário a sofrer muitas censuras e represália política, principalmente após a vitória dos brasileiros na renovação, o que os leva em 10 de maio de 1822 a reduzir o título para o *Constitucional*.
- d) **Typhis Pernambucano:** O primeiro número foi publicado em 25 de dezembro de 1823. Jornal político, redigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, era impresso na Tipografia de Miranda & Cia., em formato de 30 x 21, em oito páginas de duas colunas. A folha publicava-se às quintas-feiras, custando 80 reis. Nascimento (1969, p. 53) observa que, sob o título do Typhis, havia os versos de Camões (canto 5): “Uma nuvem que os ares escurece, / Sobre as nossas cabeças aparece”. Esse periódico anunciava, desde logo, que a pátria

¹⁰ “Continuava o tipo de imprensa áulica: nada do que publicava trazia o timbre brasileiro” (SODRÉ, 1999, p. 50).

parecia “uma nau destroçada pela fúria oceânica, ameaçando soçobro, carecendo da ajuda decidida e abnegada de todos os seus filhos”. Ainda segundo Nascimento (1969), no dia 1º de julho de 1824, nº. 24, o Typhis Pernambucano apresenta as bases do programa, documento político que tinha por princípios a liberdade de imprensa, a admissão livre de cidadãos às funções públicas e uma referência ao trabalho escravo. Por questões políticas, o jornal não pôde ser mais publicado, restando a Frei Caneca continuar a luta por outros meios.

Os periódicos impressos em Pernambuco eram vendidos em locais de Olinda e Recife onde se encontravam redatores e leitores. Conforme Gomes e Iapechino (2008, p. 52) “faziam parte do cotidiano das pessoas as reuniões para leituras coletivas de cartazes e papéis que circulavam. Por meio da força vibrante da palavra falada, manuscrita ou impressa, começava a se expandir um público leitor”.

Na primeira metade do século XIX, a leitura coletiva era bastante recorrente, isso permitia o acesso de uma parcela não-letrada da sociedade à informação. A maior parte do público, ouvinte, podia, dessa forma, ter acesso à produção escrita da minoria culta.

No terreno do impresso, é fato sabido que somente com o advento do jornal, tal como hoje o conhecemos, a leitura deu um salto importante na Europa, contribuindo decisivamente para diminuir o analfabetismo e possibilitar a produção textual de grande parte desses novos alfabetizados (PESSOA, 2005, p. 15-16).

Como vemos, o jornal no século XIX desempenhou um grande papel na difusão da língua escrita, “única fonte de onde se podem extrair dados para a história da língua, de seus usos e da transmissão de textos” (PESSOA, 2005, p. 12). Assim, os impressos contribuíram na formação do que denominamos hoje de português brasileiro.

Os gêneros publicados nos jornais do século XIX demonstram como se davam as relações sociais, já que, para Bakhtin (2003), a produção de gêneros está

voltada a questões sociais, ideológicas, históricas e culturais. É através da escrita de seus textos que se percebiam interesses, desejos, liam-se opiniões, buscavam-se escravos fugidos, vendia-se, comprava-se, reclamava-se. Assistia-se a vida em papéis impressos. Quanto ao jornal, podemos considerá-lo como um espelho da sociedade da época, como um reflexo de sujeitos na busca e na necessidade de interagir comunicativamente.

2.3.2 Dos jornais recifenses: circulação e histórias

Escolhemos para nossa pesquisa cinco jornais recifenses¹¹: o Diário de Pernambuco (DP) (1825-1830), A Quotidiana Fidedigna (QF) (1834-1835), O Diário Novo (DN) (1842-1852), A Carranca (CAR) (1845-1847) e O Capibaribe (CAP) (1848-1849). A opção por esses impressos justifica-se pelo recorte temporal, primeira metade do século XIX, caracterizado pelo momento de consolidação da imprensa no Brasil, e pelo importante papel desses jornais na propagação da cultura escrita e leitora.

O *Diário de Pernambuco*¹² – o jornal mais antigo em circulação na América Latina foi fundado em 7 de novembro de 1825, por Antonio José de Miranda Falcão. Inicialmente, o jornal teve o seguinte formato: 24 ½ x 19 centímetros, dividido em dupla coluna, numeração no início da página, vendido no valor de 40 reis, continha quatro páginas franqueadas aos leitores (Ilustração 1). O cabeçalho de sua primeira página não era muito informativo, havia apenas indicações sobre o número do jornal, dia da semana, mês, ano.

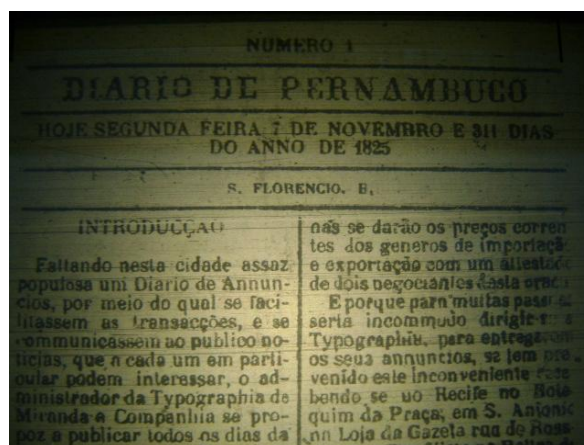


Ilustração 1. Página de abertura do Diário de Pernambuco.

¹¹ Mantivemos a mesma grafia da época para os títulos dos periódicos e para fragmentos extraídos diretamente deles.

¹² O percurso histórico aqui exposto abrange apenas o período selecionado: 1825 a 1830.

A introdução publicada em seu primeiro número anuncia para que veio o jornal:

Faltando nesta cidade assaz populosa um Diario de Annuncios, por meio do qual se facilitassem as transacções, e se comunicassem ao publico noticias que a cada um em particular podem interessar, o administrador da Typographia de Miranda e Companhia se propoz a publicar todos os dias da semana excepto os Domingos somente o presente Diario no qual debaixo dos titulos de Compras Vendas Leilões – Alugueis – Arrendamentos – Aforamento – Roubos – Perdas – Achados – Fugidas [...]

(DP, 07-11-1825)

Nesse período inicial de publicação, os anúncios poderiam ser entregues em postos “no Botequim da Praça, em Santo Antonio, na Loja da Gazeta, rua do Rosário, e na Boa Vista, na Botica de João Ferreira da Cunha, ao largo da Matriz, em cujas casas se recebiam, igualmente, assinaturas” (NASCIMENTO, 1968, p. 22).

No primeiro número constava, ainda, um aviso aos assinantes informando-lhes que caso ao ser entregue, se as portas estivessem fechadas, o jornal seria posto por baixo das mesmas, porque, segundo os editores, tornar-se-ia incômodo procurar duas ou três vezes pelo assinante.

O **DP** dispunha de seções fixas, como o propósito inicial do jornal era servir a transações comerciais, as suas seções estavam muito relacionadas a esse fim, por exemplo: *VENDAS, ROUBOS, VIAGENS, COMPRAS, LEILOES, PERDAS, AFRETAMENTOS, ENTRADAS E SAHIDAS DAS EMBARCACOES, AVIZO, FUGIDAS DE ESCRAVOS, AMAS DE LEITE, ACHADOS, ANEDOCTAS, EPIGRAMA.*

As cartas de leitor publicadas no **DP**, até 1828, apareciam em uma seção sem título, apenas introduzido o texto pelo vocativo *Sr. Redactor*. A partir de janeiro de 1829, eram publicadas na seção *CORRESPONDENCIA*. Segundo Nascimento (1968, p. 25)

Adotando programa mais vasto, a folha divulgava, também, a par de raros artigos de redação, variedades e Correspondências, estas com assinaturas como **O Abelhudo, O Venturoso, Um Matuto, O amigo dos homens, O bumba papa-farinha, O bumba meu boi, O caruaruense**, etc., naturalmente uma matéria de cada vez, devido à deficiência de espaço, inclusive ainda excertos de discursos parlamentares ou transcrições.

As primeiras cartas publicadas vinham concluídas por: cidade, dia, mês e ano e, em geral, localizavam-se na terceira página.

Em 7 de agosto de 1827, o fundador do **DP**, Antonio José de Miranda Falcão, foi processado pelo ouvidor de Olinda, Luiz Vitório do Nascimento Crespo, por denúncia de ofensa à liberdade de imprensa e por ataque ao suplicante. Miranda Falcão defende-se inserindo em seu jornal de 11 de outubro de 1827 um artigo intitulado “O redator do **Diario de Pernambuco** chamado a jurado”, no qual resumiu o fato. Quatro dias após a denúncia, o Conselho de Jurados considerou-a improcedente, ficando, assim, o acusado, absolvido.

Após o reajuste no valor do jornal, em 20 de março de 1827, para 60 reis, a partir de 1828, “ao passo que aumentava o formato da folha para 20 x 30,

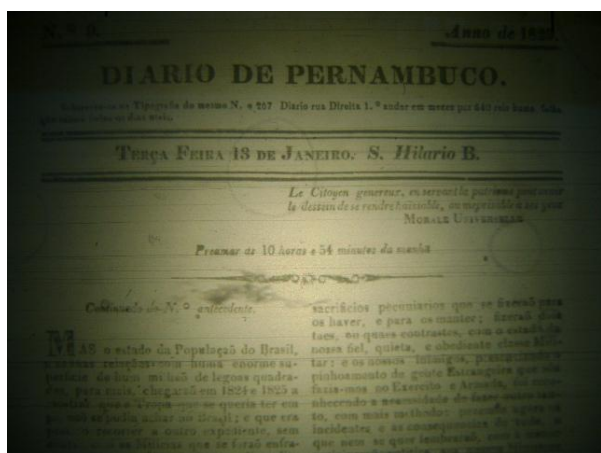
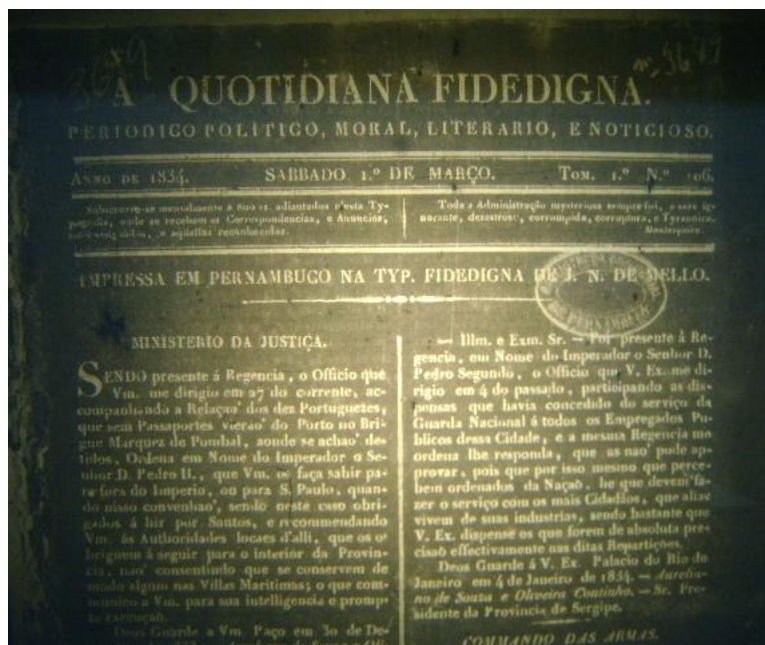


Ilustração 2. Nova formatação do Diario de Pernambuco em 1828.

acrescentou-se-lhe o preço da assinatura mensal: 640 reis” (NASCIMENTO, 1968, p. 26). Ao mudar o formato, acrescentou-se, ainda, abaixo do cabeçalho, à direita (Ilustração 2): “**Lê Citoyen genereux, em servant la patrie ne peut avoir lê dessin de se rendre haissable, ou meprisables, a sés yeux - Moral Universal**” que permaneceu Segundo Nascimento (1968) até 1º de abril de 1829, já para Alfredo de Carvalho, a divisa

permaneceu durante os meses de outubro de 1829 a março de 1830.

A Quotidiana Fidedigna – periódico político, moral, literário e noticioso tivera sua primeira publicação em outubro de 1833, sobre um formato de 30 x 20



com quatro páginas divididas em dupla coluna, era impresso na Tipografia Fidedigna situada à Rua das Flores, 17. Em sua página de abertura havia as seguintes informações: título, ano, dia e mês além do tomo e número da publicação (Ilustração 3).

Ilustração 3. Página de abertura de A Quotidiana Fidedigna.

Sob o título constava: “*Subscreve-se mensalmente a 600 rs adiantados n’esta Typografia, onde se recebem as Correspondencias, e Anuncios, estes assignados e aquelas reconhecidas*”. Ao lado, ainda sob o título, um pensamento de Mostesquieu: “*Toda a Administração mysteriosa foi, e sera ignorante, desastrosa, corrompida, e Tyranica*”.

Dentre as seções encontradas na **QF** estavam: *Ordem do dia, Aviso Particular, Registro do Porto, Theatro Nacional, Cambios, Administração dos Correios, Errata de numero antecedente, Furto, Soneto, Artigos de Officio, Variedades, Maximas* entre outras. O QF fora responsável por uma linguagem clara e pacífica, dentro das formalidades. Estava ligado aos Caramurus (Conservadores) e recebeu colaboração d’O Sonambulo, pseudônimo do Padre Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, que foi contra o movimento dos Cabanos. “Era mesmo essa campanha o objetivo principal d’A Quotidiana Fidedigna, que estampava amplas informações procedentes do acampamento legal (NASCIMENTO, 1966, p. 28). O último número do **QF** foi o 33¹³, em 11 de fevereiro de 1836.

¹³ Houve início de numeração em 1836.

Algo inusitado ocorreu nas páginas do Diário de Pernambuco, em 21 de março de 1836, após o encerramento da publicação do QF. Na seção Avisos particulares constava: “O Pimentel, cobrador da subscrição da Quotidiana Fidedigna, pede àqueles srs. Que ainda estão a dever alguns meses da mesma Quotidiana, que por muito obséquio deixem ordem em suas casas, no caso de desencontro, para a satisfação das mesmas ou um final desengano de que não querem pegar; a fim de poder ajustar contas com os ex-redatores da mesma e seu fiador se desonerar da responsabilidade¹⁴”.

O Diário Novo – é publicado primeiramente a 1º de agosto de 1842, em substituição ao semanário **O Echo da Religião e do Império**. Foi fundado por Luís Inácio Ribeiro Roma e João Batista de Sá. O **DN** era formado por quatro páginas



Ilustração 4. Página de abertura do Diário Novo.

divididas em dupla coluna, seu formato era 28 x 21. Em sua página de abertura havia um cabeçalho contendo informações úteis como *Telegrafos, Cambios, Assignaturas, Partidas dos Correios Terrestres, Compromissos dos dias da semana*. A partir do dia 8 de agosto, no nº. 7, incluíram-se na folha de abertura as *Phases da Lua e a Designação’ das audiências* (Ilustração 4).

Ainda na página de abertura do **DN** constava a seguinte **ADVERTENCIA**: “O **DIARIO NOVO** publica-se todos os dias que não forem de guarda, e para elle subscreve-se na Typ. Imp. Da Rua da Praia D.11, e na loja de livros da Rua do Collegio D.7. Publicação-se gratis os annuncios; e as Correspondencias dos Assignantes”.

No nº. 1, publicou-se o *Prospecto*, espaço destinado a informações preliminares, tais como: objetivo, interesse, opiniões. Vejamos alguns fragmentos:

¹⁴ Fragmento retirado de Nascimento (1966, p. 29).

“Depois de tão grandes e variadas oscilações em todo o Imperio, parece que Pernambuco se acha enfim inabalável, e tranquilo, e que todos os espiritos se concentram em uma grande idéa = a de fazer prosperar a nossa querida Pátria, estudando os meios de o conseguir [...] e sob um ceo tão formoso como o nosso, temos de convicção, que algum serviço prestamos à provincia, publicando uma folha diária, que satisfaça as necessidades moraes e materiaes do paiz, e que represente sobre tudo o actual pensamento do Commercio. [...] A alma do jornalista deve ser um santuario de coragem e lealdade, onde as paixões temam de chegar-se, e onde não possa achar echo ataque algum pessoal. O publicista deve occupar-se das ‘cousas’, e não dos ‘homens’: a sua missão não he perturbar os lares domesticos; = he somente assignalar os melhoramentos que o paiz exige. Neste sentido serão sempre francas as paginas do DIARIO NOVO, e no que disser respeito a particular interesse, com especialidade aos nossos Assignantes; fazendo cessar dest’arte o mais odioso de todos os monopolios, o monopólio da imprensa”.

(DN, 01-08-1842)

Esse monopólio a que se refere o Prospecto devia fazer alusão ao Diario de Pernambuco¹⁵, uma vez que o objetivo essencial do **DN** era atacá-lo assim como fazer oposição ao Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, Barão da Boa Vista.

Havia uma regularidade nas páginas do **DN**. As seções eram distribuídas a fim de atender os interesses dos Assinantes e do editor. Dentre as seções: *Parte Oficial, Rendimento d’Alfandega de Pernambuco, Movimento do Porto, Publicações Litterarias, Vendas, Avisos diversos, Theatro, Avisos Maritimos, Compras, Escravos Fugidos, Variedades,*



Ilustração 5. Nova formatação do Diario Novo em 1843.

¹⁵ O Diario de Pernambuco tinha alguns cognomes: Diario Velho, Manteiga, Diario da Policia.

Diversas repartições, Políticas internas, Soneto, Erratas, Exterior entre outras.

Em outubro de 1842, o **DN** tornou-se órgão do Partido Liberal. No ano seguinte, houve mudanças na formatação do diário a fim de oferecer mais espaço aos leitores (Ilustração 5).

No dia 27 de janeiro de 1843, lia-se o seguinte: “[...] Havendo, portanto, espaço, os correspondentes serão mais prontamente satisfeitos na impressão dos seus artigos; assim como serão infalivelmente publicados no dia seguinte os anúncios que forem entregues nos lugares já sabidos até 3 horas da tarde”¹⁶.

O **DN** fazia uso de uma linguagem formal, padronizada. No entanto, essa mesma linguagem fora instrumento de acusação e denúncia política, principalmente, no período da Revolução Praieira. O **DN** apoiava os revolucionários. Segundo Nascimento (1966, p. 36), “[...] era desse tipo a linguagem do **Diario Novo**, na sua ferrenha oposição, desde que começou a circular, à política conservadora, ridiculamente denominada Gabiru”. Ainda conforme Nascimento (1966, p. 39)

Iniciada, a 7 de novembro, a Revolução Praieira, o **Diario Novo** tornou-se imediatamente órgão oficial das forças rebeldes, divulgando proclamações e manifestos, noticiando a marcha da luta e comentando as informações dadas pelos jornais governistas, taxando-as de mentirosas e desferindo ataques contra Herculano Ferreira Pena, que assumira a Presidência da província no mês anterior.

Por fazer uso de uma linguagem de denúncia e protesto, o **DN** passara por situações judiciais que o impediram até mesmo de publicar. Dentre esses acontecimentos, ainda ocorridos antes da Praieira, está o acontecido em 28 de março de 1843 no qual o diretor do jornal, Luís Inácio Ribeiro Roma, fora condenado a quatro meses de prisão por abuso à liberdade de imprensa, devido a ataques proferidos contra o Padre Antônio Maria Chaves e Melo. Um correspondente, sobre o nome de Abissínio, fora também processado por proferir injúrias muito graves ao

¹⁶ Fragmento retirado de Nascimento (1966, p. 34).

delegado de polícia Francisco Carlos Brandão. No entanto, o injuriador foi absolvido pelo Conselho do Júri, uma vez que as acusações eram fundadas na verdade.

O **DN** sofrera muita perseguição política, principalmente, durante e após a Revolução Praieira. No dia 25 de janeiro de 1849, o chefe de polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Melo lançava uma portaria em que declarava o sequestro e a condução a juízo do periódico impresso por ser o impressor Antônio dos Santos Caminha, “visto ser falso o dito Caminha” (NASCIMENTO, 1966). Mesmo após a publicação dessa portaria, o **DN** ainda circulava. Mas, finalmente, em 1 de fevereiro de 1849, o **DN** teve sua publicação suspensa.

Sendo assim, extinta a Revolução Praieira, com a vitória dos legalistas, foram presos os redatores Jerônimo Vilela, General Abreu e Lima e Felipe Lopes Neto; o impressor Santos Caminha e o tipógrafo Carlos Eduardo Muhler.

O **DN** volta a publicar suas páginas no mesmo ano de sua suspensão, em 24 de abril, “vendo-se a primeira página circulada em vinhetas fúnebres e, ao centro, em tipos gordos, o seguinte: “Uma lágrima de dor e de saudade sobre o túmulo do exímio patriota, do benemérito Desembargador e Deputado Joaquim Nunes Machado...!!!” (NASCIMENTO, 1966, p. 43).

A perseguição ao **DN** não parou, devido a várias acusações proferidas ao Presidente Honório Hermeto Carneiro Leão, este não suportando mais os ataques, manda fechar o jornal cujo último número fora publicado em 15 de novembro de 1849. O **DN** novamente volta, dois anos após, a empreender suas páginas políticas. Todavia após a venda da Tipografia, resolveram os redatores suspender a sua publicação com a edição do dia 30 de abril de 1852.

A Carranca – periódico político, moral, satírico e cômico – publicado duas ou três vezes por semana, teve sua primeira edição a 10 de maio de 1845, impresso por Geraldo Correia Lima, na Tipografia União, situada à Rua Bela, 45. Era



Ilustração 6. Página de abertura de A Carranca.

composto por quatro páginas de uma só coluna, formato mínimo (15 ½ x 10); na primeira página, até a edição de nº. 25, constava inicialmente o número da edição, valor – 20 réis –, no centro, a imagem de uma carranca¹⁷, ao lado data e ano (Ilustração 6). Sob a imagem, o nome do jornal em caixa alta, acompanhado de vírgula, em seguida, endereço de tipografia. O periódico tinha por redatores: Antônio Peregrino Maciel Monteiro e o Desembargador Nicolau Regueira Costa, Alfredo de Carvalho, Manoel Coelho Cintra, Luiz da Costa Porto Carreiro e João Batista de Sá, último redator na segunda fase.

As páginas da **CAR** possuíam algumas divisões a fim de marcar os diferentes textos publicados, uma linha tracejada marcava essa divisão sobre o título do texto seguinte. Parece-nos não ser necessariamente seções, divisões regulares, mas o que percebemos é que havia bastantes textos e seus respectivos títulos. Dentre a diversidade de textos, publicados em números diferentes, havia: *Viagem baldada, Declaração e protesto, Pezames e opposição, O Cao de fila ja mordeo a furto, He coco, ou fruta?, E que tal! Theatro publico, Soneto, Maxima, Charadas, Chronica escandalosa, Macaco não olha para o seu rabo, Ad perpertuam Rei Memoriam, Despedida saudosa* entre outros. Isso comprova a diversidade temática que circulava nos jornais tornando-os verdadeiros atualizadores comunicativos.

Em sua primeira publicação, há o Prospecto, no qual o editor diz para que o jornal será publicado:

A CARRANCA ha de tratar da vida alheia; não a vida domestica, aquella que se passa entre as paredes do domicilio, entre os membros da familia, mas a que cahe no domínio do publico, por outra a CARRANCA, ha de censurar, ridicularizar defeitos e vicios, e tambem atacar maldades e crimes, como entender, e Deos a ajudar nesta obra de misericordia. Talvez fosse isto bastante; mas como ha gente que quer tudo se lhe diga tintim por tintim, accrescentaremos que a CARRANCA he periodico da ordem, da opposição, e há de quanto em nós couber ser rasoavel, justo, sincero, franco, e até confiado, e mesmo affouto, quando for preciso. Ora sus, que não que boquejar, está dito tudo; está acabado o prospecto”.

(CAR, 10-05-1843)

¹⁷ Figura de madeira, em geral disforme, que orna a proa de certas embarcações. Conhecida no Brasil como uma forma de arte popular, sendo vendida em feiras e lojas de produtos artesanais.

Na verdade, o pequeno jornal, nas palavras de Nascimento (1969, p. 223), “teve missão precípua criticar, satirizar, ridicularizar os líderes do Partido Liberal, sobretudo Nunes Machado. E combateu as idéias xenófobas de Borges da Fonseca, d’**O Verdadeiro Regenerador**”. As acusações eram tantas, que em 27 de janeiro de 1846, o Sr. Joaquim Bonifácio Pereira, responsável pelo periódico, fora preso acusado de proferir injúrias impressas ao Presidente da Província devido à falta de cumprimento deste para com o dever e sua participação em negócios ilegais.

A partir do nº. 25, de 3 de setembro de 1845, há alterações no formato do periódico, ele passa a ter uma formatação de 21 x 15, as páginas a terem duas



Ilustração 7. Nova formatação de A Carranca em 1845.

colunas normais, elevando assim o preço do exemplar a 40 reis (Ilustração 7). Neste período, assume o governo presidencial Antônio Pinto Chichorro da Gama, a quem a Carranca fez de alvo principal para seus ataques, à base da sátira e do ridículo, chamando-lhe, até mesmo, de Cachorro. Além desse, o virulento periódico fazia de vítima o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, redator d’**O Sete de Setembro**; o Frei Cometa, apelido do padre Capistrano de Mendonça.

As páginas da **CAR** fizeram uso de uma linguagem um tanto coloquial, recheada de expressões mais populares, vocábulos bem despojados. Há um propósito em tornar a linguagem mais informal: o interesse em tornar a situação comentada mais extrovertida, assim como lançar o “veneno político” sobre o criticado. Exemplo é este fragmento retirado do nº. 19 publicado em 5 de agosto de 1845, sob a seção *Se queres conhecer o vilão mette-lhe o cargo na mão*: “*Havia nesta cidade hum matutinho amarello, como um papista, tao humildezinho, tao acanhadinho, tao pobrezinho...*”.

A comicidade do pequeno jornal atrelada a uma fina ironia era algo bastante recorrente, nº. 12, publicado em 19 de julho de 1845, por exemplo, sob a

seção *O Silencio da Carranca*, publicou: “*Como a nossa folhinha não apparecesse estes oito dias, tirarão deste facto os ociosos muitas illações. Cada qual mais extravagante e desviada da verdade... Aos nossos leitores diremos, que a Carranca esteve descansando, que o seu escriptor esteve occupado em outros negocios, e que enfim elle não se obrigou a publica-la, quando o exigissem, mas sim quando ele quizesse*”.

Esse “desabusado jornal”, na escrita de Nascimento (1969), encerrou-se, após dois momentos de publicação suspensa, julho de 1845 e maio de 1846, em 8 de setembro de 1847, sobre o nº. 25.

O Capibaribe – periódico político – teve sua primeira publicação no dia 10



Ilustração 8. Página de abertura de *O Capibaribe* (Ilustração 8).

A paginação é feita no início da página (cabeçalho) e no centro há o nome do jornal em caixa alta. Na última página havia a seguinte informação: - *PERNAMBUCO. – TYP. BRASILEIRA – RUA DOS PIRES N. 40.*

O jornal era dividido por seções, em sua maioria não era algo fixo, não havia necessariamente a mesma regularidade que há nos jornais de hoje, a divisão em cadernos. Para comprovar essa ausência de regularidade, percebemos que no decorrer de suas publicações, não havia o surgimento de seções, mas de gêneros.

Por exemplo, surgiram “seções-gênero”: *Maximas*, *Noticias do Centro*, *Charada*, *Publicação de circulares*, *Chronica*, *Advertencia*, *Soneto*, *Noticias diversas*, *Pensamentos moraes*, *Annuncio*. Havia algumas seções mais fixas: *Erratas dos números antecedentes*, o *editorial* (não se nomeava assim, o texto de abertura na maioria das vezes não era titulado), *Noticias do Centro*. “Não deixava, todavia, de abordar temas econômicos e de natureza social” (NASCIMENTO, 1969, p. 291). O que realmente marcava recorrência nas páginas do **CAP** eram os inflamados discursos políticos, por, nesse período de publicação, a província de Pernambuco ser palco da Revolução Praieira – movimento de caráter liberal e separatista, entre os conservadores, também chamados de “gabirus”, e os liberais, fundadores do Partido da Praia. A linguagem usada em suas páginas demonstrava certa preocupação com o nível de formalidade vocabular, o que justifica, acreditamos, a seção *Erratas dos números antecedentes*, na qual eram retificados desde vocábulos até expressões de uso. O **CAP** “deu pleno apoio às forças legais e ao governo conservador de Herculano Ferreira Pena, assim como, a partir de 15 de dezembro, ao respectivo substituto, Manoel Vieira Costa” (NASCIMENTO, 1969, p. 291). Redigido pelo bacharel Joaquim Vilela de Castro Tavares, os artigos publicados foram, durante algum tempo, bastante ofensivos contra o *Diario Novo*, periódico favorável aos praiheiros.

Na primeira publicação, no texto de entrada, o editor informava que este jornal seria responsável por formar a opinião pública e política:

“... cremos firmemente que nenhum homem, ainda que, sem justiça e tolerância, não é possível a manifestação da verdadeira opinião pública; que sem justiça e tolerância, não é possível um governo livre; que, sem justiça e tolerância, nenhuma outra coisa podemos ter senão o domínio de facções que se forem substituindo no poder; que, sem justiça e tolerância, só há despotismo, tirania no último auge”¹⁸.

Nesses textos de abertura, quanto ao nível de formalidade, percebe-se o uso de primeira pessoa e de uma variedade mais culta, não havia assinaturas e sua extensão era de aproximadamente uma a três colunas. Suas publicações, ora como

¹⁸ Este fragmento do editorial foi retirado de Nascimento (1969), pois, por questões de uniformização, o autor evitou nas transcrições a ortografia das primeiras décadas.

um jornal doutrinário ora combativo, encerram-se com o nº. 124, de 28 de novembro de 1849.

2.3.3 Da seção *Correspondencia*: o lugar de encontros

Sodré (1999, p. 158), ao se referir às cartas de leitores do início do século XIX, informa-nos que

[...] um só artigo, via de regra, ocupava todo o espaço do pequeno jornal. Quando havia necessidade de completá-lo, recorria-se ao que era denominado no tempo, *correspondência*, espécie de vala comum onde, a título de contribuição externa, extravasava-se a linguagem mais torpe.

A seção intitulada *CORRESPONDENCIA*, nos jornais selecionados para a nossa pesquisa, permitia ao leitor um espaço para exposição de acontecimentos e opiniões, local de interação comunicativa e produção de discurso. Esse espaço era reservado para a publicação de um subgênero¹⁹ da carta, a chamada *carta à redação*, que em nossa pesquisa denominamos *carta de leitor*.

A seção *Correspondencia* era bastante recorrente, exceto nos periódicos *O Capibaribe* e *A Carranca*, não que houvesse neles essa seção, no entanto ela fora publicada por mais vezes nos outros jornais, uma vez que eles saíam às ruas diariamente (*Diário de Pernambuco*, *O Diário Novo* e *A Quotidiana Fidedigna*).

Utilizando letras em caixa alta, a seção *Correspondencia* surgia, normalmente, no meio do jornal, entre as páginas três e quatro. Em alguns jornais, como o **DP**, e em algumas vezes nos outros periódicos, as cartas de leitor eram publicadas nessa seção sem o seu respectivo título. No **CAP**, por exemplo, a seção na qual as cartas eram publicadas dispunha de títulos diversos, como: *SR*.

¹⁹ Não há no uso dessa expressão nenhum julgamento de valor.

REDACTOR DO CAPIBARIBE., CORRESPONDENCIA., ILLM. SR. REDACTOR DO CAPIBARIBE., Sr. Redactor.

A seção *Correspondencia* não era publicada todas as vezes que o jornal fosse às ruas, mas houve casos em que havia a publicação de mais de uma carta, por exemplo, no **DN**, nº. 25, numa terça-feira, 30 de agosto de 1842.

Normalmente, era publicada apenas uma carta por seção. As correspondências eram publicadas duas a quatro vezes por semana, em tamanho meia coluna ou coluna inteira; outras eram bastante extensas o que fazia o editor do jornal diminuir a fonte, como a carta publicada no dia 23 de setembro de 1842 no **DN** (Ilustração 9).

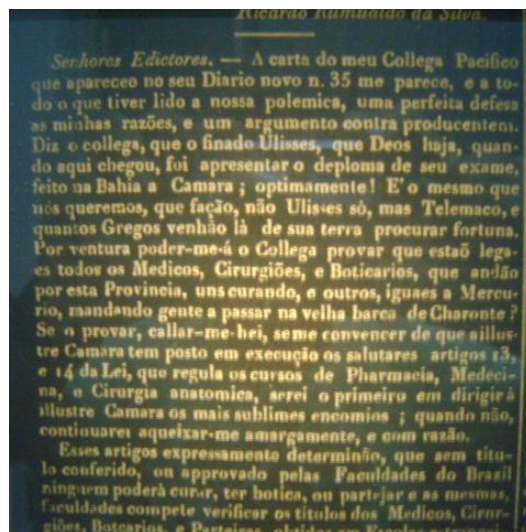


Ilustração 9. Carta com fonte alterada.



Ilustração 10. Menor correspondência encontrada.

Também foram publicadas cartas curtas, por exemplo, a publicada no dia 19 de fevereiro de 1827 no **DP** (Ilustração 10).

Poderia escrever cartas ao jornal qualquer pessoa desde assinantes a compradores esporádicos do periódico. No entanto, os assinantes dos jornais, **QF** e **DN**, por exemplo, podiam escrever para a seção *Correspondencia* gratuitamente, já os não-assinantes, na **QF**, pagariam 20 reis por linha escrita.

As cartas não podiam tocar na vida privada, seja de quem fosse e deviam estar assinadas e reconhecidas (**QF**). Isso é um indício de que havia certo

policiamento para o que era escrito, no entanto, grosso modo, os textos publicados na seção *Correspondencia* eram apresentados sem alterações. Algumas cartas não eram publicadas imediatamente, ficavam sob o domínio do jornal, pois não havia a possibilidade de publicá-las já que outras matérias mais importantes estavam a ser divulgadas. Isso ocorreu no **DN** dos dias 18 e 25 de janeiro de 1843: “*Estando à bastantes dias em nosso poder a Correspondencia acima, só agora foi que podemos publicar, por terem affluído outras materias, cuja publicação se não podia retardar. Os Ed.*” (DN, 18-01-1843, nº. 14); “*Por falta de oportunidade não temos po dido publicar à mais tempo a Correspondencia do – Observador -, apesar de ser antiga em nosso poder. Os Ed.*” (DN, 25-01-1843, nº. 20).

Uma outra característica da seção era a presença de esclarecimentos dos editores em relação a um pedido do leitor que enviou a carta ao jornal. No dia 10 de novembro de 1842, no nº. 82, no **DN**, após a carta escrita na seção *Correspondencia*, o editor publicou a seguinte nota: “*As correspondencias, e communicados de q’ trata o Sr. Mendonça não são por elle assignados. Os Editores*”. Tanto esse esclarecimento quanto os anteriormente citados apareceram em forma de nota de rodapé.

A seção *Correspondencia*, em alguns momentos, era palco de relações interativas muito constantes, ou seja, o gênero carta de leitor por ser um subgênero da *Carta pessoal* herdou a peculiaridade de ser um gênero no qual os seus interlocutores mantêm uma relação constante, podendo até mesmo por um espaço de tempo, ser permanente. No **CAP**, por exemplo, houve certa constância na publicação de cartas em que disputavam opiniões *Um Velho Parochiano da Boa Vista* e *Um Jovem Parochiano da Boa Vista*; no **DN**, entre o *Boticario Zangado* e o *Boticario Pacifico*, entre o *Observador*, que escrevia cartas opinativas sobre assuntos polêmicos da época, e *Os Editores*; na **CAR**, entre *O Viras* que escrevia aos *Redactores* do jornal, no entanto direcionava seu discurso ao *Amigo da verdade*, sujeito que escreveu correspondência ao **DN**.

Em relação às cartas de leitor de hoje, Melo (1999, p. 23) comenta

[...] a carta de leitor é uma correspondência entre estranhos; enquanto a relação que se estabelece entre os indivíduos através das cartas pessoais costuma ser constante, permanente, a relação que se estabelece entre os leitores e deles com o jornal é ocasional e esporádica.

Ainda em relação aos textos publicados na seção cartas à redação, Melo (1999) afirma

[...] a carta à redação guarda pouca semelhança (ou melhor, tem diferenças relevantes!) com o gênero epistolar carta. Diferentemente das cartas pessoais, a carta de leitor tem uma caráter público, eminentemente aberto. Não se escreve para um parente querido, um amigo próximo, ou um jornalista em especial, mesmo quando parece ser o caso. Escreve-se para possíveis leitores, que, podendo ser qualquer um, são todos, é o público leitor, heterogêneo e bastante indeterminado (MELO, 1999, p. 23).

Percebemos que as cartas selecionadas para nossa pesquisa diferem quanto às características encontradas no estudo de Melo (1999). Enquanto as *cartas à redação* de hoje são ocasionais e esporádicas, havia nas correspondências do século XIX certa constância, permanência. Enquanto as *cartas à redação* diferem das cartas pessoais, as cartas de leitor de nosso estudo se aproximam bastante. Prova disso é a estrutura formal que ela possui, como veremos no tópico seguinte destinado a análise das cartas de leitor da primeira metade do século XIX.

A seção *Correspondencia* era um local de encontros, isto é, espaço reservado à divulgação de opiniões dos leitores, seja em relação a textos publicados anteriormente no jornal, seja em relação a qualquer assunto de interesse do escritor ou do escritor-leitor; ou seja, quem escrevia não era necessariamente um leitor do jornal, diferentemente dos jornais que circulam desde o século XX, como nos afirma Alves (2004, p. 57)

Se analisarmos alguns jornais e revistas que circulam desde o séc. XX, verificaremos que a seção destinada às cartas dos leitores tem-se estabelecido como um espaço, muitas vezes de diálogo, entre o texto do jornalista e o leitor [...] abre-se esse espaço para que o leitor avalie as notícias e reportagens publicadas e, normalmente, na edição posterior, possa voltar opinando, agradecendo, reclamando, elogiando etc.

Já as cartas publicadas na seção *Correspondencia* daqueles jornais da primeira metade do século XIX não faziam referência apenas a textos publicados anteriormente como informa Alves (2004), em relação às cartas de hoje em jornais e revistas.

O espaço da seção *Correspondencia* era reservado às produções discursivas das cartas que, como dissemos, surgiam como uma ação responsiva a um fato anterior ou ainda investida de opiniões sobre qualquer fato de interesse de quem enviasse a correspondência. Vejamos exemplos que ilustram diferentes intenções discursivas:

(01)

Senhores Redactores

Na minha correspondencia inserta no N.º 56 disse, que a caza do Sr. F. L. Neto tinha sido corrida por o Sr. Fiqueredo, e como da minha parte houve pouca exacção' á este respeito; por isso passo á dizer, que a dita caza foi corrida, nao' propriamente por o Sr. Dr., mas sim á sua requizição' – Queirao', Snrs. Redactores, dar publicidade á isto, para que se conheça, que da minha parte houve engano. Sou

Seu constante leitor

O Anachoreta.

(QF, 09-05-1834)

Vemos que nesta carta o autor refere-se a um texto seu anteriormente publicado a fim de retificar o que fora dito; não há, necessariamente, comentários, opiniões, elogios em relação a textos do editor ou de qualquer outra publicação divulgada em números anteriores.

Em seu conteúdo, as cartas da seção *Correspondencia*, de um modo geral, abordavam diversos assuntos. O sujeito enunciador fazia uso desse espaço público para sugerir leituras, pedido de anulação de compras de imóveis, críticas a postura de alguns periódicos, denúncias, prestações de contas entre outros.

(02) Sugestão de obras raras

Sr. Redactor.

Acabando de ler a pouco os tres livros de Cicero sobre as obrigações civis; e achado nesta obra as mais solidas e invariaveis regras para bem se conduzir o Cidadão na intrincada carreira da vida, e sendo difficil chegar ao conhecimento de todos a dita obra pela sua raridade, parecia-me ser muito util se Vm. a vulgarizasse transcrevendo-a diariamente no seo Periodico por capitulos.

Pelo acolhimento que Vm. der a esta lembrança ficará muito obrigado o seu:

Constante leitor

J.J.S.

(DP, 02-03-1827)

Nessa correspondência, vemos a prestação de um serviço à comunidade: a divulgação de obras raras. Não há apenas o interesse em divulgar, mas o desejo de tornar informações raras, guardadas em informações de domínio público, ou seja, do conhecimento de pessoas que por outra via não teriam acesso, a não ser pelo jornal. Nisso há uma hipótese: nem todos tinham acesso aos mesmos tipos de leitura, nem aos mesmos textos. O *Constante leitor*, sujeito-enunciador da carta, propõe, assim, a publicação de partes da obra, pois, além de se deliciar na leitura, o leitor aprenderá regras de moral e civilidade. Por isso fica mais uma vez evidente a importância do jornal como responsável pela inserção da sociedade no mundo do letramento.

(03) Solicitação de divulgação de impedimento de venda

Snr. Redactor.

Queira por favor inserir em seo Diario, para dar ao publico que da data deste em diante pessoa alguma não poderá comprar a meo Pay Manoel

Luiz de Souza Loureiro, seus bens cazas, escravos, e bens movies que será nula toda compra que qualquer fizer visto que o dito meu Pay não tem feito Inventario do que pertence a falecida minha May Paula Maria dos Prazeres, e como estou a sair a huma viagem para a Provincia do Ceará razão porque nada posso tratar a defender o que me pertence por isso rogo lhe tenha paciencia com esta minha emportunação, e do que lhe serei muito obrigado

De Vm. seo Venerador e Criado

Lourenço da Silva Loureiro.

(DP, 29-03-1827)

Na correspondência (02), assim como nessa carta (03), houve o tratamento de problemas particulares, o que se opõe ao verificado na pesquisa de Melo (1999, p. 24) em que “os assuntos mais freqüentes na seção cartas à redação não são os problemas particulares (como por exemplo a falta de calçamento e saneamento da rua), mas, justamente, os grandes debates de caráter nacional e internacional”. Vemos que essa diferença está atrelada ao que nos diz Bakhtin (2003) sobre a produção de gêneros: há interferência de fatores extralinguísticos, o social e histórico contribuem à produção discursiva. Épocas diferentes, produção de discurso diferente.

(04) Críticas a periódicos²⁰

Snrs. Edictores.

Desde que o Velho Diario de Pernambuco adoptou o terrivel sistema da transacções taõ generalizado entre nós, e preconisado por muita gente de primeira plana, que as suas columnas tem sido uma perfeita mercadoria, franqueada somente a certas e determinadas pessoas, que supoem mais vavorecidas nas circumstancias do dia; entretanto que o contrario pratica para com aquelles que se achão em posição menos favoravel, ou adversa.

²⁰ Devido à extensão desta carta, optamos por transcrever apenas o início e o final do texto.

(...) Cabia agora commemorar as incorreções do velho Diario e mesmo demonstrar com diversos factos a sua odiosa parcialidade, porem o receio que tenho de ser taxado de masante; obriga-me a concluir estas toscas linhas aconselhando ao velho Diario que barateie, assegurando-lhe igualmente que breve voltarei sobre o mesmo assumpto; pois bem sabe que Roma não se fez em um dia. – Sou Snrs. EE

O Governista de boa fé.

(DN, 09-08-1842)

(05) Solicitação de restauração da verdade

Senhores Editores.

Para esclarecimento da verdade, rogo-lhes o favor de declararem pelo seo estimavel Diario, se são minhas as correspondencias n'elle ultimamente publicadas sob as assignaturas dos Boticarios pacificos, e zangados

Aproveito aoccazião para a visar ao Sr. Que pelo seo Diario de hontem interpelou o Sr. Fiscal da Boa-vista a cerca do meu diploma de Pharmaceutico, que se tem alguma duvida a sua legabilidade, pode hir examinal-o a minha casa, onde lhe será franqueado afim de que pela inspecção propria se convença de achar-se elle inteiramente nos termos da Lei de 3 de Outubro de 1832.

Sou Senrs. Edictores

Seu muito attento

Victorino Ferreira de Carvalho.

Declara-mos, que o Sr. Victorino Ferreira de Carvalho não he o A. das correspondencias dos Boticarios zangado, e pacifico, que tem sido impressas n'este Diario.

(DN, 17-09-1842)

Nesta correspondência, o que chama a atenção é a presença dessa nota produzida pelos editores, a fim de atender ao pedido do sujeito-enunciador – Victorino Ferreira: o restabelecimento de uma verdade a público. Este procedimento não era frequente, a sua aparição era uma forma de apaziguar o desconforto, o desentendimento, a afronta para o sujeito atingido. Além desse fenômeno discursivo, o fato de os editores assumirem a afirmação posta após a carta aparenta que eles tinham conhecimento de quem enviava as cartas ao jornal. Sendo assim, pseudônimos usados nas correspondências eram apenas uma máscara para o público leitor. Os redatores sabiam quem estava por trás das máscaras, quem enviava a carta. Aqui há uma outra função do jornal: o de guardião da identidade dos enunciadores, conforme dissemos no início desta seção, já que ao enviar as cartas elas deveriam ser assinadas.

(06) Solicitação de favores pessoais

- Srs. Editores – Tendo sido o unico approved em Concurso, e proposto para Lente Substituto do Curso Juridico d’Olinda ao Governo de S.M.I., o Sr. Dr. Jeronimo Vilella de Castro Tavares, natural d’esta Provincia, e aqui bem conhecido, e não me con-tando que até o presente tenha sido confirmado, decorrente de 7 para 8 mezes, rogo-lhes o favor de me esclarecerem sobre este assumpto, informando-me se o despacho do Sr. Dr. Vilella tem sido embaraçado por algum Officio reservado da actual Administração Provincial, e este de hum modo pouco airoso...., como tem ja acontecido com muitos pretendentes, ou se por algum outro motivo; porque realmente estou maravilhado do saber que tendo-se o Sr. Dr. Vilella apposto à huma cadeira do Curso Jurídico d’Olinda; [...] Sua resposta muito sati.fará quem é

Seo assignante

‘O gago....’

Não sabemos ao certo os motivos, que tem embarçado o despacho do Sr. Dr. Vilella pra lente substituto da Academia de Olinda; entretanto não podemos deixar de estranhar ao governo extraordinaria demora de 7 mezes em um despacho de tarifa; [...] Não podemos pois informar exactamente o nosso correspondente dos verdadeiros motivos, que tem embarçado o despacho do Sr. Dr. Vilella; a cujo respeito nos informão de circumstancias tão ridiculas, de manejos tão vilmente dirigidos pela vingança, que muito devem envergonhar á quem nelles se tiver envolvido.

Os Editores.

(DN, 01-12-1842)

Outra forma de esclarecer é o que vemos na carta (06) acima, a qual mostra que era também de responsabilidade da seção *Correspondencia* deixar seus assinantes informados sobre assuntos pessoais, tais como o fato de não assumir o cargo para o qual fora aprovado em concurso público. Parecido com o que ocorre em algumas rádios pernambucanas hoje: os ouvintes ligam fazendo alguma reclamação a fim de obter esclarecimentos que a justifiquem.

(07) Solicitação de esclarecimentos

Srs. Editores. – Comprei um meio bilhete da Loteria da Igreja do Rozario da Boa-vista, em caza do Sr. Menezes na rua do Colegio, e indo na mesma caza a comprar outro da Matriz da Boa-vista, vi lá a lista da Loteria da Igreja do Rozario a sima dita, que tinha acabado de correr, e achei que meo numero tinha sahido branco, chegando em caza cuidei em guardar, o bilhete comprado, tirei o que tinha visto sahir-me branco, e dei-o a huma negrinha pequena que tenho, esta recortou-o com huma tezoura, e afinal botou-o na rua, e vai se naõ quando ouço agora dizer que està nulla a Loteria, e que torna a correr de novo. Desejo eu saber, se devo perder algum premio que agora me saia no meo numero 3176, que rasguei em consequencia de ter visto em huma Lista impressa, exposta ao Publico, ter me sahido branco o dito numero. Muito obrigado lhe serei, pelo incommodo de me esclarecerem a respeito, sou seo

Respeitador e assignante

Custodio Luis Reis.

(DN, 10-10-1842)

(08) Solicitação de publicação de sonetos

Srs. Editores – O Soneto que lhes envio não é novo: o Diario velho o publicou supponho em 1827, ou 28. Mas achei-o tão comesinho, e os contornos do desenho tão sublimes que (cousa rara!) convirá, Srs. Editores que de um tal retracto que muitas copias de tão perfeito original vão ahi por esse Muudo de meu Deos: não é assim, Srs. Editores? Pois então sou seu Venerador

O Mestre das Carapuças sonambulante.

SONETO

*Sempre de honra, e bens ambicioso;
Alegre sempre na prosperidade;
Justo as vezes na dura adversidade;
E da razão satelite zeloso.*

*Déspota sempre, quando poderoso
E quase nunca attento a piedade:
Raras vezes ao voto da amizade
Fiel, e as mais das vezes caviloso;*

*Constante em seu partido na bonança;
Mas sempre que antevê perigos, damnos,
Docil ao seo bem [...] pronto a mudança;*

*Credulos! se quereis [...] a enganos;
Trazei este retrato na lembrança.
Assim sou eu: são todos os humanos.*

Viva a Maromba.

(DN, 09-10-1842)

(09) Solicitação de divulgação de dívidas

Sr. Redactor.

Rogo a Vm. haja de dar lugar no seu Diario as seguintes linhas que pela primeira vez lhe pede o seu muito obrigadissimo Criado.

Manoel Jose d'Araujo Guimarães.

Relação das dividas por obrigações e conta de livro que entreguei hoje ao Sr. Marcelino de Souza Pereira de Brito para dellas fazer Cobranças e das mesmas pagar aos a Credores que lhe mencionei em hum quaderno de cujo ficou de posse, assim do das dividas = Recife 9 de Fevereiro de 1827.

<i>Joaquim de Souza Cirne</i>	<i>764\$628</i>
<i>Jose Luiz Teixeira</i>	<i>129\$168</i>
<i>Jose Maria</i>	<i>4\$000</i>
<i>Joaõ Correa Ciara</i>	<i>5\$600</i>
<i>Jose Alves de Faria</i>	<i>6\$000</i>
<i>Antonio Jose Linno dos Santos</i>	<i>6\$000</i>
<i>Ama de Antonio de Souza Cirne</i>	<i>4\$000</i>
<i>Luiz Custodio Correa</i>	<i>3\$840</i>
<i>Francisco Antonio Carvalho Siqueira</i>	<i>12\$000</i>
<i>Butica do Falecido Candido</i>	
<i>Feliz da Cunha</i>	<i>7\$520</i>
<i>Joaõ Ribeira d'Oliveira Car-Neiro</i>	<i>46\$350</i>
<i>Rita Buceteira</i>	<i>4\$640</i>
<i>Baptista Procurador</i>	<i>\$960</i>
<i>Jose Maria da Silva Vianna</i>	<i>51\$380</i>
<i>Antonio Pinto da Silva Freire</i>	<i>21\$880</i>

Rs. 1:067\$966

(DP, 14-02-1827)

(10) Reclamações

Senhora 'Carranca'! Vmc. sempre ha de fazer das suas! Mando-lhe a minha charada com o seu titulo em letra gorda, e vmc. supprime-o, e não lhe põe titulo algum, nem em letra gorda nem em magra?E sabe o que succedeo por causa disto? He que todos entenderão que a minha pobre

charada he huma advinhação, e sob tal pretexto vai cada hum fazendo mil applicações daquellas palavras – ‘chichello’, ‘cachorro’, ‘praieiro’, como se ellas conbessem a cincoenta mil pessoas. e o mais he, que até hum meu especial amigo foi ahi incluido, com grande escandalo meu e delle. Não faça outra que arrenego, e então não petisca mais os versos do Batoque.

(CAR, 27-09-1945)

Por fim, nesta análise, fazemos um caminho inverso ao proposto por Marcuschi (2003). Para esse autor, há uma relação na ordem *suporte-gênero* em que, ao se estudar o primeiro, identifica-se a natureza do segundo. Aqui pudemos mostrar que o estudo do gênero pode também levar a identificar a natureza, as características e funções do suporte em determinada época. Assim surge uma outra relação de ordem: a relação *gênero-suporte*. Foi com o estudo das cartas que vimos a importância do jornal como responsável pela inclusão da sociedade nas práticas de leitura e escrita; o papel do jornal como guardião de identidade; a prestação de serviços públicos; o jornal como o “sabe tudo” do conhecimento, pois diante de todos os usos, ele fora um veículo de informações, desde assuntos particulares a assuntos de domínio público. Há, assim, uma relação mútua, um *continuum* entre *suporte* e *gênero*.

2.3.4 Cartas de leitor do século XIX: *usus et historiae*

A carta de leitor é um gênero discursivo do domínio jornalístico. Por seu caráter público, sua produção é destinada à abordagem de variados assuntos. Não há entre sujeito enunciador e interlocutores um contato direto, os sujeitos em interlocução são estranhos (MELO, 1999). No entanto, os exemplos de cartas citados na seção anterior demonstram o contrário disso: os interlocutores podiam não ter relações pessoais, mas se conheciam.

A fim de entender melhor essas questões e os usos e finalidades comunicativas do gênero carta de leitor na seção *Correspondencia*, delineamos, a

seguir, uma análise que concerne aos componentes do **plano discursivo** e do **plano formal** para que tenhamos um perfil daquele gênero na primeira metade do século XIX em jornais recifenses²¹.

a) Plano discursivo

As cartas de leitor desempenharam um papel significativo na divulgação de informações diversas. Como percebemos nos exemplos acima, destinados à análise da seção *Correspondencia*, as cartas de leitor eram um gênero heterogêneo quanto ao conteúdo temático, pois possuíam finalidades diversas, seu espaço era um momento em que o povo falava, expunha seu protesto, indignação, fazia pedidos, ou seja, um gênero discursivo no qual uma parcela da sociedade tinha vez e voz.

Dentre os diversos assuntos abordados nas cartas, eram bastante frequentes alusões a acontecimentos ou a situações que não foram publicados anteriormente nas páginas do jornal, ou seja, dizia-se o que interessava, escrevia-se sobre fatos que chamassem atenção do sujeito que enviava as cartas, não necessariamente havia opiniões ou elogios sobre matérias publicadas em edições anteriores.

Isso nos permite comprovar que o gênero estudado, em algumas situações comunicativas, não era especificamente uma carta de leitor como se tem hoje. Para Melo (1999, p. 14), a carta à redação é um “tipo específico de interação social, aquela que se estabelece entre leitor e jornal”. Diferentemente, as cartas no século XIX não só eram escritas por “leitores” do jornal, mas também por “escritores”; além disso, eram escassas às suas cartas referências a textos publicados em números anteriores do jornal, isto é, às matérias lidas. A relação identificada nas cartas era: escritor-leitor vs. jornal e escritor vs. jornal, isto é, leitores do jornal que escreviam para o periódico e não-leitores do jornal que também enviavam correspondências aos periódicos. Sendo assim, afirmamos que na seção *Correspondencia* havia a possibilidade da publicação de dois tipos de texto: **cartas de leitor** e **cartas para o leitor**. Esta destinada ao jornal a fim de expor opiniões,

²¹ Os resultados desta análise partiram de comparações entre as cartas de leitores selecionadas para o nosso *corpus* e as que incorporaram a pesquisa de Melo (1999).

notícias, queixas, denúncias, protestos, indignação para o conhecimento dos leitores do jornal, assim como de toda a população, sobre algum assunto de interesse. Aquelas destinadas ao jornal a fim de comentar, refutar, opinar sobre textos publicados anteriormente nas páginas do periódico que não seria necessariamente um comentário a um texto publicado no mesmo jornal.

Exemplo de uma **carta para o leitor** foi a publicada no **DN** em 24 de novembro de 1842:

Srs. Editores – Não he o extravagante gosto de escrever para o publico, menos o louco desejo de querer entrar em polemicas com pessoa alguma, que nos faz pegar da pena, e traçar fofas, e empoladas phrases. Não, Srs. Editores, em verdade jamais hum semelhante gosto se apossou de nós, e a naõ ser a impostura, e pedantismo do Padre Thomaz Pompeo de Souza Brasil, Substituto d'Aulas Theologicas, que ignorando inteiramente o que ensina, quer que as sandices por elle proferidas na qualidade de examinador no Seminario d'Olinda sejam verdades dogmaticas e incontestaveis! nós certamente não emprehendiamos essa primeira correspondencia, que naõ tem outro fim mais que desmascarar a estultice desse novo Pompeo![...] Eu sou, Srs. Editores, um seu criado

F.

(DN, 24-11-1842)

Vemos que nesta carta o sujeito enunciador, F., destina-a ao Editor do **DN** para que os leitores tenham conhecimento das sandices do Padre Pompeo, mas, além disso, há interesse em atingir o próprio Padre, pois nesta correspondência ele é o terceiro a quem o discurso se orienta e se constitui (BAKHTIN, 2003). Já o exemplo abaixo, **carta de leitor**, mostra um caso em que a carta foi destinada ao **DN** com o propósito de criticar certo anúncio publicado em suas páginas:

Srs. Editores – Lançando mão do seu Diario-novo n. 115 dei logo com estes olhos peccadores, no annuncio de um tal Antonio Francisco da Costa Braga, e não o poderia continuar a ler por me faltar forças, se eu não fosse imediatamente soccorrido de uma gotinha de licor: e então foi-

me novamente apresentado aquelle nojento escrito desse author insultante, e mentiroso. Sim, Srs. Editores, fiquei assombrado, e indignado de ver que esse homem pertendia manchar artificiosamente, e com calumnias a respeitável casa da Sra. viuva do finado Burgos, a qual nos bem conhecemos, como sempre digna de ser ataviada com os maiores elogios. [...] Anjo Bento! queria antes morrer, do que ter qualquer negocio com o tal espalha vento; bom! bom! mais esta descuberta para prevenir ao respeitável Publico. Sou *O inimigo dos venenosos.*

(DN, 29-12-1842)

Além do fenômeno mostrado acima, vale ratificar o que dissemos na análise da seção *Correspondencia* ao nos referirmos ao fato de que os sujeitos que enviavam as cartas ao jornal, algumas vezes, mantinham uma relação um tanto quanto constante com seu interlocutor. Isso nos permite comprovar que as cartas de leitor guardaram em si heranças de tradições discursivas surgidas nas cartas pessoais dos séculos XVI, XVII e XVIII, por exemplo, diferentemente das cartas de leitores atuais que estabelecem relações ocasionais e esporádicas. Assim relacionamos isso ao que nos diz Koch (*apud* Simões, 2007) ao afirmar que o surgimento de uma tradição cultural nova (cartas de leitor) conserva em sua organização marcas constitutivas da tradição de origem (cartas pessoais), além de se verificar que a partir de TD há a geração de novas formas discursivas. É o novo surgindo do velho.

Quanto ao registro linguístico das cartas de leitores²², vemos que havia uma variação resultante ora de quem enviava, para quem enviava e em que jornal era publicada. Esses fatores influenciaram o nível de formalidade desses textos, mesmo Sodré (1999) afirmando que neles extravasava-se a linguagem mais torpe. Cartas publicadas, por exemplo, na **CAR** e no **QF** mantinham, em algumas situações, diferenças quanto ao vocabulário empregado.

²² Por questões metodológicas, manteremos no decorrer da análise a denominação **cartas de leitor** para os textos publicados na seção *Correspondencia* dos jornais recifenses da primeira metade do século XIX.

Vejamos.

O'la da Carranca.

Que diabo de historia he esta! Não me deixão dar lições de moral em acção a meus discípulos: mais de 30 brejeiros andão a traz de mim gritando – O' só frade, dê cá o – Azorraque – O povo está pateta! Eu não sou quem escrevo esse papel, nem me arranjurei a trilhar espinhosos caminhos! Serei eu o único frade desta cidade? Não Sr. : então para que me atormentão de huma maneira tão desabrida? Eu nunca fallei nem tive negocios com o cambeta do Afogado, não conheço o Dr. Espirro: que tanto me abocanha com sua voz de falsete. [...] Espere o povo pelo primeiro sermão que a sorte me deparar, pois pretendo aproveitar o ensejo para defender-me de tão calumniosa imputação, e verá quem he o

Fr. Cometa.

(CAR, 14-05-1845)

Nessa carta, o uso de determinadas expressões declara o nível no qual ela se encontra. Há uma despreocupação por parte do sujeito enunciator em formalizar sua publicação, ele se preocupa em desmentir o fato pelo qual é acusado, dessa maneira, é nítido que o *Fr. Cometa* aproxima o seu texto escrito de elementos típicos da oralidade:

(1) “**O'la da Carranca**”

(2) “**Que diabo de historia he esta!**”

(3) “**O' só frade, dê cá o**”

(3) “**? Não Sr.**”

O uso dessas expressões marca ao texto um tom informal de produção, pois, como dissemos, parece haver apenas uma conversa bastante despojada, e essas marcas demonstram certa proximidade à oralidade, não que na modalidade oral não haja formalidades.

Também é percebida a informalidade presente na carta, no uso de algumas expressões modificadoras como

(4) “*Eu nunca fallei nem tive negocios com o **cambeta** do Afogado*”

(5) “*que tanto me abocanha com sua voz **de falsete***”

Outro exemplo:

Senhores Redactores.

Eu seguiria um dictame de prudência, se me calasse, esperando, que o Sr. J. T. G. da Fonseca expuzesse ao Respeitavel Publico, e a todo o Brasil as provas, em que basèa o seo ressentimento contra mim, e a criminalidade, que me imputa em sua correspondencia de hontem: mas, como esse Sr., nao' he muito exacto na narraçao' de seos desastres, e pelo impulso de seo gênio pinta as cousas, como quer, e nao' como ellas sao' na realidade: forçoso he, Srs. Redactores, apressar-me em mostrar a verdade, e o que realmente se passou entre mim, e o J. de Paz do 1º Destricto do Collegio a respeito do Sr. Tavares. [...] Queirao' na sua Folha dar lugar a defesa do seo constante Leitor, deprimido pelo Promotor Publico do Termo.

Francisco Maria de Freitas Albuquerque.

(QF, 26-04-1834)

Nesta carta, há o mesmo propósito comunicativo: protesto à denúncia indevida, no entanto a maneira como o discurso se constitui é diferente. Nessa segunda correspondência, mesmo irritado com tal feito, o sujeito enunciador mantém em seu discurso um nível mais respeitoso e moderado no tratamento com os leitores, com a pessoa a quem ele envia “diretamente” a carta, J. T. G. da Fonseca, e com os Editores do jornal. As expressões destacadas a seguir comprovam:

(1) “**Senhores Redactores**”

(2) “*esperando, que o **Sr. J. T. G. da Fonseca** expuzesse ao **Respeitavel Publico***”

Além desses casos, o fato de o Francisco Maria de Freitas Albuquerque moderar o uso de algumas expressões denota sua preocupação tanto com o que diz, quanto com a maneira mais formal de se produzir o discurso:

(3) “*como esse Sr., nao’ **he muito exacto** na narraçao’ de seos desastres*”

(4) “, e pelo impulso de seo gênio **pinta as cousas**, como quer, e nao’ como ellas sao’ na realidade: **forçoso he**”

Vemos que nos fragmentos (3) e (4) o sujeito enunciador torna-se um pouco eufêmico, pois ele poderia resumir tudo o que fora dito em: J. T. G. da Fonseca é mentiroso, é falso.

No geral, as cartas de leitor mantinham em suas linhas uma linguagem muito pessoal, era muito recorrente o uso de primeira pessoa, ora do singular, ora do plural, para marcar essa “subjetividade”, diferente das cartas de hoje escritas, normalmente, em terceira pessoa. As marcas se apresentavam pelo uso de verbos e pronomes:

(1) “*Como de novo **sou** mencionado em sua Quotidiana Fidedigna de 17 do corrente...*” (QF, 22-03-1834)

(2) “***Eu** pensava que ainda **tinhamos** Constituição, que esta era religiosamente guardada por todos, e que por ella **nos** era garantida a liberdade individual; mas já **me** vou convencendo do contrario pelo facto, que **vou** narrar...*” (DN, 12-12-1842)

Em geral, as cartas apresentavam esse tom bastante pessoal, embora tivessem seu discurso atravessado pelos dizeres públicos, muitas eram publicadas com a omissão do nome do sujeito enunciador. Isso comprova que dependendo do conteúdo exposto na carta, havia um “mascaramento” do remetente que fazia uso ou de abreviaturas ou de pseudônimos como dissemos. Algumas vezes o pseudônimo mantinha relação com o próprio assunto da carta, como por exemplo:

Senhores Redactores.

Nao’ ha menor duvida, que o nosso Deao’ o Snr. Bernardo Luiz Ferreira resquiescat in pace, e que em consequencia de sua morte se acha o lugar

de Procurador Fiscal, o qual necessariamente será cobiçado por pessoas, que nao' estejam' nas circunstancias de exercel-o ... (...) Eu, Snrs. Redactores, como desejo, que todos ou lugares sejam' dados á pessoas, que tenham' nao' só virtudes sociais, como tambem conhecimentos: por isso julgo, que alem d'outras pessoas que aqui existem, deve no mencionado lugar ser empregado o nosso patrício o Snr. Dr. Francisco de Paula Baptista. [...] O Snr. Dr. F. de Paula Baptista he optimo para exercer o mencionado emprego; informem-se, e verao', se todos á huma voz dirao', ou nao a mesma coiza, que eu tenho dito. Queirao', Snrs. Redactores, dar publicidade á estas toscas linhas. Sou seu Patrício

O Pernambucano da gêmma.

(QF, 07-03-1834)

Parece-nos evidente que o *Sr. Francisco de Paula Baptista*, a quem são ditos elogios por poder ocupar o cargo de procurador fiscal, é o próprio *O Pernambucano da gêmma*, o sujeito enunciador que enviou a carta ao jornal. O que impediria enviá-la, nomeada, como sendo esse provável “amigo” do Sr. Francisco de Paula? Assim vemos que não ficaria bem para um “doutor”, caso fosse, se expor a pedir um emprego. Na carta, diz-se que o Sr. Francisco é um *patrício*, o remetente assina-a dizendo também ser um *patrício* e finaliza com o pseudônimo *O Pernambucano da gêmma*, o que caracteriza a conterraneidade, o compatriotismo desse homem que se diz genuinamente um pernambucano, uma vez que é dito na carta “*por isso julgo, que alem d'outras pessoas que aqui existem*”, ou seja, *aqui* refere-se a Pernambuco.

É desse fenômeno que nos fala Fraga (2005, p. 68) “mas um questionamento parece fundamental em nossa investigação: quem escrevia as cartas endereçadas à redação dos jornais? Quem prestaria tamanho serviço voluntariado aos periódicos, produzindo suas páginas mais informativas?” Quem seria o *Amigo*, o *F*, o *Inimigo dos déspotas*, *Hum amigo do Padre Pompeo*, o *Boticario Zangado*, o *G.G.*, o *Viras*, o *Marreca*, o *Sargento Mappista*, o *imparcial*, *Um jovem Parochiano da Boa Vista*, *Um que não faz piram de impostores*, o *Amigo da Economia*?

Mas dentre todos os fenômenos identificados, o que nos chamou mais atenção, que por sinal é o centro de nossa pesquisa, é a relação interativa entre os interlocutores no processo enunciativo. Nas cartas, em geral, havia a presença de três participantes: o sujeito enunciador, o Editor ou Redator do jornal e um *outro* que pairava à cena enunciativa. Dizemos que formalmente a carta era enviada ao Redator ou Editor, mas discursivamente a carta era enviada a esse *outro*, a que denominamos *participante-interlocutor direto*, pois era a esse interlocutor, especificamente, que o discurso fazia referência e nele buscava a sua organização e constituição. Esse *participante-interlocutor direto* poderia ser um civil, uma instituição pública ou alguém que desempenhasse algum cargo público, ou seja, uma autoridade. Daí percebemos que cartas que possuíam interlocutores diferentes, haveria em sua materialidade linguística características diferentes, pois como afirma Bakhtin (1979), a palavra, direcionada ao *outro*, variará se se tratar de uma pessoa da mesma classe social ou não. Esse fenômeno será objeto de análise no capítulo seguinte.

b) Plano formal

Dentre as peculiaridades constitutivas do enunciado, unidade da comunicação discursiva, há na *conclusibilidade* três fatores determinantes, como já dissemos, a exauribilidade do objeto e do sentido, o projeto de discurso ou vontade de discurso do falante e as formas típicas composicionais e de gênero do acabamento (BAKHTIN, 2003). A fim de traçar as características do plano formal das cartas de leitor da seção *Correspondencia*, mencionaremos os dois últimos fatores.

Em todas as situações concretas de enunciação, sejam escritas ou faladas, fazemos uso de gêneros. Desde um simples bilhete a um romance, identificamos nesses enunciados o que Bakhtin (2003) denomina “*intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras” (p. 281). Conforme Bakhtin (2003, p. 281)

É dessa idéia – momento subjetivo do enunciado – se combina em uma unidade indissolúvel com o seu aspecto semântico-objetivo, restringindo

este último, vinculando-o a uma situação concreta (singular) de comunicação discursiva, com todas as suas circunstâncias individuais, com seus participantes pessoais, com as suas intervenções – enunciados antecedentes.

Isso pudemos perceber na identificação das características do **plano discursivo** das cartas publicadas na seção *Correspondencia*. Vimos que as cartas foram produzidas em uma situação concreta de comunicação discursiva na qual os sujeitos-enunciadores expunham sua subjetividade associada aos enunciados antecedentes, alheios, uma vez que todo discurso é constitutivamente dialógico.

Mas, para que aquelas diversas intenções discursivas se constituíssem de fato, era necessária a escolha de um gênero de discurso, porque o que antecede a intenção é a vontade discursiva do falante que se realiza na escolha desse gênero, por exemplo, as cartas de leitor. Essa opção pelo gênero é determinada pela especificidade de cada situação concreta de enunciação. Após tal escolha, o falante aplica e adapta a sua intenção discursiva ao gênero escolhido, isto é, desenvolve-a em uma determinada forma de gênero, fazendo, assim, uso das *formas típicas composicionais e de gênero do acabamento*.

Em todo e em qualquer gênero, o que se diz e o como se diz, para provar determinados efeitos de sentido, está condicionado à forma do enunciado, pois

[...] todos os enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*. [...] Até mesmo no bate-papo mais descontraído e livre nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gênero, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas (a comunicação cotidiana também dispõe de gêneros criativos) (BAKHTIN, 2003, p. 282).

Assim, verificamos, nas situações comunicativas da seção *Correspondencia*, a constituição da intenção discursiva dos “falantes” na forma do gênero carta de leitor da primeira metade do século XIX.

A maneira como o discurso se organizava nas cartas de leitor estava muito relacionada à sua estrutura formal²³. Em geral, havia inicialmente a saudação ao Redator ou ao Editor do jornal, a fim de anunciá-lo o porquê de sua escrita **(1)**:

(1) Apresentação-saudação:

“Sr. Redactor. – Huma nova injustiça, e esta acompanhada de não pequeno escandalo acaba de apparecer aos olhos do respeitavel publico, e isto me obriga poderosamente a dirigir-me a V.M. a fim de dar publicidade em sua bem conceituada folha ao seguinte facto”.

Em seguida, o sujeito que escrevia expunha seu ponto de vista, algumas vezes centrado em narrativas, outras na consolidação de um discurso de cunho argumentativo **(2)**:

(2) Exposição:

“Dês da creação do grande hospital da caridade em 1831 foi pela respectiva commissão, composta de homens probos e honrados, e que em muito estimavão a sua reputação, escolhido para procurador do patrimonio Joaquim Manoel de Barros, pessoa sizuda e fiel e de cuja honradez e disvelho pelo cumprimento de seus deveres sempre deo as mais claras e decisivas provas”.

Nesse instante, o autor da carta expunha toda a sua intenção discursiva, toda informatividade acerca do que se propunha naquela carta. Por fim, o sujeito apresentava ao leitor da carta e ao Redator ou ao Editor um pedido pelo qual aquela correspondência deveria ser publicada **(3)**, em seguida a saudação final, que por muitas vezes elogiava o periódico no qual fora publicada. Além disso, é recorrente, por parte do sujeito que escreve, o uso de expressões que denotam modéstia, *“toscas linhas”*, *“mal traçadas rabiscas”*, sempre em relação ao que escreve, ao que espera ser publicado **(4)**:

(3) (4) Agradecimento / Conclusão:

²³ Essa sequência discursiva poderia sofrer alterações.

“Se lhe parecer razoável apresente exposição, rogo-lhe Sr. Redactor de dar-lhe publicidade com o que muito obrigarão”.

O.X.P.

(CAR, 23-03-1846)

Vejamos outro exemplo que ilustra a aparição dessas marcas formais do enunciado cartas de leitor: apresentação-saudação (1), exposição (2), agradecimento (3) e conclusão (4):

Senhores Redactores.

Naò deslizando das regras da justiça, e assaz obediente ao imperio das Leis, detesto sobre maneira a ousada prepotencia, contra a qual alço a voz para queixar-me perante o respeitavel Publico, a cujo juizo me submeto. (1)

No lugar da Palma de minha residência, Comarca de Limoeiro, sendo eleito para preencher as funcções de Vereador: e nunca fatigando para o serviço publico, de bom grado tomei assento na Camara: como parte integrante encetei em Janeiro do anno passado os seos trabalhos, entre os quaes mereceo attenção’ a inspecção’ das Cadeiras Publicas; especialmente de Gramática Latina, cujo Professor alem de lhe faltar assiduidade em seo Magistério, sendo sobejamente desvairado em sua conducta moral, e religiosa, de nenhuma maneira pôde, e pode ser proficuo á Mocidade, e ao Estado. (2)

[...] resolvi mudar-me d’aquela para esta comarca de Nazareth, tendo levado ao conhecimento da Camara o motivo de minha demissao’ conforme o Officio a baixo transcripto de verbo ad verbum, cuja verdade a toda prova expendida só escandalisou sobre modo ao Sr. Presidente da Camara, que não’ consentindo registrar-se por sua malevolencia (se diz) o mandára reconhecer. Queirao’, Senhores Redactores, transcrever no seu estimavel jornal estas toscas linhas, que muito obrigarão ao seu constante leitor (3) (4)

José Francisco Lopes de Lima

(QF, 02-04-1834)

Como se vê, mais uma vez, há a atualização dos postulados e condicionamentos propostos por Koch (*apud* Simões, 2007) na evolução dos bens culturais”: (a) **Tradições discursivas nunca emergem *ex nihilo*** cujo esquema verifica que a partir de específicas TD há a geração de novas formas discursivas; (b) **O conservadorismo de tradições culturais** o qual faz alusão ao surgimento de uma tradição cultural nova que conserva em sua organização marcas constitutivas do gênero de origem.

As cartas de leitor do século XIX conservam em sua organização composicional características das cartas pessoais dos séculos XVI, XVII e XVIII. Essa herança composicional presente nessas cartas, *apresentação-saudação, exposição, agradecimento, conclusão*, remete, pelo que parece, às regras de composição de cartas propostas pelo *Secretario Portuguez*, de Francisco José Freire, no século XVIII, que adapta as recomendações do *Segretario* de Isidoro Nardini o qual copiou o italiano que já fazia parte do *Secrétaire* francês, no século XVI e XVIII, que por sua vez retomara as regras propostas pela *Ars dictandi*, no século XI: o *satutatio* (a saudação), o *exordium* (o começo), o *narratio* (a narração), o *petitio* (a solicitação) e o *conclusio* (a conclusão).

Além dessas peculiaridades quanto ao plano formal das cartas, havia uma regularidade: a presença do vocativo, marcando o cumprimento inicial de quem escrevia para o *Redactor ou Edictor* do jornal, ou ainda para o *Sr. da Carranca* ou para a *Illma. Sra. D. Carranca*; a assinatura, no final da correspondência, que por muitas vezes fora feito uso de pseudônimos, como dissemos, uma maneira de mascarar o autor do texto.

As cartas, como já afirmamos, encontravam-se na segunda ou terceira página do jornal. Eram organizadas por parágrafos bem definidos, havia espaçamento na paragrafação; a fonte era, aproximadamente, 12, a não ser quando a carta do leitor fosse muito extensa, como dissemos, havia uma diminuição da fonte a fim de que toda a correspondência fosse publicada; os tipos de fonte variavam de jornal para jornal.

3 RELAÇÃO *EU-OUTRO*: AS VISÕES DOS SUJEITOS NA MATERIALIDADE LINGUÍSTICA DAS CARTAS

3.1 Endereçamento discursivo: relações dialógicas no discurso escrito

As cartas de leitor na primeira metade do século XIX foram um gênero reservado a propagação de discursos, saberes e informações. Sua circulação em jornais ou periódicos permitiu aos seus usuários uma maior e efetiva participação na cultura letrada. Desde sugestões de leituras clássicas a tira-dúvidas, as cartas possibilitaram encontros, debates, discussões. Suas linhas traziam as mais expressas intenções discursivas a fim de manter estreitos contatos entre as diversas instâncias sociais.

Assim como todo discurso é constitutivamente dialógico, revestido de vozes alheias, de discurso dos *outros*, às cartas de leitor não seria diferente. Nossa relação com o *outro* se atualiza nos enunciados que proferimos e na contemplação das imagens externas, elementos sem os quais a comunicação discursiva tornar-se-ia quase impossível. As relações dialógicas e a contemplação dessas imagens dos sujeitos em interlocução se materializavam no fio discursivo das cartas. Como? De que maneira?

O presente capítulo tem por objetivo analisar a produção discursiva e responder às perguntas acima, identificando as relações dialógicas, presentes no fio discursivo, e os efeitos de sentido resultantes das imagens construídas pelos sujeitos no processo interativo.

Adotamos a seguinte ordem de análise:

1. CATEGORIZAÇÃO INFORMACIONAL DO GÊNERO: essa seção é o resultado da prévia e inicial análise pela qual passou o *corpus*. Os dados adquiridos contribuíram para organizá-lo em sua regularidade: **1.** a catalogação do gênero: estado/cidade de publicação, tipo de texto, título do jornal, data/edição, fonte/cota; **2.**

a identificação do sujeito enunciador; **3.** a presença do *participante-interlocutor direto*, para quem, especificamente, o discurso se endereçava e se constituía (BAKHTIN, 2003); **4.** a identificação do *participante-interlocutor indireto*, nesse caso, o *Edictor* ou *Redactor* do jornal, para quem as cartas eram “endereçadas”, como afirmamos no cap. 2; **5.** a identificação da intenção discursiva – queixas e denúncias; **6.** assunto específico.

2. IMAGENS DOS SUJEITOS/EFEITOS DE SENTIDO ENTRE INTERLOCUTORES: identificação dos efeitos de sentido na atividade enunciativa das cartas.

Para melhor entendimento desta análise, adotamos alguns critérios: **1.** as cartas foram transcritas na íntegra. **2.** as observações contidas na seção IMAGENS DOS SUJEITOS/EFEITOS DE SENTIDO ENTRE INTERLOCUTORES são ilustradas com fragmentos da carta que definem, por meio de expressões linguísticas, a visão que o sujeito enunciador tem do outro e, conseqüentemente, os efeitos de sentido resultantes desses posicionamentos socioideológicos a fim de identificar possíveis alterações na materialidade linguística e a intervenção dessas imagens dos interlocutores na produção discursiva das cartas.; **3.** as siglas **A**, **B** e **C** representam, respectivamente, o sujeito enunciador; o *participante-interlocutor direto* e o *participante-interlocutor indireto*.

A fim de tornar mais clara a análise, identificamos, ainda, a maneira como **A** se percebe no discurso, em seguida o modo como contempla **B**, por último o envolvimento de **C** na materialidade discursiva. Buscamos, assim, o uso de expressões linguísticas que mantenham algum tipo de relação com a imagem que **A** tem de **B** e de **C** no processo interlocutivo a fim de atender aos objetivos dessa pesquisa.

CARTA 1

Estado/Cidade: PE/Recife

Tipo de texto: Carta de leitor

Título do jornal: Diario de Pernambuco

Data/Edição: Recife, 10 de março de 1827 / **Sessão:** Correspondencia

Fonte/Cota: Arquivo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco – PE

Snr. Redactor.

Dizem que ha homens para tudo, até para marinheiros, e eu digo, que até para mentirem descaradamente em huma folha publica, que he o mais a que pode chegar a impudencia de qualquer individuo. Affirma certo assignante do seu Diario, em 3 do corrente mez, debaixo do nome de Observador, que na Provincia das Alagoas se mandaraõ rapar a navalha os bigodes de certos officiaes na vespera do seu embarque em 1823, quando os fiseraõ embarcar para o Rio de Janeiro: he mentira, he mentira, he mentira tudo quanto diz seu assignante Observador; pois o contrario lhe poderei mostrar, se elle se quizer declarar pelo seu proprio nome, assim como parece querer contrabalançar o caso de Goianna sobre as cabeças rapadas com esse ideal, ou ficticio acontecimento de Alagoas sobre bigodes. Agora mesmo poderia mostrar a evidencia que aquella carta não tem huma só linha que exprima huma verdade (não digo bem) huma verossimilhança, ou indicio de veracidade sobre tal acontecimento; porem não me convindo dar estocadas ao vento, nem disputar com a voz, ou êcho de hum Observador occulto, contento-me em defender a minha Provincia, desmentindo a sua carta intotum, deixando as provas da contrariedade, para quando elle se appresentar replicando em publico, assim como faço defendendo a verdade, ou credito dos Alagoenses enchovalhados agora com aquella mentirosa carta. E ja de agora protesto que se o Sr. Observador não me contestar, ficarei dispensado de diser mais coisa alguma, para não importunallo, ficando a verdade como provada com esta solemnissima negativa, que rogo-lhe se digne publicar no seu Diario para confusaõ desse máo Observador, e satisfação do seu

Affectuozo Venerador

Francisco da Rocha Vieira Cavalcante

1. CATEGORIZAÇÃO INFORMACIONAL DO GÊNERO

A: Francisco da Rocha Vieira Cavalcante

B: Assinante do Diario de Pernambuco, tendo por nome Observador.

C: Snr. Redactor

ATIVIDADE DE LINGUAGEM: desmentir calúnia proferida sobre alagoanos, para satisfação de **A**

INTENÇÃO DISCURSIVA: queixa/denúncia

ASSUNTO ESPECÍFICO: carta enviada ao Diário de Pernambuco contendo informações sobre mal entendido publicado em carta anterior. **A** denuncia a falta de respeito de **B** para com os alagoanos, ao afirmar que eles, ao desembarcar no Rio de Janeiro, tiveram de rapar os bigodes.

2. IMAGENS DOS SUJEITOS / EFEITOS DE SENTIDO ENTRE INTERLOCUTORES

O sujeito enunciador, Francisco da Rocha Vieira Cavalcante, declara-se natural de Alagoas, e, por essa razão, sente-se na obrigação de defender o seu Estado de declarações mentirosas. O uso do possessivo “*minha*” (1) marca patriotismo, defesa da terra natal, assim como o verbo “*contento-me*” demonstra sua satisfação por tal feita. Além disso, essas marcas evidenciam o que propõem Bakhtin (2003), isto é, os sujeitos ao se contemplarem ocupam horizontes concretos diferentes, o horizonte do qual **A** faz parte está declarado quando afirma sua naturalidade, quando afirma de que lugar social ele fala. Nesse caso, **A** fala de dois lugares diferentes, respectivamente, um permanente, o outro transitório: o seu lugar como alagoano e o seu lugar como divulgador da verdade.

(1) “*contento-me em defender a **minha** Província*”

A sente-se um defensor da verdade, consciente de seu papel cidadão. Prefere expor toda o que sabe a favor, defesa de sua província a “*disputar com a voz*”.

(2) “*assim como faço defendendo a verdade*”

(3) “*E ja de agora protesto que se o Sr. Observador não me contestar, ficarei dispensado de diser mais coisa alguma, para não importunallo, ficando a verdade como provada com esta solemnissima negativa*”

Assim, ele se vê sensato, porquanto, como não tem argumento que justifique a atitude do Observador ou por não saber o motivo que o levou à tamanha mentira, prefere e acha mais relevante defender sua terra (4).

(4) “*Agora mesmo poderia mostrar a evidencia que aquela carta não tem huma só linha que exprima huma verdade (**nao digo bem**) huma verossimilhança, ou indicio de veracidade sobre tal acontecimento; porem não me convindo dar estocadas ao vento, nem disputar com a voz, ou êcho de hum Observador occulto, contento-me em defender a minha Provincia, desmentindo a sua carta intotum*”

No fragmento acima (4), o uso da expressão entre parênteses “(*nao digo bem*)” reforça essa assertiva de um comportamento sensato de **A**, demonstra uma ressalva por parte do sujeito enunciador ao que foi dito. Parece-nos que ele aparenta ter ciência de que se desse “*estocadas ao vento*”, cairia no mesmo “erro” do Observador, o uso de calúnias. A expressão negritada em (4) é um indício de heterogeneidade, pois, conforme Authier-Revuz (1994), o que falta ao dizer pode ser evocado a partir da figura meta-enunciativa que mostra a incapacidade ou fraqueza do enunciador. Nesse caso, **A** não se posiciona no que realmente venha ser a atitude de **B**. A fim de comprovar essa marca de heterogeneidade, podemos manter, ainda, um estreito diálogo com Authier-Revuz (2004) quando propõe parâmetros para identificar as formas explícitas que inscrevem o *outro*. Dentre essas formas, há a *concordância dos dois interlocutores quanto à adequação da palavra, à coisa e à situação*, especificamente, o parâmetro do *retoque ou de retificação* (*X, ou melhor, Y; X, eu deveria ter dito Y*) [...] ou *com jogos sutis* (*X, eu ia dizer Y*)” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 15). Essa expressão revela o discurso “afetado” pela presença do *outro*.

No texto, **A** demonstra-se também um homem revoltado, ao referir-se à carta enviada ao **DP** no último dia 3 de março de 1827. Sua indignação pode ser percebida pelo uso de algumas expressões indefinidas e indeterminadas, destacadas abaixo, que caracterizam seu repúdio e ojeriza à atitude de **B**.

(5) “**Dizem** que ha **homens** para tudo, até para marinheiros, e eu digo, que até para mentirem descaradamente em huma folha publica, que he o mais a que pode chegar a impudencia **de qualquer individuo**.”

Vemos, neste fragmento, o uso de indeterminação, marcada por um discurso indireto, na forma “*Dizem*”. Para Authier-Revuz (2004, p. 12) “no discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do ‘sentido’ dos propósitos que ele relata”. Para ainda marcar a indeterminação, **A** faz o uso do termo genérico “*homens*” e “*de qualquer individuo*”. Essas expressões demarcam o posicionamento de **A** e comprovam a intensidade de sua revolta e desdém, uma vez que, ao partir dessas indefinições, ele se mostra indignado, pois o uso do verbo no plural, o nome genérico e o pronome indefinido representam, ao mesmo tempo, um pseudo-afastamento do que é dito, baseado em generalizações, mas da mesma maneira é, a partir daí, que **A** fundamenta e ratifica seu propósito discursivo, ao ser taxativo no uso da expressão:

(6) “**e eu digo**, que até para mentirem descaradamente em huma folha publica”

A, a partir de um “discurso universal e alheio”, de “*que ha homens para tudo, até para marinheiros*”, dá construção ao seu discurso, ao usar essa “verdade” como uma ponte, referência ou apoio para a exposição do seu ponto de vista. **A** tem o seu discurso influenciado pelo discurso do *outro*, o discurso universal, que representa um discurso de descrença e de desvalorização para os mencionados marinheiros e para os que mentem descaradamente. Isso também pode ser comprovado com o uso reiterado da preposição “até”, que intencionaliza um desprestígio ou até mesmo um “desvalor” ao que está incluso, já que, neste contexto, a preposição transparece um *até inclusivo-seletivo* (MATIAS, 2007, p. 6). Nisso identificamos a teoria bakhtiniana de que todo discurso é constitutivamente dialógico.

Nesse mesmo fragmento, comprovamos que **A** vê **B** como um caluniador, um ser imprudente e, acima de tudo, mentiroso.

A identifica no pseudônimo de **B**, *Observador*, uma falta de coragem e responsabilidade pelas linhas escritas, pois a ausência de um nome demonstra a omissão da autoria da carta (7), diferentemente de **A** que faz questão de apresentar-se, comprovando o que dissemos acima, seu descrédito para com **B** (8). Essas contemplações de **A** são resultado de seu excedente de visão em relação a **B**, pois

B se encontra no mundo, o mundo está diante de **A**, assim, esse tem a possibilidade de ver o que aquele não consegue contemplar (BAKHTIN, 2003).

(7) “*pois o contrario lhe poderei mostrar, se elle se quizer declarar pelo seu proprio nome*”

(8) “*que rogo-lhe se digne publicar no seu Diario para confusaõ desse máo Observador, e satisfação do seu Affectuozo Venerador Francisco da Rocha Vieira Cavalcante*”

É interessante notar como **A** dá progressão ao seu discurso. Inicia com indeterminações, como vimos acima, mas, em seguida, “dá nome aos bois”.

- apresentação do nome do remetente da carta anterior

(9) “*Affirma certo assignante do seu Diario, em 3 do corrente mez, **debaixo do nome de Observador***”

A postura de **A**, ao afirmar que tudo exposto pelo Observador é mentira, reforça-se pela repetição da expressão “*he mentira*” e seus derivados

(10) “***he mentira, he mentira, he mentira** tudo quanto diz seu assignante Observador*”

(11) “*eu credito dos Alagoenses enchovalhados agora com aquella **mentirosa carta***”

Também se identifica esse mesmo procedimento no o uso de palavras cognatas: “*verdade*”, “*veracidade*”.

(12) “*Agora mesmo poderia mostrar a evidencia que aquella carta não tem huma só linha que exprima huma **verdade** (não digo bem) huma verossimilhança, ou indicio de **veracidade** sobre tal acontecimento*”

(13) “*assim como faço defendendo a **verdade***”

Na carta de **A**, a palavra *verdade* e seus cognatos aparecem quatro vezes e as expressões que simbolizam mentira aparecem seis. Essa recorrência maior de

expressões ratifica toda postura de indignação de **A** para a atitude de **B**. Seu desprestígio por uma ação insensata, errônea e infeliz fica claro no fio discursivo.

O contato mantido entre **A** e **C** se dá de maneira muito sutil. **A** faz uso de vocativos, pronomes:

(14) “*Snr. Redactor.*”

(15) “*Affirma certo assignante do **seu** Diario*”

(16) “*pois o contrario **lhe** poderei mostrar*”

(17) “*que rogo-**lhe** se digne publicar no **seu** Diario para confusaõ desse mão Observador, e satisfação do **seu***”

Entretanto, dentre essas formas de interação, dizer a **C** que é seu “*Affectuozo Venerador*” marca um respeito, veneração, faz de **C** alguém digno de valor. Como vemos, a visão que **A** tem de **C** levou a alterar a materialidade linguística, uma vez que o discurso é direcionado ao *outro* e que a palavra variará se se tratar de *participantes-interlocutores* de grupos sociais diversos (BAKHTIN, 2002). Isso pode ser ratificado, se compararmos a maneira como **A** trata **B** e **C**, respectivamente.

Desta carta, além das representações de imagem de **A** para **B** e para **C** e de seus efeitos de sentido, podemos assimilar posturas e comportamentos sociais da época. Percebe-se que o fato de ter bigodes simbolizava virilidade:

(14) “*que na Provincia das Alagoas **se mandaraõ rapar a navalha os bigodes** de certos officiaes na vespera do seu embarque em 1823, quando os fiseraõ embarcar para o Rio de Janeiro*”

Parece que, para a época, homem ter bigode é sinônimo de masculinidade, deixa-o mais viril. Acreditamos que toda revolta de **A** gira em torno da publicação dessa calúnia, mas também desse desrespeito a homens tão viris como os da província das Alagoas, pois é assim que ele os vê e se vê, isto é, um sinônimo de virilidade e respeito.

CARTA 2

Estado/Cidade: PE/Recife

Tipo de texto: Carta de leitor

Título do jornal: Quotidiana Fidedigna

Data/Edição: Recife, 07 de março de 1834 / Sessão: Correspondencia

Fonte/Cota: Arquivo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco – PE

Senhores Redactores.

Nao' ha menor duvida, que o nosso Deao' o Snr. Bernardo Luiz Ferreira resquiescat in pace, e que em consequencia de sua morte se acha o lugar de Procurador Fiscal, o qual necessariamente será cobiçado por pessoas, que nao' estejao' nas circunstancias de exercel-o, intervindo para isto os valiosos empenhos de certos magnatas, a fim de que seos afilhados sejao' servidos. Eu, Snrs. Redactores, como desejo, que todos ou lugares sejao' dados á pessoas, que tenham' naó só virtudes sociais, como tambem conhecimentos: por isso julgo, que alem d'outras pessoas que aqui existem, deve no mencionado lugar ser empregado o nosso patricio o Snr. Dr. Francisco de Paula Baptista. Este moço durante o tempo que andou n'Academia d'Olinda deo provas de muito talento, e a sua conducta civil nunca soffreo a menor quebra, antes sim he mais cuidadoso ainda em ser com cidadão. Naõ he necessario, Senhores, que se dê o emprego de P. Fiscal á pessoas d'outras Provincias, quando aqui as temos não' só nas mesmas como melhores circunstancias. O Snr. Dr. F. de Paula Baptista he optimo para exercer o mencionado emprego; informem-se, e verao', se todos á hum voz dirão', ou nao' a mesma coisa, que eu tenho dito. Queirao', Snrs. Redactores, dar publicidade á estas toscas linhas. Sou seu Patricio

O Pernambucano da gêmma.

1. CATEGORIZAÇÃO INFORMACIONAL DO GÊNERO

A: O Pernambucano da gêmma

B: instituição ou autoridades responsáveis pela contratação de Procurador Fiscal

C: Senhores Redactores

ATIVIDADE DE LINGUAGEM: descrever habilidades e competências do Sr. Dr. Francisco de Paula Baptista, a fim de convencer autoridades ou instituições de sua capacidade para assumir o lugar de Procurador Fiscal.

INTENÇÃO DISCURSIVA²⁴: denúncia/solicitação

ASSUNTO ESPECÍFICO: carta enviada ao Quotidiana Fidedigna, contendo informações profissionais do Sr. Dr. Francisco de Paula Baptista, apto a ocupar o cargo de Procurador Fiscal, pois tal ocupação fora do Snr. Bernardo Luiz Ferreira e agora se encontra desocupada devido ao seu falecimento. Assim, o cargo deve ser ocupado por pessoas que tenham virtudes sociais e que sejam da província de Pernambuco e o Sr. Dr. Francisco de Paula atende às exigências.

2. IMAGENS DOS SUJEITOS / EFEITOS DE SENTIDO ENTRE INTERLOCUTORES

Começamos a perceber como **A** se vê a partir do pseudônimo que utiliza: “*O Pernambucano da gêmma*”. Considera-se pernambucano e muito orgulhoso por isso. Mas algo nos chama bastante atenção, temos a impressão de **A** ser o Sr. Dr. Francisco de Paula Baptista ao relacionar o pseudônimo com as informações postas na carta e entendendo a atividade de linguagem destinada.

Se assim for, existe um *outro*, ainda que esse *outro* não seja *eu*, pois para falar de onde fala, **A** ocupa outro lugar, desloca-se para falar de um *outro* que pode ser ele mesmo. Se **A** for o *outro* e o *eu* ao mesmo tempo, ele ocupa um lugar alheio. Se assim for, **A** fala de si, porém do lugar de um *outro*. Essa peculiaridade discursiva pode ser verificada na materialidade linguística?

Partindo do que acreditamos acontecer nesta carta, é provável haver uma autodescrição de **A** que se vê da maneira como se descreve. Assim fica claro o que discute Bakhtin (2003) quanto à contemplação da imagem externa do *eu*, pois **A** vivencia os seus elementos expressivos através de sua autossensação, embora, saibamos que ao se contemplar diante do espelho, sua imagem é o resultado de dois olhares, o seu e o do *outro*.

Em (1), por exemplo, elementos demarcam uma provável autodescrição de **A** como sendo o próprio marco discursivo, porque afirma que não há pessoas adequadas a ocupar o cargo de Procurador Fiscal

²⁴ Embora haja, nesta carta, a predominância da intenção discursiva de solicitação de emprego, optamos por analisá-la devido a uma leve queixa/denúncia de um provável nepotismo por parte de **B**.

(1) “**que nao’ estejam’ nas circunstancias de exercel-o**”

Para **A**, os pernambucanos são aptos a exercer a função de Procurador Fiscal, porque se acha ou vê o *outro* uma pessoa virtuoso e detentora de uma gama de conhecimentos; possui formação e capacidade.

(2) “*como desejo, que todos ou lugares sejam’ dados á pessoas, **que tenham’ nao’ só virtudes sociais, como tambem conhecimentos***”

O seu reconhecimento pela capacidade de usufruir o cargo de Procurador, leva-o a introduzir na carta um breve *curriculum vitae*

(3) “*Este moço durante o tempo que **andou n’Academia d’Olinda** deo provas de muito talento, e a sua conducta civil nunca soffreo a menor quebra, antes sim he mais cuidadoso ainda em ser com cidadão*”

No fragmento acima, o uso da expressão “*antes sim*” é uma marca explícita da presença do *outro*, segundo Authier-Revuz (2004). Esse caso ilustra o parâmetro da *concordância dos dois interlocutores*, a saber, o da *figura de dúvida, de reserva*, exemplificado por expressões do tipo: X, de certo modo, metaforicamente... .

Vemos que defeitos não há, apenas virtudes. Essa postura é necessária para **A**, caso contrário seu discurso não atingiria sua finalidade comunicativa: persuadir autoridades ou instituições. Além de tantos elogios, **A** declara esse *outro*, que pode ser ele mesmo, um excelente profissional (4), por meio de enunciado predicativo:

(4) “O Snr. Dr. F. de Paula Baptista **he optimo** para exercer o mencionado emprego”

Como vemos, há pistas presentes no texto que reforçam o que falamos. “O *Pernambucano da gêmma*” pode ser sim o próprio Sr. Dr. Francisco de Paula Baptista. Como ele se considera genuinamente um pernambucano, isso o faz ufanista, **A** diz que

(5) “*Naõ he necessario, Senhores, que se dê o emprego de P. Fiscal á pessoas d’outras Províncias*”

Isso nos leva a acreditar que em Pernambuco há pessoas capazes, há pernambucanos capazes, como “*O Pernambucano da gêmma*”. Já que o cargo deve ser ocupado por um pernambucano, **A** é naturalmente, puramente pernambucano e por haver em Pernambuco pessoas bastante capazes para assumir o cargo, ele poderia muito bem ocupá-lo. É um discurso ufanista para um ufanista. O fato de **A** ser, provavelmente, o próprio Francisco de Paula Batista nos evidencia algo. A fim de mascarar o “real” autor dessa produção, **A** dá ao seu discurso uma forma indireta, ou seja, indetermina seu discurso, pois escreve-o em terceira pessoa, cobrindo, assim, sua “pessoalidade”. Além do mais, uma provável evidência é o fato de **A** não usar seu nome, mas um pseudônimo. Por que não assinar com um nome próprio, já que há uma indicação para uma outra pessoa?

Outro ponto relevante é o uso do “*aqui*” (6) referindo-se à província de Pernambuco e o uso da expressão “*patricio*” (7) que caracteriza essa identidade genuinamente pernambucana de alguém que só pode fazer parte dessa origem, ou seja, uma pessoa da seiva pernambucana, um provável e possível *Pernambucano da gêmma*.

(6) “*que alem d’outras pessoas que **aqui** existem, deve no mencionado lugar ser empregado o nosso **patricio** o Snr. Dr. Francisco de Paula Baptista*”

(7) “*dar publicidade á estas toscas linhas. Sou seu **Patricio***”

Algumas marcas de subjetividade presentes na carta podem nos ajudar e reforçar nosso posicionamento; parece haver uma necessidade latente em **A** de reforçar a sua presença e a sua opinião para os leitores, autoridades e instituição. É como se nele houvesse o interesse de marcar, excessivamente, esse “eu” pernambucano na produção do discurso. Essas marcas do “eu” conotam o interesse de dizer quem deve ocupar o cargo de procurador pelo uso do pronome sujeito (8), por flexão do verbo na primeira pessoa (9) e pelo uso de locução verbal subjetiva (10):

(8) “***Eu**, Snrs. Redactores, como desejo*”

(9) “*por isso **julgo**, que alem d’outras pessoas que **aqui** existem*”

(10) “*informem-se, e verao’, se todos á huma voz diráo’,ou nao a mesma coiza, que eu tenho dito*”

É possível também afirmar que esse excesso de subjetividade representa o *eu* de alguém que conhece o *outro*, ou a si mesmo, como acreditamos acontecer.

Em (11), vemos que **A** busca num discurso alheio oportunidade para dar credibilidade ao seu discurso. É o que confirma Bakhtin (2003), buscamos no *outro* a orientação para constituir nosso discurso, esperamos do *outro* uma compreensão ativa responsiva que defina os nossos dizeres. Para dar voz às vozes, **A** faz uso de verbos em terceira pessoa do plural e a mascarada indefinição do determinante:

(11) “*informem-se, e verao’, se todos á huma voz dirão*”

O contato de **A** para com o **C** se dá mais frequente do que na carta anterior. Sua aparição ocorre cinco vezes. Em (16), fica explícito o compatriotismo de **A** para com **C**, pois ambos são conterrâneos. Para isso se tem uso de vocativos de abertura e no corpo da carta

(12) “*Senhores Redactores*”

(13) “*Eu, Snrs. Redactores*”

(14) “*Naõ he necessario, Senhores*”

(15) “*Queirao’, Snrs. Redactores, dar publicidade á estas toscas linhas*”

(16) “*Sou seu Patrício*”

Esse discurso determina a atenção que **A** dá à adesão de **C** àquelas “*toscas linhas*”. Essa expressão marca um convencimento por parte de **A**, uma vez que, no início da carta, usa expressões latinas (17), reforçando, assim, o interesse em se colocar alguém no cargo de Procurador Fiscal, alguém que tenha conhecimento, seja preparado, dessa forma como o assinante, talvez. Assim se verifica o prestígio e o conhecimento do latim:

(17) *“Nao’ ha menor duvida, que o nosso Deao’ o Snr. Bernardo Luiz Ferreira resquiescat in pace”*

Nesta carta, identificar como **A** vê **B** é algo menos recorrente, diferentemente da visão de **A** sobre si. Isso parece ser resultado do excesso de imagens que **A** faz de si, caso seja realmente o próprio autor da carta, o elemento da descrição. Acreditamos, até mesmo, que a finalidade comunicativa com a qual a carta foi escrita leva a ocorrer essa dificuldade. Nós vemos na carta mais elogios para *Snr. Dr. Francisco de Paula Baptista* do que qualquer outra coisa.

Embora haja essa dificuldade, **B** é autoridade ou instituição responsável pela contratação da escolhida pessoa para ocupar o cargo de Procurador Fiscal. **A** percebe em **B** um órgão responsável, capaz de oficializar e preparar o preenchimento da vaga por pessoas realmente capazes. Porém, percebemos que **A** alerta **B** de algumas coisas. Podemos estar equivocados, mas parece que **A** em (18) faz referência à política de nepotismo, ao apadrinhamento. O uso do indefinido “certos” e da expressão “seos afilhados sejaio’ servidos” deixam transparecer uma denúncia, por meio de uma leve ironia, e, ao mesmo tempo um alerta para **B** a fim de orientá-lo que o cargo de procurador deve ser preenchido por pessoas capazes e não por apadrinhamento e indicações. *Naquela época já havia o jeitinho brasileiro!*

(18) *“se acha o lugar de Procurador Fiscal, o qual necessariamente será cobiçado por pessoas, que nao’ estejao’ nas circunstancias de exercel-o, intervindo para isto os valiosos empenhos de certos magnatas, a fim de que seos afilhados sejaio’ servidos”*

Para Authier-Revuz (2004, p. 17-18), a ironia não é possível de ser explicitada por marcas, no entanto, ao recuperar as condições de produção dos dizeres, vemos que a expressão - “seos afilhados” - demarca heterogeneidade, pois como afirma, ainda, a própria Authier-Revuz (2004, p. 18), “a ‘menção’ que duplica ‘o uso’ que é feito das palavras só é dada a reconhecer, a interpretar, a partir de índices recuperáveis no discurso em função de seu exterior”.

Em resumo, não podemos afirmar com toda a convicção que *O Pernambucano da gêmma* seja o Sr. Dr. Francisco de Paula Baptista, até porque

não vivenciamos o momento histórico, no entanto, como verificamos, é possível identificar na materialidade linguística, é visível o interesse de **A** em se mostrar como pernambucano e ao mesmo tempo reforçar o seu desejo pela participação de um pernambucano para ocupar o cargo de Procurador Fiscal. O reforço de tantas qualidades para os pernambucanos, o uso do pseudônimo e o reforço por se vê e se achar como genuinamente um pernambucano marca esse nosso posicionamento. O uso das expressões destacadas nos fragmentos acima leva-nos a defender esse “mascaramento” de **A**.

Por fim, um fenômeno nos chama atenção: a carta, aqui analisada, tem uma organização composicional típica das cartas de leitor da época, entretanto a sua intenção discursiva é típica de cartas de apresentação. É como se dentro do gênero carta de leitor houvesse um outro gênero, carta de apresentação. Gênero destinado à solicitação e à concorrência por vagas de emprego. Essa peculiaridade discursiva é acentuada por Bakhtin (2003, p. 284) ao afirmar que os gêneros podem se misturar.

[...] é possível uma reacentuação dos gêneros, características da comunicação discursiva em geral; assim, por exemplo, pode-se transferir a forma de gênero da saudação do campo oficial para o campo da comunicação familiar, isto é, empregá-la com uma reacentuação irônico-paródica; com fins análogos pode-se misturar deliberadamente os gêneros das diferentes esferas.

CARTA 3

Estado/Cidade: PE/Recife

Tipo de texto: Carta de leitor

Título do jornal: Diario de Pernambuco

Data/Edição: Recife, 13 de fevereiro de 1827 / **Sessão:** Correspondencia

Fonte/Cota: Arquivo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco – PE

Consta-me que o Sr. Doutor Manoel Caetano Soares de Souza, chegado ultimamente de Lisboa; requerendo ao Excellentissimo Chanceler da Relação desta Provincia, licença para para poder advogar; tivera por despacho que apresentasse certidão da Câmara, por onde mostrasse ter jurado o Projecto de Constituição d'este Imperio: e como ainda não o tivesse feito, por se achar ausente, em Portugal; mandando agora jurar, pelo seu bastante Procurador, Joaquim Jose da Conceição: eis que a Camara recuzou a assignatura; dizendo ao Procurador, que o Sr. Doutor não pode gozar dos direitos de Cidadão Brasileiro; esquecida, talvez, dos relevantes serviços que prestou, em Portugal a sagrada Cauza da Independencia, e liberdade politica d'este Imperio, como fora e ainda são, bem sabidos, e notorios. Assim Sr. Redactor queira por favor acolher em algum cantinho do seu Diario estas mal-traçadas rabiscas, a vêr se apparece algum judicioso, que me esclareça sobre as razões, em que se fundou a Camara para negar a assignatura do Projecto, fazendo assim huma tão grande infusão ao Sr. Doutor. Sou

De Vm.

Afectuozo Criado

O Abelhúdo.

1. CATEGORIZAÇÃO INFORMACIONAL DO GÊNERO

A: O Abelhúdo

B: Chanceller da Relação / Câmara

C: Sr. Redactor

ATIVIDADE DE LINGUAGEM: contestar a decisão da Câmara por não liberar ao Sr. Doutor Manoel Caetano Soares de Souza o direito de advogar.

INTENÇÃO DISCURSIVA: queixa/denúncia/solicitação

ASSUNTO ESPECÍFICO: carta enviada ao Diario de Pernambuco por contestar a decisão da Câmara por impedir o Sr. Doutor Manoel Caetano Soares de Souza de

advogar na província de Pernambuco. Seu pedido foi negado, por não poder gozar dos direitos de cidadão brasileiro, uma vez que, por estar ausente, em Portugal, não apresentou certidão à Câmara que mostrasse ter jurado o projeto de Constituição do Império. Tudo fica à mão do seu Procurador, Joaquim José da Conceição que obtém como resposta a negação do pedido.

2. IMAGENS DOS SUJEITOS / EFEITOS DE SENTIDO ENTRE INTERLOCUTORES

A partir do pseudônimo que assina a carta, *O Abelhúdo*, podemos saber para que ele veio, ou melhor, o que o fez escrever “estas *mal-traçadas rabiscas*”. Provavelmente, por meio do seu discurso escrito, seu interesse era dar uma “picada”²⁵, ou seja, contestar uma atitude ingrata feita com o Sr. Doutor Manoel Caetano Soares de Souza, advogado português.

Com *O Abelhúdo* ainda temos a possibilidade de perceber que ele se vê como um homem nas condições de levar à frente esta denúncia/queixa, mesmo não dando “tanta relevância” ao que é dito, pois ao usar a expressão “*mal-traçadas rabiscas*” (1) ele considera seu discurso ingênuo, mal preparado, no entanto, percebemos que há, na carta, uma linguagem um tanto formal, até mesmo o domínio de informações alusivas ao fato nos permite crer que a carta de mal traçadas palavras não tem nada. Isso é uma estratégia de **A**, aparentar modéstia. Nesse caso, aplica-se a perspectiva de Bakhtin (2002) ao afirmar que a palavra variará dependendo do *outro* a quem se direciona o discurso. Além disso, como **B** é o Chanceler da Relação, a representação da Câmara, o dizer é controlado, configurado dentro de uma ordem do discurso (FOUCAULT, 1999), significando que **A** não pode dizer de qualquer modo. Porém **A** não perde sua maneira particular de dizer, pois deixa escapar marcas de individualidade, o que o permite dizer algo de uma maneira, e não de outra (Bakhtin, 2003).

Ao usar a expressão “*cantinho*”(1), **A** dá ao seu discurso uma suavização, ou seja, depois de “picar” **B**, aquele se sente na qualidade de um simplório escritor que necessita de “favores” de **C**.

²⁵ *A abelha faz mel, mas também pica (grifo nosso).*

(1) “Assim Sr. Redactor queira por favor acolher em algum **cantinho** do seu Diario estas **mal-traçadas rabiscas**”

É possível O *Abelhúdo* seja o próprio Sr. Doutor Manoel Caetano Soares de Souza ou o seu Procurador, Joaquim José da Conceição, já que O *Abelhúdo* detém bastante conhecimento de causa, e tal situação só poderia ser bem conhecida, principalmente em detalhes, por alguém que estivesse por dentro da “situação” (2), (3).

(2) “requerendo ao Excellentissimo Chanceler da Relação desta Provincia, licença para para poder advogar; tivera por despacho que apresentasse certidão da Câmara, por onde mostrasse ter jurado o Projecto de Constituição d’este Imperio: e como ainda não o tivesse feito por se achar auzento, em Portugal”

(3) “a Camara recuzou a assignatura; dizendo ao Procurador, que o Sr. Doutor não pode gozar dos direitos de Cidadão Brasileiro”

O uso do pseudônimo pode presumir esse provável mascaramento (4).

(4) “fazendo assim huma taõ grande **infustiça** ao Sr. Doutor. Sou De Vm. **Afectuozo Criado O Abelhúdo**”

Percebemos que, para reforçar a visão que **A** tem de **B**, aquele se vale de argumentação e informatividade para sustentar seu posicionamento: apresenta **B** como injusto e molesto.

As palavras finais de (4) “Vm. **Afectuozo Criado**” e o uso de “**cantinho**” em (1) mostram que **A** mantém com **C** uma estreita relação. Percebemos que o uso dessas expressões, além de suavizar o discurso, demonstra certa afinidade entre **A** e seu “amigo” Redactor, **C**, mas também uma retomada da modéstia, no uso do diminutivo, pois parece que seu texto é “tão simples” que em qualquer lugar pode aparecer.

A, ao mesmo tempo em que se revela bem informado (5), tem o domínio da situação de produção. E ele, através de marcas de subjetividade, demonstra seu desconhecimento pelo resultado da solicitação encaminhada à Câmara. Inicialmente

vê-se informado (5), mas, em contrapartida, a situação o deixa incapaz de compreender o fim, por isso o uso de verbos em primeira pessoa (5) e da expressão “*que me esclareça*” em (6).

(5) “**Consta-me** que o Sr. Doutor Manoel Caetano Soares de Souza, *chegado ultimamente de Lisboa; requerendo ao Excellentissimo Chanceler da Relação desta Província, licença para para poder advogar*”

(6) “que **me esclareça** sobre as razões, em que se fundou a Camara para negar a assignatura do Projecto”

Nesta carta, diferentemente da anterior, a possibilidade de identificar os lugares socioideológicos, os lugares sociais de **B** é mais notório, isto é, há mais indícios da posição de **B**, do que de **A**. Isso parece se justificar pela finalidade comunicativa da carta e pela condição de produção, pois a denúncia caracteriza a considerada injustiça feita por **B** e, sendo assim, **A** enfrenta **B**, deixando mais marcas linguísticas que ilustram a sua visão em relação a **B**. O excedente de visão (BAKHTIN, 2003) na relação *eu-outro*, especificamente, na relação *eu* contemplando o *outro* leva o sujeito-enunciador a perceber toda singularidade que há na imagem externa alheia.

Primeiramente, **B** é visto como injusto, pois ao negar o pedido do Sr. Doutor Manoel Caetano Soares de Souza, sua atitude demonstra incapacidade em reconhecer o papel importante do Sr. Doutor Manoel à causa da nossa independência.

(7) “*eis que a Camara recuzou a assignatura; dizendo ao Procurador, que o Sr. Doutor não pode gozar dos direitos de Cidadão Brasileiro; **esquecida**, talvez, dos relevantes serviços que prestou, em Portugal a sagrada Cauza da Independencia, e liberdade politica d’este Imperio, como foraõ e ainda saõ, bem sabidos, e notorios*”

O uso do caracterizador “*esquecida*” deixa transparecer toda indignação de **A** para **B**, este, por não levar em consideração os “*serviços que prestou*” o Sr. Doutor Manoel ao Império Brasileiro, causa uma tremenda injustiça, pois, quando, por interesses internos, houve ajuda do advogado. Por que, agora, negar-lhe o direito de advogar? Só por não apresentar, no prazo, certidão da Câmara que

comprovasse seu juramento ao projeto de constituição vigorante na época? Isso parece ser a tônica da não autorização. *A Câmara se esqueceu de que uma mão deve lavar a outra, e as duas o corpo todo.*

Outro elemento importante, em (7), é a marca explícita de heterogeneidade presente na forma de discurso indireto (AUTHIER-REVUZ, 2003): *“eis que a Camara recuzou a assignatura; dizendo ao Procurador, que o Sr. Doutor não pode gozar dos direitos de Cidadão Brasileiro”*. Essa voz alheia, que atravessa o discurso de **A**, é representada linguisticamente pelo verbo *dicendi* – *dizendo* – e pela oração objetiva direta – *“que o Sr. Doutor não pode gozar dos direitos de Cidadão Brasileiro”*. O discurso alheio torna-se, assim, estratégia argumentativa a fim de respaldar o *dizer dito* (grifo nosso), a fim de jogar argumentativamente, já que em seguida afirma:

(8) *“esquecida, talvez, dos relevantes serviços que prestou, em Portugal a sagrada Cauza da Independencia, e liberdade política d’este Imperio, **como foraõ e ainda saõ, bem sabidos, e notorios**”*

Em (8), as expressões destacadas reforçam a *brilhante* participação do Sr. Doutor Manoel na causa da independência. Para **A**, essa prestação de serviço do advogado não está nada no esquecimento, como diz ao se referir à Câmara e no uso de “*esquecida*” em (7), que deixa transparecer uma fina ironia, pois em (8), o uso de “*ainda*” marca que alguém ou até mesmo a população não esqueceu de tão grande feitoria, porque é “*sabido*” e do conhecimento de todos. É como se a população lembrasse, mas, quem deveria realmente se lembrar esqueceu.

A, através de algumas expressões, tenta comover, especificamente, o leitor da carta da magnífica participação que foi a do Sr. Doutor Manoel. **A** é estrategista. Logo, identificamos algo bastante relevante, a presença explícita de um quarto²⁶ interlocutor, aqui denominado **D**, os possíveis leitores da carta, um *outro* a quem o discurso também fora direcionado, porém de forma mais restrita, mais moderada, já que o discurso se constituiu, especificamente, para **B**. Esse fenômeno é percebido ao dizer

²⁶ Não no sentido aritmético.

(9) “a vêr se apareesse **algum judiciozo**, que me esclaressa sobre as razões, em que se fundou a Camara para negar a assignatura do Projecto, fazendo assim huma taõ grande infustiça ao Sr. Doutor”

Esse discurso, que faz parte de uma solicitação de **A** para **C**, está na verdade direcionado a **D**, pois **A** deseja encontrar alguém que possa esclarecer o porquê de tamanha incompreensão e injustiça para com o pedido do Sr. Doutor Manoel. Isso nos mostra que o falante ou o que escreve sempre direcionará seu discurso ao *outro*, sempre buscará na resposta do *outro* a constituição do seu discurso (BAKHTIN, 2003), mesmo que esse *outro* seja um *interlocutor periférico*, como o caso de **D**, isto é, um interlocutor que fica *em torno do* real endereçamento discursivo, o *participante-interlocutor direto*, mas que, mesmo de forma menos acentuada e moderada, influencia a constituição do discurso.

Quanto ao nível de formalidade, mesmo revoltado, mesmo indignado, **A**, em momento algum, deixa transparecer em seu discurso expressões injuriosas, palavras desrespeitosas.

O discurso de **A** é uma miscelânea de indignação e sensibilização comovente. Suas estratégias discursivas, além de sensibilizar o leitor, chamam a atenção de **B** para o problema, uma vez que esse é seu *participante-interlocutor direto*. **B** é o alvo das alfinetadas de **A**. As estratégias de **A** são muito marcadas, linguisticamente, pelo uso de caracterizadores (8), (9), (10) e em (11), com o uso de intensificador.

(8) “**esquecida**, talvez, dos **relevantes** serviços que prestou”

(9) “a **sagrada** Cauza da Independencia, e liberdade politica d’este Imperio”

A leva em consideração toda importância política e social que representa a Independência do Brasil para os brasileiros. Mas, percebemos que nesta correspondência, há uma desconstrução de um discurso homogêneo presente na carta anterior e na próxima: um discurso xenófobo. Porque, nesta carta, vemos o interesse de um português assumir um cargo de importância no Brasil.

(10) “saõ, bem **sabidos**, e **notorios**”

(11) “fazendo assim huma **taõ grande infustiça ao Sr. Doutor**”

Outro ponto relevante é que **B** representa para **A** uma instituição, querendo ou não, organizada, e disso transparece certo respeito para com **B** (*deve ser pelo lugar sócio-ideológico ocupado por B, uma instituição pública!*) pelo uso de expressões de tratamento respeitoso

(12) “; requerendo ao **Excellentissimo** Chanceler da Relação desta Provincia, licença para para poder advogar; tivera por despacho que apresentasse certidão da Câmara, por onde mostrasse ter jurado o Projecto de Constituição d’este Imperio”

Essa tratamento mais formal se justica pela orientação para o *outro*, o lugar social desse *outro* determina a constituição do discurso, pois

O falante tende a orientar o seu discurso, com o seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende, entrando em relação dialógica com os aspectos deste âmbito. O locutor penetra no horizonte alheio de seu ouvinte, constrói a sua enunciação no território de outrem, sobre o fundo aperceptivo do seu ouvinte (BAKHTIN, 1988, p. 91).

Mesmo não aceitando o que foi feito por **B**, **A** parece reconhecer (13), também, que teve uma parcela de culpa, **A** se justifica. No entanto acha importuna e injusta a atitude do outro. Isso se verifica no uso de negativa, da locução verbal no subjuntivo-pretérito e da causalidade, respectivamente

(13) “e como ainda **naõ o tivesse feito, por se achar auzento, em Portugal**”

CARTA 4

Estado/Cidade: PE/Recife

Tipo de texto: Carta de leitor

Título do jornal: Diario Novo

Data/Edição: Recife, 06 de agosto de 1842 / Sessão: Correspondencia

Fonte/Cota: Arquivo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco – PE

Senrs. Edictores – Como quer que seja hoje a ordem do dia o artigo = eleições = não posso deixar de metter tambem n'ellas bedelho.

Principio, Snrs. Edictores, lastimando, que, para a eleição dos novos deputados, appareção tambem em nossa provincia inculcando-se como idôneos, e muito azados, tantos indivíduos de outras, que, com quanto mui aptos os suponha para representarem as suas, e pugnarem pelos seus interesses Moraes e materiaes, não me apparecem com tudo os mais proprios para desempenharem cabalmente, á respeito da nossa, aquelles deveres santos, que são inherentes á um verdadeiro deputado, amante da sua provincia natal.

Pergunto eu: não terá Pernambuco, uma das provincias de primeira ordem, já tão adiantado em sua ilinstração, em seu seio treze Filhos capazes de o representarem?! Certamente que os tem: logo sendo, como dizem ser, esses Snrs. Candidatos, de quem fallo, em numero de 6, ou 7, e a sahirem elles eleitos deputados, não seria isto até mesmo um desar para a nossa provincia? Taes individuos, logo que chegassem á côrte, deixarião de pactuar com os seus patricios em beneficio exclusivo, por ex., estes da Bahia, sua mãe patria, e aquelles do Ceará, a que pertencem, para se interessarem por Pernambuco, que os não vio nascer? Eis o que a experiencia do passado me induz a não acreditar.

Que em uma provincia pequena, e falta de capacidades proprias, se lance mão d'aquellas que ahi houverem para prehencher o numero de seus mandatarios, isto he muito consentâneo com a natureza das cousas, porque n'esse caso torna-se de absoluta necessidade tal recurso: porem nós certamente não necessitamos d'elle.

Por tanto: alerta Snrs. Eleitores!... não vos deixeis levar por algumas considerações, e contemplações, sempre nocivas ao bem estar de uma paiz, quando se tracta de objectos de tanta magnitude! Semelhante escolha d'esses Snrs. Importaria nada menos, que um grande desfalque no numero dos propugnadores da nossa bella provincia. Torno a repetir, que mui aptos e dignos d'essa alta missão julgo serem esses Snrs., a quem tenho ouvido nomear; nem o contrario se poderia com effeito dizer com justiça; mas, em uma provincia, a que os não prende o amor filial, a preferencia dos seus filhos me parece, que seria sempre justa, e nem esses Snrs. d'ella se deverião resentir: alem de que, o desvio de alguns, pela deputação, dos emportantes cargos que occupão, durante o tempo das Sessões legislativas, acarretaria por certo desarranjo, e mesmo notave prejuizo aos negocios de muitos cidadãos; por isso que as substituições interinas de certos empregados, ou de quase todos são de ordinario prejudiciaes as partes interessadas: até me não parece conforme com o espirito da Const., que empregado perpetuo, um juiz de direito, por ex. um desembargador, &c. seja

destrahido do seu lugar, para exercer periodicamente outras quaes quer funcções.

Talvez, Snrs. Edictores, que os meus raciocinios não sejam exactos, mas enquanto não for convencido do contrario, persisterei n'elles; rogando-lhes entretanto a inserção d'estas toscas linhas em o seu muito apreciavel Diário Novo, de cujo obizequeio muito agradecido lhe ficar um seu

Assignante.

1. CATEGORIZAÇÃO INFORMACIONAL DO GÊNERO

A: Assignante

B: o povo, os eleitores, candidatos descendentes de outras províncias

C: Senrs. Edictores

ATIVIDADE DE LINGUAGEM: alertar os eleitores para as próximas eleições a deputados, pois na província de Pernambuco estão aparecendo muitos candidatos de outras províncias, cobiçando uma vaga na Câmara de Deputados. Além disso, deixar tais candidatos cientes de que existe eleitor consciente em Pernambuco.

INTENÇÃO DISCURSIVA: queixa/denúncia/conscientização

ASSUNTO ESPECÍFICO: carta enviada ao DN por certo *Assignante*, que se sente no dever de orientar os eleitores para as próximas eleições. Seu alerta tem justificativa pelo fato de seis a sete candidatos a deputados serem de outras províncias e pretendem ocupar espaço em Pernambuco. Sua indignação também é motivada ao crer que, em Pernambuco, existem pessoas capazes para assumir cargos tão importantes, não necessitando dar oportunidade àqueles *estrangeiros*.

2. IMAGENS DOS SUJEITOS / EFEITOS DE SENTIDO ENTRE INTERLOCUTORES

O sujeito enunciador, inicialmente, vê-se como um atrevido (1), pois mete o “*bedelho*” num assunto que parecia ser muito importante para a época, eleições.

Nesta correspondência, o adágio popular não tem vez: “*não meta o bedelho, onde não foi chamado*”, porque a carta foi publicada. Em relação a isso, escreve **A**

(1) “*Senrs. Edictores – Como quer que seja hoje a ordem do dia o artigo = eleições = não posso deixar de **metter tambem n’ellas bedelho***”

Levando, ainda, em consideração o que fora dito em (1), o uso do termo “*tambem*” expressa inclusão. Há, na atualização dessa expressão, uma sutil relação dialógica (BAKHTIN, 1988), pois as condições de produção nas quais o discurso se constituiu levam a perceber que o fato de **A** também “*ter mettido bedelho*”, fora influenciado pelo comportamento do *outro*, pelo discurso que um *outro* tenha proferido.

A é um sujeito patriota (2) e acima de tudo um cidadão consciente; é defensor intransigente da terra natal e do seu povo, como se vê no uso do possessivo que marca seu ufanismo para com a terra natal:

(2) “*lastimando, que, para a eleição dos novos deputados, appareção tambem em **nossa** provincia inculcando-se como idôneos*”

A vê na política seriedade e comprometimento (3) (*como as coisas mudam!*). Seu posicionamento é justificado linguisticamente, por caracterizadores:

(3) “*aquelles deveres **santos**, que são inherentes á um **verdadeiro** deputado, **amante** da sua provincia natal*”

A expressão “*santos*” aparenta o quão importante e valorosa é a política, já “*verdadeiro deputado*” demonstra que em Pernambuco há pessoas capazes para assumir tais cargos, no entanto, o que o lastima é saber que haja na disputa “*falsos deputados*”.

Além da postura política marcada acima, o uso do caracterizador destacado, em (4), marca, ainda, seu amor à província:

(4) “*Semelhante escolha d’esses Snrs. Importaria nada menos, que um grande desfalque no numero dos propugnadores da nossa **bella** provincia*”

Em oposição ao que se refere, **A**, a partir de um discurso direto marcado por um verbo *dicendi* (5)

(5) “**Pergunto** eu: não terá Pernambuco, uma das províncias de primeira ordem, já tão adiantado em sua ilinstração, em seu seio treze Filhos capazes de o representarem?!”

dá progressão ao seu discurso, enfatizando mas também “*alfinetando*” os estrangeiros candidatos que se propõem a disputar uma vaga a deputado.

Seja em relação à sua postura política, ufanista ou xenófoba, o discurso de **A** é atravessado pelo discurso alheio, próprio de políticos, nacionalistas e xenófobos. Os discursos são polifônicos, heterogêneos, são revestidos por vozes do *outro*. A partir dessas vozes e da voz do próprio sujeito discursivo, os discursos se constituem, pois, conforme Bakhtin (2003, p. 294),

[...] qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão.

Nesta carta, há algo bastante inusitado: **A** se depara na produção discursiva com dois *participantes-interlocutores diretos*, isto é, há dois interlocutores com os quais **A** dialoga e para os quais direciona seu discurso, especificamente. Diferentemente do que ocorreu na carta anterior, a presença do que denominamos *interlocutor periférico*, um interlocutor *menor*²⁷ na cena enunciativa, nesta correspondência nos deparamos com *interlocutores específicos*, interlocutores *maiores*²⁸. Há para esses interlocutores, **B1** (candidatos estrangeiros) e **B2** (eleitores), um maior e mais acentuado endereçamento discursivo. Como já afirmamos, é para eles que o discurso de fato se constitui em sua plenitude. Sendo

²⁷ Não em sentido de grandeza, de supervalorização. Não há nenhuma tacha valorativa no uso da expressão.

²⁸ Ver nota 4.

assim, a imagem de **B** para **A** torna-se dupla. Primeiramente, seguindo a ordem de aparição na carta, **A** vê em **B1** homens descomprometidos, descompromissados, pois afirma que tais candidatos, se eleitos, não defenderiam a província pernambucana, por não serem nativos.

(6) “**esses** Snrs. Candidatos, de quem fallo, em numero de 6, ou 7, e a sahirem elles eleitos deputados, não seria isto até mesmo um **desar** para a nossa provincia? Taes individuos, logo que chegassem á côrte, **deixarião** de pactuar com os seus patricios em beneficio exclusivo, por ex., estes da Bahia, sua mãi patria, e aquelles do Ceará”

(7) “a que os não prende o **amor filial**” –

O uso do demonstrativo “esses” (6) reflete o quanto irrelevante e descrente é a figura dos candidatos estrangeiros, ainda mais o uso da interrogativa comprova o tom persuasivo de **A**, para atingir, ao mesmo tempo **B1** e **B2**. Em (7), a temática central é reforçada: o estrangeirismo dos candidatos. Vê-se, ainda em (7), que **A** descrê do amor dos candidatos à província de Pernambuco, uma vez que não são filhos de sua terra natal.

Dentre as cartas analisadas, esta é a que apresenta marcas mais explícitas da interlocução com **B**, nesse caso específico, com **B2**. Vejamos que o vocativo e o uso explícito do imperativo negativo marcam nitidamente o direcionamento de **A** para **B2**.

(8) “Por tanto: alerta **Snrs. Eleitores!**... **não vos deixeis levar** por algumas considerações, e contemplações, sempre nocivas ao bem estar de uma paiz, quando se tracta de objectos de tanta magnitude!”

Em algumas situações, **A**, para mostrar a que veio, faz uso excessivo de interrogações. Isso demonstra seu interesse diante do tema, mostrando-se, ao mesmo tempo, responsável pela circulação de informações, como também enfatiza sua finalidade comunicativa ao escrever a carta. Vejamos:

(9) “Pergunto eu: não terá Pernambuco, uma das provincias de primeira ordem, já taõ adiantado em sua ilinstração, em seu seio treze Filhos capazes de o representarem?!”

(10) “*e a sahirem elles eleitos deputados, não seria isto até mesmo um desar para a nossa provincia?*”

(11) “*estes da Bahia, sua mãe patria, e aquelles do Ceará, a que pertencem, para se interessarem por Pernambuco, que os não vio nascer?*”

O jogo de perguntas é uma estratégia discursiva a fim de atingir, convencer **C**, mas, pontualmente, questionar **B2**, os eleitores, buscando, assim, sua adesão ao que é protestado.

Em relação a **C**, é bastante comum, por parte de **A**, o uso de uma linguagem “formal” a fim de obter um espaço no jornal para a publicação das “*toscas linhas*”. Esta carta não foge à regra. O *Assignante* elogia bastante o *Edictor* e o jornal, mudando da água para o vinho o discurso proferido até então. *Tudo é um jogo de interesse. Pelo menos é o que parece.*

Há toda uma bajulação, o uso do caracterizador “*apreciavel*”(12) e uma fina súplica e complacência por meio do gerúndio, conforme pode ser constatado em:

(12) “***rogando-lhes*** *entretanto a inserção d’estas toscas linhas em o seu muito **apreciavel** Diario Novo, de cujo obizequeio muito agradecido lhe ficar um seu Assignante*”

marcam esse tom languageiro mais moderado em direção a **C**.

CARTA 5

Estado/Cidade: PE/Recife

Tipo de texto: Carta de leitor

Título do jornal: Capibaribe

Data/Edição: Recife, 26 de agosto de 1848 / **Sessão:** Correspondencia

Fonte/Cota: Arquivo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco – PE

SR. REDACTOR DO CAPIBARIBE.

Estando na noite do dia 12 do corrente na praça da Boa Vista ouvi uns gritos, e aproximando-me para o lugar, d'onde elles partiraò, pude verificar que era o "grande" Clorindo Ferreira Cataò que gritava desta forma – "esta canalha sò a' balla, promette-lhe, Sr delegado, que no dia 7 de setembro estes biltres naò haò de entrar na Matris" – Confesso que fiquei estupefacto, e bem posso dizer com o cantor lusu.—

Naò fiquei homem naò, mas mudo e quedo,

Qual junto de um penedo outro penedo.

E com effeito, meo rico redactor, o cazo naò era para menos; mas quando ainda naò tinha me passado o pasmo, eis que vejo o mesmissimo Clorindo Ferreira Cataò correr para uma botica gritando – "pega o cabra do Pireti" – Oh! exclamei quase involuntariamente, o cabra do Poreti!!! E e' Clorindo Ferreira Cataò, que eu conheço, como as palmas das minhas maòs, que assim falla!!!! Creia-me, Sr. redactor, que cheguei à duvidar do que estava vendo e ouvindo mas aproximando-me o mais possivel, depois de olhar com toda a atençaò para a figura, que assim fallava, depois de tomar-lhe todas a feiçoès verifiquei ser com effeito o tal Clorindo Ferreira Cataò.

Sr. Redactor, nasci e fui criado na freguezia da Boa Vista, e conhecendo muito de perto a familia do Sr. Pireti, assim como o celebre Clorindo Ferreira Ferreira Cataò, naò sei como um ente da qualidade desse Cataò se atreve em publico a' por o Sr Pireti de cabra, quando esta cidade ainda é pequena, e todos nos conhecemos, quando quem tiver, como eu, 61 annos pode conhecer de perto a prosapia do tal Clorindo!

Mas deixemos isto de parte, que quero ajustar umas contas miudas com esse pobre Cataò Ora, diga-me, Sr. Clorindo, esta' com effeito vmc. disposto a prohibir, que entrem na Igreja os cidadaòs, que vmc. trata por biltres? Pois já' esta' assim taò poderoso, para que sò votem os individuos, que vmc, quizer, deixando de votar todos os mais, embora estejaò devidamente qualificados? Ora diga-me quem e' a sua importancia? em que se fia, para ser taò arrogante? Bem diz o adagio, que não ha nada como ser tollo.

Mas, Sr. Clorindo, vmc. tem toda razão: porque se o Sr. tenente coronel Antonio Carneiro Machado Rios, por seu genio bemfazejo, não o tirasse da camisa, sirola, e capote, para faze-lo juiz de pás supplente, subdelegado, e

escrevão administrador das rendas internas, se não o tirasse assim do po', em que vmc. vivia envolvido, contra a vontade dos amigos hoje de vmc., que sò o tratavaò por estúpido, e analphabeto, naò estaria vmc. hoje com tantas impofias, cuidando que El-Rei é seo porqueiro. Ha muita gente assim mesmo como vmc. que, em se lhe dando o pè, toma logo a mão. A culpa de que vmc. ja se tenha em conta de notabilidade, a tem com effeito o Sr. tenente coronel Antonio Carneiro, a quem vmc. hoje, esquecido dos innumeros beneficios, que delle recebeo, esquecido, que foi elle, por assim dizer, quem lhe tirou a tanga, e mandou-lhe catar os bichos do pé; insulta e calumnia com a mais negra ingratidaò: porque se naò fora elle, o que seria vmc, hoje Sr. Cataò? Quem se lembraria de vcm. em politica? Entretanto é vcm., que diz nesta Freguesia da Boa Vista, que o Sr. Carneiro nada é a sua vista!!! Risum tenatis amici.

O Sr. tenente coronel Antonio Carneiro Machado Rios é bem conhecido naò sò em Pernambuco, como fora delle, e todos sabem que elle nada tem ganho com a politica, antes tem com ella perdido muito e muito. Ninguem ignora que o Sr. Carneiro e' homem que esta' sempre disposto para beneficiar aos seos patricios; e vcm. Sr. Clorindo o que é, e o que tem feito? Largou a camisa, sirola, e capote, com que andava na ponte velha, e apenas deitou gravata e vestio cazaca diariamente pensou logo ser um lord inglez!! Já' tudo para vcm. Era corja, cambada, cabra, beberraò etc, etc. !! E e' um homem da sua qualidade, Sr. Cataò, que diz que hade acabar com a influencia do Sr Antonio Carneiro!!! Oh!, Sr. Cataò, pois vmc. naò se conhece, naò se olha, naò se analisa, naò sabe o que é o seo todo, e naò vê distancia que vai de si ao Sr. Antonio Carneiro? Confesso, que, quando o vejo pular com as maòs para os ares para ver se chega onde esta' o Sr. Antonio Carneiro, parece me estar vendo a rã da fabula a' inchar para ver se ficava do tamanho do boi...

Pois, Sr. Cataò, vmc. e' taò tapado, que naò vê que uma figura assim por modo de Matheus de – “Bumba meu boi” – naò é propria para dar a queda em um homem já' taò experimentado que trata com a mesma urbanidahe o rico e o pobre, que tem constantemente pugnado pelos direitos do povo, e que quando outros o trahem por seos interesses individuaes, sempre permanece no seo porto de honra? Pois vmc. ignora que o povo sabe que o Sr. Carneiro, quer antes quer depois das eleiçòes, trata-o sempre da mesma maneira, entretanto que vcm. que tanto o maltratava como subdelegado, e que agora mesmo já' o ameaça com “balla” pondo-o de biltres, canalha etc. se se apanhasse eleito juiz de paz, se tornaria um verdadeiro logo?

Sr. Clorindo o povo desta freguezia conhece-o perfeitamente, e sabe muito bem do adagio. –

“Queres ver o ruim villaò,”

“Mette-lhe a vara na mão.” ---

O povo sabe muito bem que vcm nem para meirinho serve, porque naò (...) be passar certidões e ainda se naò esuqueceo de Alexandre José Antonio, nem do que vmc. quando era subdelegado fez ao pardo Francisco Sette, e a' outros muitos. Deixe-se pois de impofias, Sr. Clorindo, conheça o seo lugar, que é a melhor coiza,

que pode fazer e creia que quem nasceo para porco naò chega a porqueiro. Este conselho Sr. Clorindo, lhe da

Um Velho Parochiano da Boa Vista.

1. CATEGORIZAÇÃO INFORMACIONAL DO GÊNERO

A: Um Velho Parochiano da Boa Vista

B: Clorindo Ferreira Catão

C: Sr. Redactor do Capibaribe

ATIVIDADE DE LINGUAGEM: desmascarar o Sr. Clorindo Ferreira Catão, acertar algumas contas com esse Sr., pois estava ele disposto a proibir a entrada na igreja de homens que considerasse infames, no entanto, esse Sr. Clorindo tivera um passado que o condenara.

INTENÇÃO DISCURSIVA: queixa/denúncia

ASSUNTO ESPECÍFICO: carta enviada ao Capibaribe com o intuito de desmascarar o Sr. Clorindo Ferreira Catão, pois esse senhor gritou em plena via pública que estavam impedidos de entrar na igreja homens que ele considera infames. O sujeito-enunciador aproveita tal fato e conta ao *Redactor* do jornal. Na verdade, *Um Velho Parochiano da Boa Vista* direciona o seu discurso ao Sr. Clorindo, xingando-o, relembrando-lhe da sua origem de quando era tachado de analfabeto, de quando fora injusto com pessoas idôneas e que, passados os anos, naquele momento, dispunha de poder, fazendo uso disso para incriminar os cidadãos, ditar regras de boa conduta, uma vez que, no passado, ele mesmo não tenha sido correto em suas atitudes.

2. IMAGENS DOS SUJEITOS / EFEITOS DE SENTIDO ENTRE INTERLOCUTORES

Diferentemente de algumas cartas analisadas até então, esta se inicia inserindo um provável texto que parece figurar com o gênero notícia, porque um fato é relatado e desse acontecimento é que se desenrolará todo o conteúdo da carta. O uso da data e da localidade (1) do acontecido reforça essa assertiva

(1) *“Estando **na noite do dia 12 do corrente na praça da Boa Vista** ouvi uns gritos, e aproximando-me para o lugar, d’onde elles partiraò, pude verificar que era o “grande” Clorindo Ferreira Cataò que gritava desta forma”*

Diante do acontecido é que percebemos a maneira como **A** se contempla, a maneira como se vê. Entretanto, vale salientar, que, diferentemente da carta 2, na qual houve um excesso de imagens de **A**, pois havia o interesse em se autoafirmar para obter o cargo de Procurador Fiscal, nesta carta, só é possível identificarmos a maneira como **A** se vê apenas nos três primeiros parágrafos. O excedente de imagem aqui é dado em relação a **B**, como veremos.

A, inicialmente, não se vê como “homem” (2), um ser naquele instante dotado de coragem, de agilidade; mas cauteloso, imóvel, quieto como uma rocha ao lado de outra, ao assistir ao fato. Essas visões se materializam no uso das palavras destacadas a seguir

(2) *“Não fiquei **homem** naò, mas **mudo e quedo**. Qual junto de um **penedo** outro **penedo**”.*

Em (2), é bastante expressiva a duplicação da negativa, por meio da repetição da forma adverbial “naò” e “naó”, relacionada ao uso do conectivo “mas”. Assim, estar “**mudo e quedo**” é contrário a ser “**homem**”, ou seja, destemido, valente, ágil. Porque, naquele momento, **A** estava “**pasmo**”, assombrado, espantado, como se percebe no fragmento (3)

(3) *“E com efeito, meo rico redactor, o cazo naò era para menos; mas quando ainda naò tinha me passado o **pasmo**”*

A se declara recifense, nascido e criado na Boa Vista. Um senhor de 61 anos que se acha capaz, pela experiência de que desfruta, de falar sobre **B**, pois o conhece “*como as palmas da maós*”. Assim, não admite que fale mal de qualquer pessoa, principalmente do Sr. Pireti. Eis os fragmentos que ilustram o que dissemos

(4) “, **nasci e fui criado na freguezia da Boa Vista**, e conhecendo muito de perto a família do Sr. Pireti, assim como o celebre Clorindo Ferreira Ferreira Catão”

(5) “quando quem tiver, **como eu, 61 anos** pode conhecer de perto a prosapia do tal Clorindo!”

(6) “E e’ Clorindo Ferreira Cataò, **que eu conheço, como as palmas das minhas maòs**, que assim falla!!!!”

Esse momento de contemplação da autoimagem de **A** se justifica pelo fato de ele vivenciar os elementos expressivos do corpo através de sua auto-sensação interna, embora ele se encontre em um determinado horizonte concreto que não o permita contemplá-lo fielmente. É o que nos afirma Bakhtin (2003, p. 28)

Por meio da introspecção é fácil verificarmos que o resultado inicial dessa tentativa será o seguinte: minha imagem visualmente expressa começa, em tons vacilantes, a definir-se ao lado de minha pessoa vivenciada por dentro, destaca-se apenas levemente da minha auto-sensação interna em um sentido adiante de mim e desvia-se um pouco para um lado, como um baixo-relevo, separa-se do plano da auto-sensação interna sem desligar-se plenamente dela; é como se eu me desdobrasse um pouco, mas não me desintegrasse definitivamente: o cordão umbilical da auto-sensação irá ligar minha imagem externa ao meu vivenciamento interior de mim mesmo.

Ao retomar o fragmento (1),

“Estando na noite do dia 12 do corrente na praça da Boa Vista ouvi uns gritos, e aproximando-me para o lugar, d’onde elles partiraò, pude verificar que era o “grande” Clorindo Ferreira Cataò que gritava desta forma”

identifica-se o uso da expressão “*grande*”, especificamente o uso das aspas, como uma das formas explícitas da presença do *outro*. Segundo Authier-Revuz (2003, p. 13)

Uma forma mais complexa da heterogeneidade se mostra em curso nas diversas *formas marcadas da conotação autonímica*: o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso (sem a ruptura própria à autonímia) e, ao mesmo tempo, ele as mostra. Por esse meio, sua figura normal de usuário das palavras é desdobrada, momentaneamente, em uma *outra forma*, a do observador das palavras utilizadas; e o fragmento assim designado – marcado por aspas, por itálico, por uma entonação e/ou por alguma forma de comentário – recebe, em relação ao resto do discurso, um *estatuto outro*.

A contemplação das imagens entre os homens, como já dissemos no capítulo 1, torna as relações um processo de interlocução entre instâncias diversas, entre horizontes concretos distintos. Assim, ao interagir com o *outro*, o *eu*, de sua posição social, dispõe de um excedente de visão que o permite enxergar aquilo que o *outro* não percebe: sua cabeça, o rosto, sua expressão, o mundo ao redor. Para Bakhtin (2003, p. 21) “quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. [...] sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver”.

Isso se comprova nitidamente no discurso proferido nesta carta, pois **A** afirma que **B** não se conhece, não consegue se ver no todo. Vejamos o fragmento que demonstra a observação de **A**

(7) “!!! Oh!, Sr. Cataò, pois vmc. naò se conhece, naò se olha, naò se analisa, naò sabe o que é o seo todo, e naò vê distancia que vai de si ao Sr. Antonio Carneiro?”

Como bem afirma Bakhtin (2003) e *Um Velho Parochiano da Boa Vista*, quem é visto não consegue se analisar, mas quem vê sim, percebe, identifica, analisa o que ao *outro* é impedido de ver, devido ao horizonte concreto que ocupa.

Pois bem, **A** contempla **B**, sendo assim, o analisa, o vê por inteiro, materializando em seu discurso o acabamento do *outro*.

É para essa contemplação do *outro*, que boa parte do discurso de **A**, para não dizer todo, direciona-se. Diferentemente do ocorrido nas outras correspondências analisadas, há nesta carta de *Um Velho Parochiano da Boa Vista*, como já deu para perceber, um endereçamento discursivo explícito, é como se **A** falasse diretamente com **B**. Nesse caso, **A** também explicita porque escreve a carta, preferindo desmascarar **B** a continuar a relatar o fato ocorrido naquela noite. Na materialidade linguística, essas estratégias discursivas de relação ocorreram por:

- endereçamento discursivo explícito, pelo uso de verbo em primeira-singular (8) (9), por vocativo (8) (10), por pronome-complemento (11), por expressão de tratamento (11)

(8) “Ora, **diga-me, Sr. Clorindo**, esta’ com efeito *vmc.* disposto a prohibir, que entrem na Igreja os cidadãos, que *vmc.* trata por biltres?”

(9) “Ora **diga-me** quem e’ a sua importancia? em que se fia, para ser taò arrogante?”

(10) “Mas, **Sr. Clorindo**, *vmc.* tem toda razão”

(11) “não **o** tirasse da camisa, sirola, e capote, para faze-**lo** juiz de pás supplente, subdelegado, e escrivão administrador das rendas internas, se não **o** tirasse assim do po’, em que **vmc.** vivia envolvido”

- mudança de *tópico discursivo*²⁹, assinalado pelo uso da expressão em destaque

(12) “**Mas deixemos isto de parte**, que quero ajustar umas contas **miudas** com esse pobre Cataò”

É interessante notar como **A** materializa, no seu discurso, a visão que dispõe de **B**. Desde expressões caracterizadoras, demarcadas por implícitos, a enunciados diretos, recheados de expressões injuriosas e difamadoras.

²⁹ O assunto principal do texto (FULGÊNCIO, LIBERATO, 2003).

Nas expressões caracterizadoras, perpassa um tom bastante irônico, do ponto de vista das condições de produção nas quais o discurso de constitui. São expressões nas quais identificamos efeitos de sentido, como

- descredibilidade do significado real da palavra, isto é, concretiza-se um sentido contrário ao que a palavra significa

(13) “*Estando na noite do dia 12 do corrente na praça da Boa Vista ouvi uns gritos, e aproximando-me para o lugar, d’onde elles partiraò, pude verificar que era o “**grande**” Clorindo Ferreira Cataò*”

(14) “*Sr. Redactor, nasci e fui criado na freguezia da Boa Vista, e conhecendo muito de perto a familia do Sr. Pireti, assim como o **celebre** Clorindo Ferreira Ferreira Cataõ*”

- demarcação pejorativa do ser pelo uso da palavra

(15) “*E com efeito, meo rico redactor, o cazo naõ era para menos; mas quando ainda naò tinha me passado o pasmo, eis que vejo o **mesmissimo** Clorindo Ferreira Cataò*”

(16) “*depois de olhar com toda a atençaò para a **figura**, que assim fallava, depois de tomar-lhe todas a feições verifiquei ser com effeito o tal Clorindo Ferreira Cataò*”

(17) “*Mas deixemos isto de parte, que quero ajustar umas contas miudas com esse **pobre** Cataò*”

Quanto aos enunciados diretos proferidos a **B**, vemos que **A** faz uso de expressões muito fortes, há uma nítida difamação de **B** pelo uso de palavras que fogem a um tratamento mais cordial. Em forma de um discurso-protesto, **A** faz uso de fatos ocorridos com **B** para infamá-lo, por exemplo,

(18) “***Ora diga-me quem e’ a sua importancia? em que se fia, para ser taò arrogante? Bem diz o adagio, que não ha nada como ser tollo.***”

(19) “*naò estaria vmc. hoje **com tantas impofias**, cuidando que El-Rei*”

(20) “e apenas **deitou gravata e vestio cazaca** diariamente pensou logo **ser um lord inglez!!** Já’ tudo para vcm.”

Nesses fragmentos, as expressões destacadas fazem referência ao fato de **B**, no momento, mostrar-se importante, prestigioso, esquecendo-se, talvez, das condições sociais na qual vivia, como se verifica nas expressões destacadas a seguir:

(21) “não **o tirasse da camisa, sirola, e capote**, para faze-lo juiz de pás supplente, subdelegado, e escrivão administrador das rendas internas, se **não o tirasse assim do po’, em que vmc. vivia envolvido**, contra a vontade dos amigos hoje de vmc., que sò o tratavaò por estúpido, e analphabeto, naò estaria vmc.”

(22) “Sr. tenente coronel Antonio Carneiro, a quem vmc. hoje, esquecido dos innumeros beneficios, que delle recebeo, esquecido, que foi elle, por assim dizer, **quem lhe tirou a tanga, e mandou-lhe catar os bichos do pé**”

(23) “Sr. Clorindo o que é, e o que tem feito? **Largou a camisa, sirola, e capote, com que andava na ponte velha**”

No entanto, nesse uso de enunciados diretos, o que nos atraiu mais a atenção foi a maneira como **A** dirige-se a **B** na situação real de contemplação. **A** o chama de interesseiro, aproveitador (24), tapado (25) e porco (26) (27).

(24) “Ha muita gente assim mesmo como vmc. que, **em se lhe dando o pè, toma logo a mão**”

(25) “Pois, Sr. Cataò, vmc. e’ **taò tapado**, que naò vê que uma figura assim por modo de Matheus de – “Bumba meu boi”

(26) “, em que vmc. vivia envolvido, contra a vontade dos amigos hoje de vmc., que sò o tratavaò por estúpido, e analphabeto, naò estaria vmc. hoje com tantas impofias, cuidando que El-Rei é seo **porqueiro**³⁰”

³⁰ Quem tem porqueiro é porco. (grifo nosso)

(27) “Deixe-se pois de impofias, Sr. Clorindo, conheça o seo lugar, que é a melhor coiza, que pode fazer e creia que **quem nasceo para porco naò chega a porqueiro**”

Para reforçar sua atitude difamadora, **A**, por duas vezes, faz uso de adágios

(28) “*Bem diz o adagio, que não ha nada como ser tollo*”

(29) “*e sabe muito bem do adagio. – “Queres ver o ruim villaò,” “Mette-lhe a vara na mão*”

Tanto em (28) quanto em (29) está explícito um atravessamento de uma voz alheia. Em (28), essa voz é identificada no discurso indireto, pelo uso do verbo *dicendi* e pela oração objetiva direta; em (29), no discurso direto, pois “são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples ‘porta-voz” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12).

Diante do exposto, percebemos que, em resumo, **A** vê em **B** um homem sem escrúpulos, ilícito, improbo e improcedente.

Além do direcionamento discursivo para **B**, acreditamos haver nesta carta, como na carta 3, a presença de um outro interlocutor, **D**, a quem denominamos de *interlocutor periférico*, aquele que fica *em torno do real* endereçamento discursivo. **A**, por criticar **B**, em defesa de **D**, “*Sr. tenente coronel Antonio Carneiro Machado Rios*”, não perde a oportunidade de também proferir algumas poucas palavras, nesse caso de bajulação a **D**. Assim, verificamos, sutilmente, que **A** direciona seu discurso também a **D**, que **A** talvez esperando que esse tenha conhecimento dos elogios por ele tecidos.

(30) “*O Sr. tenente coronel Antonio Carneiro Machado Rios é bem conhecido naò sò em Pernambuco, como fora delle, e todos sabem que elle nada tem ganho com a politica, antes tem com ella perdido muito e muito. Ninguém ignora que o Sr. Carneiro e’ homem que esta’ sempre disposto para beneficiar aos seus patricios; e vcm. Sr. Clorindo o que é, e o que tem feito?*”

Por fim, dentre os contatos mais esporádicos presentes nesta carta, está a relação de **A** para **C**. Verificamos que isso se deu apenas pelo uso vocativo

(31) “*SR. REDACTOR DO CAPIBARIBE.*”

(32) “*meo rico redactor*”

(33) “*Sr. Redactor*”

Diferentemente das outras cartas, não há nesta correspondência a estrutura formal predominante *Agradecimento / Conclusão* – espaço no qual o sujeito apresentava ao leitor da carta e ao Redator ou ao Editor, nesse caso a **C**, um pedido pelo qual aquela correspondência deveria ser publicada, em seguida a saudação final, que por muitas vezes elogiava o periódico e saudava o *Redactor* ou *Edictor*.

CARTA 6

Estado/Cidade: PE/Recife

Tipo de texto: Carta de leitor

Título do jornal: A Carranca

Data/Edição: Recife, 14 de maio de 1845 / **Sessão:** Correspondencia

Fonte/Cota: Arquivo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco – PE

O'la da Carranca.

Que diabo de historia he esta! Não me deixão dar lições de moral em acção a meu discípulos: mais de 30 brejeiros andão a traz de mim gritando – O' só frade, dê cá o – Azorraque – O povo está pateta! Eu não sou quem escrevo esse papel, nem me arranjaréi a trilhar espinhosos caminhos! Serei eu o único frade desta cidade? Não Sr. : então para que me atormentão de huma maneira tão desabrida? Eu nunca fallei nem tive negocios com o cambeta do Afogado, não conheço o Dr. Espirro: que tanto me abocanha com sua voz de falsete. Então para que me imputão asneiras que eu não disse!

Assim se levantão falsos testemunhos a hum 'religioso exemplar', mestre de cantuchão, e pregador 'ad hoc'? hão de pagar-me, mentirosos! Deos castiga os que levantão falsos, e eu tenho por mim o digno ex Juiz da Paz e actual delegado. Espere o povo pelo primeiro sermão que a sorte me deparar, pois pretendo aproveitar o ensejo para defender-me de tão calumniosa imputação, e verá quem he o

Fr. Cometa.

1. CATEGORIZAÇÃO INFORMACIONAL DO GÊNERO

A: Fr. Cometa

B: O Caluniador, O povo

C: O da Carranca

ATIVIDADE DE LINGUAGEM: A envia correspondência A Carranca a fim de protestar pelos falsos testemunhos que pregam com ele.

INTENÇÃO DISCURSIVA: queixa/denúncia

ASSUNTO ESPECÍFICO: **A** fica indignado por levantarem falso contra a sua pessoa. Falavam “as más línguas” que o Fr. Cometa mantinha estreitas relações, pelo que parece, com grupos ilícitos e desordeiros responsáveis pela divulgação de discursos asneirentos.

2. IMAGENS DOS SUJEITOS / EFEITOS DE SENTIDO ENTRE INTERLOCUTORES

Nesta correspondência, há algo bastante peculiar. Percebe-se uma maior presença de informações concernentes, em específico, a imagem que **A** mantém de si mesmo. Isso se justifica pela finalidade comunicativa com a qual a carta foi escrita. **A**, por estar bastante indignado, envia texto ao jornal a fim de se defender de comentários que circulavam à época, comentários que feriam a sua imagem como um homem de Deus, responsável pela pregação da dignidade, respeito e amor ao próximo. Pelo uso de expressões como

- (1) “***Que diabo de historia he esta!***”
- (2) “*O povo está **pateta!***”
- (3) “*hão de pagar-me, **mentirosos!***”
- (4) “*e **verá quem he o Fr. Cometa.***”

percebemos o quão revoltado estava **A**. Protesta, xinga, ameaça tanto o povo quanto quem o difamou, que nesta correspondência denominamos como o *participante-interlocutor direto*, **B**, o *outro* para quem seu discurso se endereçou e se constituiu (BAKHTIN, 2003).

A, por ocupar o lugar social de frade, sente-se ofendido por tamanha injustiça que comentem contra a sua pessoa, e justifica-se, afirmando

- (5) “*Eu não sou quem escrevo esse papel, nem me arranjarei a trilhar espinhosos caminhos!*”
- (6) “*nunca falei nem tive negocios com o cambeta do Afogado, não conheço o Dr. Espirro: que tanto me abocanha com sua voz de falsete.*”

Tais justificativas endossam o fato de **A** se ver como um orador, responsável por ditar lições de boa conduta, de moral a seus fiéis. **A** não se contempla como uma pessoa que escreve asneiras, e sim como uma pessoa que escreve algo que não o leva a traçar espinhosos caminhos. Pelo contrário, seu discurso forma, constrói. Por isso dizer:

(7) *“Não me deixão dar lições de moral em acção a meu discípulos”*

Mas, além de sua função moralística, considera-se um homem respeitoso, de valor, bastante considerado socialmente, excelente pregador, o que reforça sua função de levar a moral e os bons costumes; também é digno de referência, pois é muito exemplar, correto, na função que desempenha. Isso se verifica nas expressões destacadas a seguir

(8) *“levantão falsos testemunhos a hum ‘religioso exemplar’, mestre de cantuchão, e pregador ‘ad hoc’?”*

Em (8), o uso das expressões *‘religioso exemplar’* e *‘ad hoc’*, que na carta encontram-se em itálico, evidencia a presença de discurso alheio, há um atravessamento de vozes, pois, como afirma Authier-Revuz (2004, p. 13), o fragmento marcado por itálico “recebe, em relação ao resto do discurso, um *estatuto outro*”. Esse atravessamento aparenta denotar uma maneira que **A** encontrou de avaliar o seu discurso.

Para **A**, sua característica mais relevante é a de pregador, pois faz questão de reforçar isso em seu discurso. Há três ocorrências que demonstram esse seu posicionamento: no início da carta (9), no meio da carta (10) e no final (11)

(9) *“Não me deixão dar lições de moral em acção a meu discípulos”*

(10) *“a hum ‘religioso exemplar’, mestre de cantuchão, e pregador ‘ad hoc’?”*

(11) *“Espere o povo pelo primeiro sermão que a sorte me deparar”*

Consciente ou inconscientemente, se é que posso falar nisso, **A** organiza seu discurso de maneira bastante sistemática, estrutura-o de modo tal a fim de ratificar, tanto para **B** quanto par si mesmo, esse seu papel de orador e religioso,

sujeito responsável, como já dissemos, pela pregação da moral, contrário ao que diziam as más línguas, que **A** pregava asneiras. Essa sua atitude de repetir aquela ideia central é uma forma de mostrar ao *outro* o que ele realmente faz, ou pelo menos deveria fazer, além disso, é uma maneira de autoafirmação, de auto-convencimento do lugar social que ocupa. Isso se torna relevante, se levarmos em consideração, na segunda ocorrência, em (10), que **A** para constituir o seu discurso fez uso de outras vozes discursivas, de outros discursos, que pudessem avalizar o seu.

Outro elemento que pode reforçar o que dissemos é o fato de **A** buscar no discurso religioso apoio para confirmar o seu papel social de cristão. **A** busca nessa postura um compadecimento do povo, pois tanto o povo quanto o caluniador veriam em Deus respeito, conseqüentemente, **A**, por ser um homem de Deus, também deveria ser respeitado. Mas, além de respaldo divino, **A** vale-se de respaldo dos homens, das leis terrestres como diz

(12) *“Deos castiga os que levantão falsos, e eu tenho por mim o digno ex Juiz da Paz e actual delegado”*

É como afirma Bakhtin (1988), os discursos são constituídos e direcionados ao *outro*, é do *outro* que se espera uma compreensão ativa responsiva, que, mesmo prévia, elucidará a constituição discursiva. **A** direciona seu discurso a **B**, ao povo, à moral, e espera dele uma resposta, uma inversão de valores, uma inversão de imagens, pois **B** vê em **A** o que este nega. **B** dispõe de um excedente de visão diferente do que possui **A**, pois **B** detém a *tela transparente* (BAKHTIN, 2003), elemento pelo qual a imagem externa de **A** é acabada, concluída. Dissemos, no capítulo 1, que há na relação *eu-outro* um dialogismo plástico-pictorial, (*eu me vejo, me contemplo com o meu olhar*), entretanto o meu acabamento, o todo de minha imagem se completa com o olhar do *outro*. Sendo assim, a revolta de **A** parece se justificar por ele querer desconstruir a imagem que fizeram de si, por isso o excesso de imagens representativas contrárias ao que vê o *outro*.

Verificamos, nesta carta, a menor ocorrência de contato de **A** com **C**. Aqui a relação foi mantida apenas no início da correspondência ao usar a saudação “*O’la da Carranca*”.

CONCLUSÃO

As cartas de leitor do século XIX, assim como as de hoje, atendiam à necessidade de seus usuários que inseridos em atividades linguageiras diversas realizavam seus propósitos comunicativos. Mergulhados nessa diversidade discursiva é que o gênero carta de leitor ocupou seu espaço de veículo pelo qual a língua(gem) se efetivava como prática social e comunicativa.

Na identificação dessas práticas comunicativas, vimos que entre o suporte e o gênero havia um *continuum*, pois nessa relação foi possível perceber a natureza das cartas de leitor. Mas, percebemos uma outra relação, aquela na ordem de *gênero-suporte*, a qual pode levar a identificação das características e funções do suporte (jornal) em determinada época. Por exemplo, identificamos, por meio da análise das cartas e das seções, que o jornal foi responsável pela inclusão da sociedade nas práticas de leitura e escrita, na prestação de serviços públicos e no esclarecimento de informações diversas.

Na publicação das cartas de leitor, havia uma diversidade de assuntos. Eram recorrentes referências a acontecimentos ou situações que não tinham sido publicadas anteriormente pelo jornal. Escrevia-se sobre tudo, desde divulgação de dívidas a solicitações diversas. Não havia, necessariamente, opiniões ou elogios sobre matérias publicadas em edições anteriores. Diante disso, comprovamos que o gênero estudado não era, em todas as situações, uma carta de leitor como se tem hoje. Dizemos que havia na seção destinada a publicação das cartas possibilidade da publicação de dois tipos de texto: **cartas de leitor** e **cartas para o leitor**. Esta destinada ao jornal a fim de expor opiniões, notícias, queixas, denúncias, protestos, indignação para o conhecimento dos leitores do jornal. Aquelas, destinadas ao jornal a fim de comentar, refutar, opinar sobre textos publicados anteriormente nas páginas do periódico, que não seria necessariamente um comentário a um texto publicado no mesmo jornal.

As características peculiares das cartas de leitor, principalmente quanto ao aspecto formal, são resultantes de marcas do gênero de origem – as cartas

persoais. Por isso, conforme a teoria das Tradições discursivas, pudemos mostrar que as cartas de leitor do século XIX conservaram, em sua estrutura organizacional, tradições particulares de composição do gênero, ou seja, a estrutura formal das cartas pessoais do século XVI, XVII e XVIII se manteve nas cartas de leitor da primeira metade do século XIX. Assim, vemos que em gêneros “novos”, como a carta de leitor (pelo que parece, no Brasil, surgiu com o advento da imprensa), houve a conservação de tradições discursivas (estrutura composicional) presentes no gênero carta pessoal, além disso, como nos afirma Bakhtin (2003) e Todorov (1980), novos gêneros surgem de gêneros antigos por influência dos fatores extra-discursivos, uma vez que a produção dos gêneros está relacionada a situações sociais concretas. Logo, verificamos que o gênero carta de leitor (novo) surgiu do gênero carta pessoal (antigo).

Ainda quanto ao aspecto formal, os escritores das cartas, em geral, aparentavam modéstia sempre em relação ao que escreviam, ao que esperavam ser publicado, assim diziam ser o seu discurso umas “toscas linhas”, algumas “mal traçadas rabiscas”. Isso se verificou no corpo da carta, no Agradecimento / Conclusão.

Em relação ao aspecto discursivo, verificamos que nas cartas analisadas havia, em geral, a presença de dois interlocutores: o *participante-interlocutor direto*, sujeito para quem se direcionava o real endereçamento discursivo, e o *participante-interlocutor indireto*, o *Edictor* ou *Redactor* do jornal, para quem também o discurso de endereçava, mesmo de forma mais moderada. Quanto às posições desses interlocutores, pudemos verificar que, em geral, havia duas intenções discursivas direcionadas, respectivamente, para os interlocutores participantes. Nas cartas de leitor, em geral, a intenção discursiva de solicitação era direcionada ao *participante-interlocutor indireto*, já a intenção discursiva de queixa, protesto, denúncia era direcionada ao *participante-interlocutor direto*, elemento mais responsável pela constituição do discurso.

Nas relações dialógicas entre *sujeito enunciador* (A), o *participante-interlocutor direto* (B) e o *participante-interlocutor indireto* (C), percebemos que o tratamento dado a C não se alterava, entretanto o tratamento na ordem A – B variava conforme o lugar social ocupado tanto por B quanto por A. Esse jogo de

relações era reversível. Essas diferenças quanto ao tratamento para os interlocutores se verificou na contemplação da imagem externa do *outro* e no uso de expressões mais formais para um tratamento cordial para **C**. Assim, afirmamos que as cartas, geralmente, tinham dois interlocutores, um quanto ao aspecto formal - **C**, outro quanto ao aspecto discursivo - **B**.

Além disso, pudemos ainda verificar, nas análises dos dados, especificamente nas cartas 3 e 5, a presença de um outro interlocutor a quem denominamos *interlocutor periférico*, **D**. Esse *outro*, também presente na cena enunciativa, fica em *torno do* real endereçamento discurso, o interlocutor **B**, mas mesmo de forma menos acentuada e moderada, influencia a constituição do discurso. Diante disso, surge o questionamento, qual a diferença de **B** para **D** já que ambos influenciam a *constituição do discurso*. Denominamos de *real endereçamento discursivo* o fator constitutivo e determinante da produção discursiva, isto é, o *participante-interlocutor direto* é o “real” responsável pela orientação dialógica, seu papel de “construtor discursivo” é mais complexo, mais amplo do que o *interlocutor periférico*, pois este está à margem da constituição, como se representasse um segundo endereçamento discursivo e aquele, um primeiro endereçamento discursivo. Ou ainda, podemos dizer que na produção discursiva das cartas, havia desde *macro a micro endereçamentos discursivos*, isto é, dentro das correspondências havia *um maior e um menor grau* de endereçamento discursivo.

Além dessas questões, chamou-nos a atenção o fenômeno identificado na carta 5: a presença de dois *participantes-interlocutores diretos*. Verificamos que **A** dialoga e direciona seu discurso, especificamente, para esses interlocutores, **B1** (candidatos estrangeiros) e **B2** (eleitores), pois, como vimos na análise, foi para eles que o discurso de fato se constitui em sua plenitude.

Diante disso, afirmamos que, na produção das cartas, havia uma heterogeneidade de *outros* a quem o discurso se direcionava e se constituía, seja em maior ou em menor grau. É como nos disse Bakhtin (2003, p. 301)

O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses

outros, para os quais o meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos mas participantes ativos da comunicação discursiva. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta.

Após algumas conclusões, não custa reforçar o que já dissemos: em todas as relações interativas, havia influência do *outro*, pois as produções discursivas buscam no *outro* as peculiaridades constitutivas do enunciado, porque todo enunciado, assim como todo gênero, é constitutivamente dialógico.

Quanto à dialogicidade entre o sujeito enunciador e os *outros*, pudemos verificar que a constituição da imagem externa, as contemplações dos sujeitos na relação *eu-outro*, é também de ordem dialógica, o que denominamos *dialogismo plástico-pictorial da relação eu-outro*. Na produção discursiva das cartas de leitor, vimos que as contemplações imagéticas se materializaram no discurso. Buscar no discurso escrito influências alheias é recorrer também a esse outro princípio dialógico, porque se atualizam marcas procedentes do excesso de visão que, por exemplo, o sujeito enunciador mantém do *outro*.

Como as cartas selecionadas para o nosso *corpus* possuíam diversas intenções discursivas, diversas também se tornavam as imagens que os sujeitos mantinham em interlocução, pois acreditamos que a finalidade com que o gênero foi escrito, a situação comunicativa e o lugar social ocupado pelo *outro* influenciaram a visão que o sujeito enunciador criara do *interlocutor* e, conseqüentemente, essa postura alterou o fio discursivo, deixando escapar expressões que comprovam o posicionamento do sujeito. O fato de o sujeito enunciador contemplar o todo do *outro* e assim defini-lo em sua exterioridade também é de ordem do horizonte concreto ocupado pelo sujeito, pois esse detém o excedente de visão (BAKHTIN, 2003).

Em relação à imagem que o sujeito enunciador tem de si, acreditamos que isso também é fruto da finalidade e da situação comunicativa do gênero, pois parece que o sujeito enunciador usa “máscaras” que o fazem se colocar, na produção discursiva, ora como o patriota, ora como um revoltado, ora como um libertador político. Tal situação ocorre devido ao lugar social no qual se encontra, pois a

situação e a posição o “obrigam” a passar aquela imagem de si para o momento, mesmo que não seja a maneira como o *outro* contempla sua exterioridade, no entanto o *sujeito-contemplador tenta*, como na carta 6. **A** tenta desconstruir o olhar alheio e se autoafirmar na contemplação a que aspira. Além desses fatos, a assinatura das cartas é um indício relevante da contemplação da própria imagem na constituição do discurso, porque acreditamos haver uma relação entre o pseudônimo que assina e o conteúdo da carta de leitor, como percebido nos textos 2, *O Pernambucano da gêmma*; 3, *O Abelhudo*; 5, *Um Velho Parochiano da Boa Vista*.

Na contemplação da imagem externa do *outro* e, conseqüentemente, na materialização linguística desses olhares no discurso escrito, surgem marcas diferenciadas, porque diferenciadas são as finalidades comunicativas, a situação de produção e os lugares sociais ocupados pelos interlocutores.

Vimos, ainda, em algumas análises, por exemplo, na CARTA 1, CARTA 5 e CARTA 6, que o sujeito enunciador não poupou palavras ao se referir aos *outros*, não “*teve papas na língua*” ao dizer o que queria e bem entendia. Já na CARTA 2, CARTA 3 e na CARTA 4, mesmo havendo queixa/denúncia, protestos, o discurso foi tênue, abrandado por uma fina formalidade. Nessas últimas correspondências se verifica um prezar pela linguagem usada.

As cartas revelavam, assim, diferentes níveis de linguagem devido às posições do sujeito, à natureza do jornal (como vimos no capítulo 2, o suporte influencia a natureza do gênero suportado), aos sujeitos e assuntos envolvidos, à intenção discursiva, comunicativa. Esse conjunto de fatores foi determinante na produção do discurso escrito das cartas de leitor.

Sendo assim, isso nos leva a confirmar nossa hipótese de pesquisa de que cartas de leitores que têm como *participante-interlocutor direto* uma instituição pública/autoridade possuem características linguísticas diferentes de cartas que têm um civil como *participante-interlocutor direto*. Essa peculiaridade discursiva ocorre, além do já dito, devido ao lugar socioideológico ocupado pelos *outros*, mas também à visão que o sujeito enunciador tem do seu interlocutor, porque nos mecanismos de toda formação social existem regras de projeção responsáveis por estabelecer as

relações entre as situações discursivas e as posições dos diferentes participantes. A posição dos sujeitos intervém, assim, na produção do discurso escrito.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gloria Carneiro do. Sévigné em ação: sévignações. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Org.). **Prezado senhor, Prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Rosilda Moreira. Sujeito, autoria e estratégias discursivas nas cartas de leitor: interfaces da comunicação e linguagem. João Pessoa – PB, 2004, UFPB.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, Eni P. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec/Editora da Unesp, 1988.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec/ANNABLUME, 2002.

_____. **Estética da Criação Verbal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CÂNDIDO LUSITANO, pseud (1746). ***O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas...*** / Francisco José Freire. - Lisboa : Off. de Domingos Gonsalves.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Brasília: UNB, 1994.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Manual para Normatização de Trabalhos Acadêmicos**, dissertações e teses. 5ª. Edição. Recife: INSAF, 2005.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro, 1986.

ELIA, Sílvio. **Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2 ed. São Paulo: Clara Luz, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRAGA, Rose Mary. O envolvimento na linguagem jornalística do século XIX – Cartas de leitores. In: PESSOA, Marlos de Barros (org). **Língua, texto e história**: manuscritos e impressos na história do português brasileiro. Recife: Programa de Pós-graduação da UFPE, 2005.

FULGÊNCIO, Lúcia; LIBERATO, Yara. **Como facilitar a leitura**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GOMES, Valéria Severina; IAPÉCHINO, Mari Noeli Kiehl. A inclusão cultural no século XIX: o papel da imprensa. **SOLETRAS**: São Gonçalo: UERJ, Ano VIII, nº. 15, p. 46-59, jan./jun. 2008.

KABATEK, Johannes (2006). Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). **Para a história do português brasileiro**: novos dados, novas análises. Salvador: EDUFBA, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3ª. Edição. São Paulo: Pontes, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade IN: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora; MACHADO, Anna Rachel (org). **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. A questão do suporte dos gêneros textuais. DLCV: Língua, lingüística e literatura, João Pessoa, v. I, n. 1, p. 9-40, 2003.

MATIAS, Thiago Trindade. Item lingüístico *ATÉ* no falar paraibano: questões funcionalistas. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2007.

_____. Cartas de leitor: espelho da realidade sócio-histórica do português brasileiro. In: COLE, 16, 2007, Campinas. **Anais**. Campinas, 2007.

_____. Um discurso de 88 anos: JC e as formações imaginárias. In: Simpósio internacional de análise do discurso, 3, 2008, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte, 2008.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. **Cartas à redação**: uma abordagem Discursiva. Tese (doutorado). Unicamp: Campinas, 1999.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco** (1821-1954): diários do Recife (1829-1900). Vol. II. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1966.

_____. **História da imprensa de Pernambuco** (1821-1954): Diario de Pernambuco. 2ª. Edição. Vol. I. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

_____. **História da imprensa de Pernambuco** (1821-1954): periódicos do Recife (1821-1850). Vol. IV. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. 4ª. ed. São Paulo: Pontes, 2002.

PASSOS, Cleide Maria Teixeira Veloso dos. As Cartas do Leitor nas revistas Nova Escola e Educação. In: Dionísio, ÂNGELA Paiva; BESERRA, Normanda da Silva (orgs). **Tecendo textos**, Construindo Experiências. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PEREIRA, Vicente Luís de Castro. Tradições discursivas no Português do Brasil: as origens do editorial jornalístico na imprensa paulista. **Revista D'água**, nº. 20 (no prelo).

PESSOA, Marlos de Barros. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah (Org.). **Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ, p 197-205, 2002.

———. O núcleo de estudos históricos de manuscritos e impressos (NEHMI). In: PESSOA, Marlos de Barros (Org.). **Língua, textos e história: manuscritos e impressos na história do português brasileiro**. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005.

———. **Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade na primeira metade do século XIX**. O caso do Recife, Brasil. Philosophische Dissertation der Neuphilologischen Fakultät Tübingen, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. 2ª. Edição. Paraná: Criar edições, 2004.

———. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. Vol. 3. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2005.

RIZZINI, Carlos. **O Jornalismo antes da Tipografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

———. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena (no prelo). Tradições discursivas e organização de *corpora*. In: AGUILERA, Vandeci (Org.). **Para a história do português brasileiro**. VI Seminário do PHPB. Londrina, 2007.

SIMÕES, José da Silva. **Sintatização, discursivização, e semantização das orações de gerúndio no português brasileiro**. 2007. 377 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TODOROV, T. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário Latino-Português**. 3 ed. Porto: Maranus, 1945.

VOLOSHINOV, V. N. /BAKHTIN, M. M. (1929) “Qué es el lenguaje?” In: Silvestri, A. e Blanck, G. **Bajtín y Vigotski: la organización semiótica de la conciencia**. Barcelona, Anthropos, 1993.